

RELATÓRIO DE PESQUISA

PROCESSO No. 30.7008/90-8

DINÂMICA E TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA

NORDESTINA: 1970-1990

Renato Santos Duarte

RECIFE/1995

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. DINÂMICA DO PRODUTO REGIONAL	5
3. FONTES DO DINAMISMO REGIONAL	14
3.1. Investimentos do Setor Público	14
3.2. Comércio Exterior	26
3.3. Dinâmica dos Estados	28
4. TRANSFORMAÇÕES SETORIAIS	38
4.1. Agricultura	38
4.2. Indústria	43
5. A ECONOMIA NORDESTINA NO CONTEXTO NACIONAL ..	46
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
7. BIBLIOGRAFIA	55
8. ANEXO	

1. INTRODUÇÃO

Os determinantes geográficos e históricos que diferenciam o Nordeste das outras regiões brasileiras têm sido amplamente estudados e reconhecidos. Da mesma maneira, os estudiosos da economia nordestina são unânimes em reconhecer que esta região não constitui um todo homogêneo, mas, ao contrário, apresenta grande heterogeneidade na sua geografia e na sua economia (OLIVEIRA, pp. 27-39; CAVALCANTI et alii, 1981, pp. 5-10), que se manifesta nos diferentes níveis e ritmos de desenvolvimento das suas sub-regiões. As diferenciações intra e inter-regionais que o Nordeste apresenta são um importante elemento explicativo dos fatores marcantes da dinâmica e das transformações que a região tem experimentado, seja no passado, seja mais recentemente. Quer dizer, como uma região diferenciada, o Nordeste conta com traços peculiares que condicionam a dinâmica da sua economia, como se verá adiante.

Por outro lado, o processo de articulação comercial entre o Nordeste e a região Sudeste, que se iniciou em fins do século XIX, mas que se intensificou em meados deste século, fez surgir novos elementos que viriam a influenciar o processo de crescimento da economia nordestina. Em seguida, a partir da década de 60, a chamada fase da "integração produtiva", fortemente marcada pela utilização dos incentivos fiscais para a industrialização do Nordeste - o sistema 34/48 - FINOR -, veio contribuir para o estreitamento dos vínculos econômicos entre esta região e o Sudeste, de modo especial (GLTMARÂTS NETO, 1989, pp. 122-55). Essa integração do Nordeste com o centro mais dinâmico do país provocou um atrelamento daquela a esta região, de modo que o crescimento da economia nordestina ficou cada vez mais subordinado ao desempenho econômico do Sudeste e, portanto, da dinâmica da economia brasileira.

Assim, ao mesmo tempo em que a economia do Nordeste conta com mecanismos endógenos de crescimento, ele sofre os efeitos do desempenho do centro hegemônico da economia brasileira. Isso explica, como se verá adiante, o fato de a economia do Nordeste crescer mais do que a do país quando os fatores endógenos e exógenos a região atuam positivamente, na mesma direção, e de o Nordeste ser menos afetado pelas conjunturas recessivas, que, quando ocorrem, atingem mais fortemente a economia da região Sudeste.

2. DINÂMICA DO PRODUTO REGIONAL

A observação das séries históricas do PIB do Brasil e do Nordeste chama a atenção, de imediato, para o fato de as taxas relativas a ambos apresentarem trajetórias assemelhadas, apesar de mostrarem percentuais diferentes de variação anual (Ver Gráfico 1). Isso é revelador, por um lado, dos reflexos que tem o comportamento da economia nacional sobre as economias regionais e, por outro, da existência de diferentes fatores que impulsionam os complexos econômicos regionais e, no caso em apreço, a economia nordestina.

A análise das Tabelas 2.1 e 2.2 mostra que, ao longo do período 1970-90, a evolução das economias brasileira e nordestina apresentou fases que podem ser agrupadas a partir das seguintes características: 1) ocorrência de altas taxas de crescimento entre 1971 e 1973; 2) períodos de alternância de taxas elevadas e moderadas entre 1974 e 1980; 3) crescimento negativo em 1981 e 1983; 4) retorno a fase de taxas relativamente elevadas entre 1984 e 1986; 5) pequeno crescimento do PIB no período 1987-89; 6) crescimento negativo das duas economias em 1990 (BRASIL, SUDENE/DPG/PSE/GCR, 1988). Essas fases correspondem, respectivamente, aos seguintes momentos da história recente da economia brasileira: 1) período final do ciclo expansivo que ficou conhecido como a época do "milagre econômico"; 2) fase de desaceleração da economia em decorrência do "choque do petróleo" e da redução do fluxo de capitais externos; 3) período recessivo coincidente com a crise econômica mundial; 4) fase de recuperação correspondente ao novo surto de crescimento das economias capitalistas centrais; 5) recrudescimento da crise econômica que tem afetado os países endividados. A observação contida da Tabela 2.2 mostra com nitidez o fenômeno, anteriormente mencionado, de semelhança na trajetória do PIB do Nordeste e do Brasil, se bem que revela, igualmente, a tendência de crescimento maior do primeiro em relação ao segundo, nas fases expansivas, ou de taxas negativas menos acentuadas nas

GRÁFICO 1
MÉDIAS MÔVILES DAS TAXAS DE CRESCIMENTO
1970-1990: NORDESTE E BRASIL

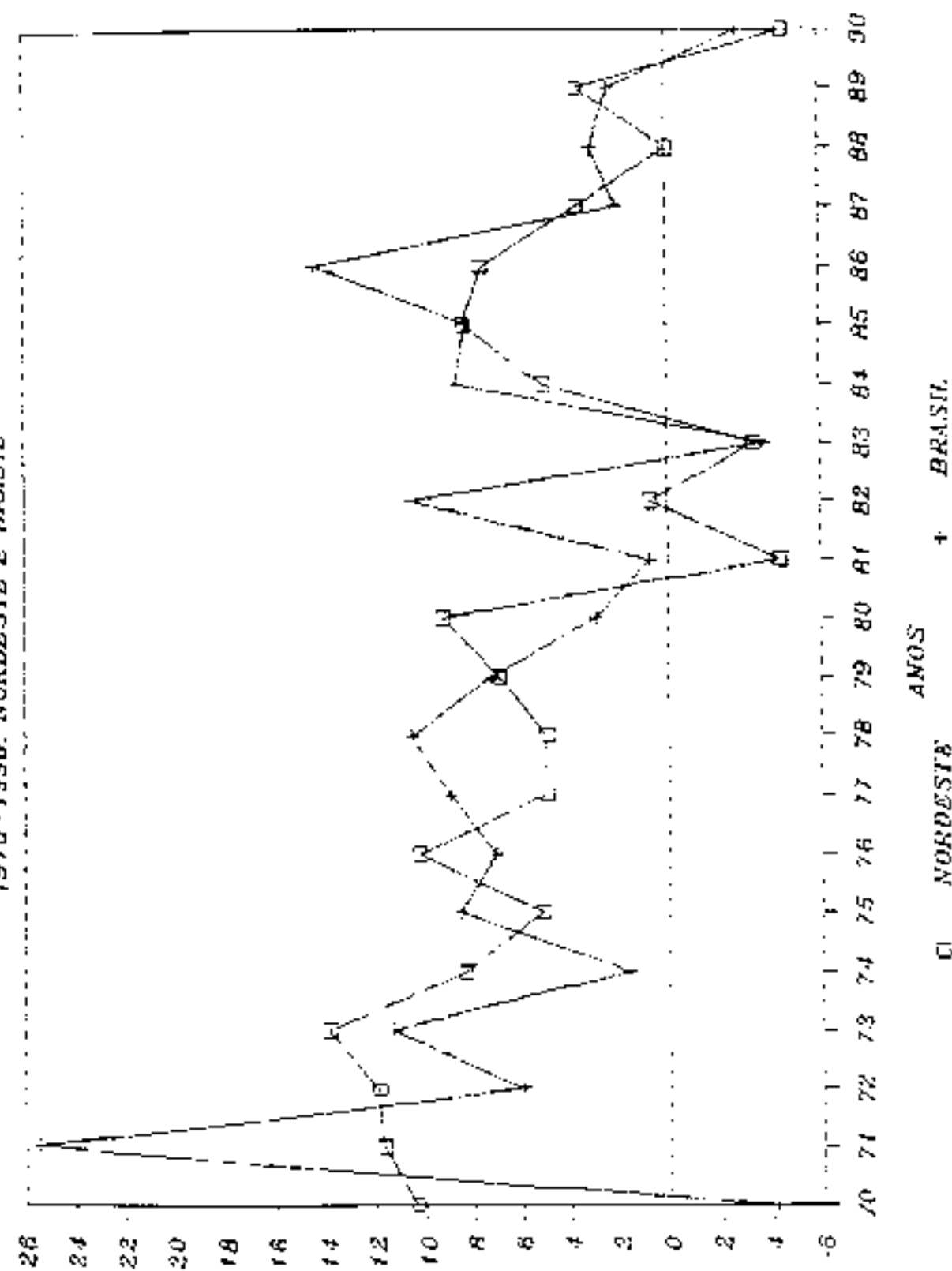


TABELA 2.1
BRASIL E NORDESTE: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB REAL - 1970/1988

ANO	BRASIL	NORDESTE
1970	10,4	- 4,2
1971	11,7	25,4
1972	11,9	5,9
1973	13,9	11,3
1974	8,1	1,6
1975	5,1	8,5
1976	10,2	7,0
1977	4,9	8,9
1978	4,9	10,5
1979	6,8	7,4
1980	9,2	2,9
1981	- 4,4	0,7
1982	0,7	10,5
1983	- 3,4	- 5,8
1984	5,0	8,6
1985	8,3	8,2
1986	7,5	14,4
1987	1,6	2,0
1988	0,0	3,0
1989	3,6	2,3
1990	- 4,6	- 2,8

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/Grupo de Contas Regionais.
BNB: Nordeste análise conjuntural Vol. 29, n. 1, jan./jun., 1991

conjunturas recessivas. As exceções ocorrem no período 1971-1973, quando a economia brasileira cresceu mais do que a nordestina, embora o desempenho desta, ao longo da década de 70, tenha superado o da economia nacional. A Tabela 2.2 mostra ainda o efeito depressivo que têm as secas sobre a economia do Nordeste, sendo esta a região para o destaque feito em relação ao ano de 1970.

TABELA 2.2
BRASIL E NORDESTE: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB REAL - 1970/1990

ANO	BRASIL	NORDESTE
1) 1970-79	8,4	9,4
a) 1970	10,4	- 4,2
b) 1971-73	16,5	8,6
c) 1974-79	5,1	8,4
2) 1980-90	1,5	4,0
a) 1979-83	0,2	2,1
b) 1981-83	- 1,5	3,1
c) 1984-86	7,8	11,2
d) 1987-90	- 0,3	0,8
3) 1970-90	4,9	6,3

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/Grupo de Contas Regionais.
BNB: Nordeste análise conjuntural Vol. 29, n. 1, jan./jun., 1991 - Deflator implícito do Anuário Estatístico do Brasil, 1987 e 1991

A Tabela 2.3, mais detalhada, mostra que, no período 1970-90: 1) as taxas de crescimento dos três grandes setores foi maior no Nordeste do que no Brasil como um todo; 2) o crescimento da agricultura nordestina em períodos de seca (1970 e 1979-83) ou de estiagem prolongada (1987, 1989 e 1990) foi, como seria de esperar, menos favorável do que o do produto setorial brasileiro; 3) a indústria brasileira cresceu mais do que a indústria nordestina durante os períodos 1971-73 (época do "milagre econômico") e 1984-86 (fase da recuperação pós-recessão); 4) o terciário cresceu mais no Brasil do que no Nordeste somente no período do "milagre" e em 1988 e 1989, anos estes, aliás, atípicos em termos de comportamento do setor terciário nordestino.

Várias considerações são pertinentes a respeito da dinâmica da economia nordestina, a partir dos dados contidos nas Tabelas 2.1, 2.2 e 2.3. Em primeiro lugar, cabe a observação de que o impacto da recessão que se abateu sobre a economia brasileira no

período 1981-83 foi menos intenso no Nordeste, apesar de esta região ter sofrido, naquela época, a mais prolongada seca de que se tem conhecimento, que se estendeu de 1979 a 1983. Constatou-se, assim, que os fatores atenuantes da recessão sobre a economia nordestina foram suficientemente fortes para fazerem com que os efeitos conjuntos da recessão e da seca tivessem sido menos intensos no Nordeste do que o impacto recessivo sobre a economia nacional.

São várias as explicações para esse fenômeno. A nível da economia nordestina, verifica-se que, conquanto sejam muito fortes os efeitos das secas sobre a agricultura da região, eles não repercutem com igual intensidade sobre as atividades industriais e terciárias, de modo que as perdas de safra provocadas pelas secas nem sempre se manifestam através de taxas negativas de crescimento do PIB regional, como demonstram as taxas relativas aos anos de 1976, 1979, 1980, 1987 e 1989. De qualquer modo, pode ser intenso o efeito debilitador que tem uma seca sobre a economia regional: basta mencionar, por exemplo, que a redução no volume na produção nordestina de arroz, feijão, mandioca e milho entre 1982 e 1983 foi de 32% (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 1988, Tabela 13). Em segundo lugar, o ano seguinte ao da ocorrência de uma seca tem sido sempre de excepcional incremento na produção agropecuária, refletindo-se em elevadas taxas de crescimento do PIB no Nordeste*. Considerem-se, por exemplo, os anos pós-seca de 1971, 1977, 1984 e 1988, em que o PIB da agropecuária cresceu as taxas de 49,9%, 14,8%, 53,9% e 26,2%, respectivamente, como mostra a Tabela 2.4. Deve-se observar, no entanto, que os impetus de recuperação pós-seca não têm sido suficientes para impulsionar a produção agropecuária, não resultando em elevações do PIB do setor para patamares acima dos níveis históricos: o fato é que os índices da produção agropecuária nordestina durante os anos 80 vêm-se mantendo próximos daqueles da década anterior (Ver Gráfico 2). A falta de dinamismo da

* Esse fenômeno é explicado pela decomposição das rochas salinas, pelo surgimento de fraturas no solo, que dão lugar a "pontos d'água" e pelo repouso temporário dos solos quando da ocorrência de uma seca na zona semi-árida do Nordeste.

GRÁFICO 2
EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DO PIB REAL GLOBAL E POR SETORES ECONÔMICOS DO NE (1970-90) (1980=100)

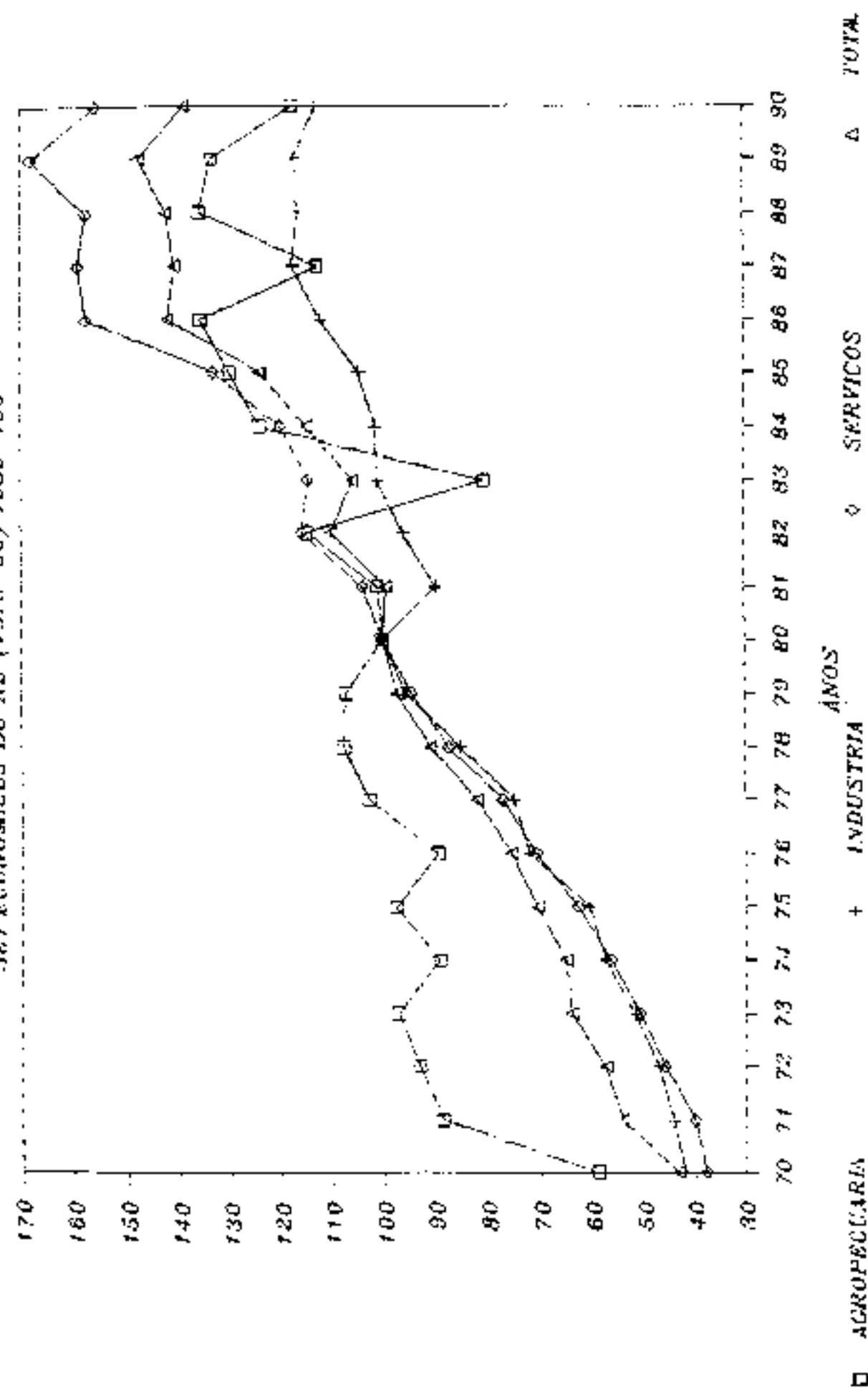


TABELA 2.3
BRASIL E NORDESTE: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB REAL, POR SETORES -
1970/1990

ANOS	BRASIL			NORDESTE		
	AGRICULT.	INDÚST.	SERV.	AGRICULT.	INDÚST.	SERVIÇO
1) 1970-79	4,2	9,3	9,1	6,8	9,6	10,7
1971-73	2,0	15,6	13,7	4,7	8,1	12,7
1974-79	4,6	6,6	6,4	3,7	10,6	10,8
2) 1980-90	2,5	0,4	2,7	2,0	1,1	5,6
1979-83	4,0	-1,6	1,9	-6,9	1,3	4,9
1981-83	-0,5	-3,0	0,6	-10,6	6,0	5,0
1984-86	0,6	10,0	7,4	4,5	4,6	14,7
3) 1970-90	3,6	4,7	5,8	3,7	5,0	7,9
1987-90	0,0	-2,5	1,8	2,6	-1,1	1,0
4) 1989	2,8	2,9	3,9	-4,2	3,6	3,5
5) 1990	-3,7	-7,4	-0,7	-10,6	-2,6	-0,6

FONTE: SUDENE/DPG/Grupo de Contas Regionais (NE).
IBGE - Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais (Brasil)

agricultura nordestina soma-se o fato de serem muito lentas as transformações no setor. A Tabela 2.5 mostra que durante o período 1969-89²², ocorreram mudanças significativas na participação das principais culturas na formação do valor da produção agrícola da região. Considerando cada um dos grupos de lavouras isoladamente, observa-se que, no grupo dos produtos alimentares, as frutas de elevado valor de mercado vêm aumentando a sua participação no valor da produção agrícola regional. No grupo das culturas de exportação destaca-se a soja como o produto cuja produção vem crescendo a partir dos anos 80 e o café e o caju como culturas que apresentaram participação crescente até meados da década passada. Da mesma forma a cana-de-açúcar, que corresponde ao terceiro grupo, mais que

²² Considerou-se o ano de 1969 como o início do período para evitar a inclusão de 1970, quando houve uma grande seca.

duplicou a participação relativa entre 1969 e 1989, o que se explica pelo impulso dado ao setor através do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL). A Tabela 2.5 é reveladora, ainda, de dois traços marcantes da produção agrícola do Nordeste: a) as flutuações do peso relativo das lavouras tradicionais na composição do valor da produção agrícola; b) o lento crescimento - e, em alguns casos, a redução - da participação relativa daquelas culturas, à exceção da cana-de-açúcar. Esses problemas têm as suas causas mais visíveis na redução da área ocupada por algumas culturas de maior expressão econômica (algodão, mamona, mandioca, milho e sisal) e na queda dos níveis de produtividades da maior parte das principais lavouras cultivadas na região: banana, cacau, feijão, mamona e sisal (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 1991, Tabela 19 e 20). Por outro lado, observa-se um persistente aumento da área colhida com a cana-de-açúcar, especialmente a partir do início dos anos 80, quando já se encontrava em execução o PROÁLCOOL. Outra explicação para a menor intensidade do impacto recessivo sobre a economia nordestina está ligada às políticas emergenciais do Governo Federal através da construção de obras de infra-estrutura física para a atenuação dos efeitos sociais das secas, e que têm contribuído para manter os níveis de investimentos na região nesses períodos de fortes reduções da produção regional, particularmente na agropecuária. O aumento da formação de capital fixo no Nordeste em períodos de secas pode ser constatado, por exemplo, através dos aumentos dos investimentos em obras (exceto melhoria de terras) entre os anos de chuvas normais e os anos de seca: foram os seguintes os incrementos: 2,2% em 1969 e 26,4% em 1970, 5% em 1975 e 23,8% em 1976, 2,6% em 1979 e 15,6% em 1982 (BRASIL, SUDENE, 1987, pp. 58-60). Não menos importante, como elementos explicativo dos diferenciais de desempenho entre as economias brasileiras e nordestina, foi a recessão verificada no período 1981-83, cujo impacto se deu com intensidades diferentes nos dois complexos econômicos, como será mostrado mais adiante.

TABELA 2.4
NORDESTE. TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB REAL, POR SETORES -
1970/1990

ANO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
1970	-17,5	6,6	4,7
1971	49,9	5,7	5,8
1972	5,0	6,3	14,5
1973	4,4	10,0	10,9
1974	-8,1	11,4	11,2
1975	9,3	5,0	11,2
1976	-8,3	18,6	12,8
1977	14,8	4,2	9,0
1978	4,8	13,6	13,2
1979	0,5	12,2	8,1
1980	-6,6	4,7	5,9
1981	0,8	-10,3	3,7
1982	13,6	7,0	11,4
1983	-29,7	4,9	-1,0
1984	53,9	0,4	4,8
1985	4,8	3,2	11,0
1986	4,3	6,0	18,5
1987	-17,0	4,2	6,0
1988(*)	26,2	-4,5	0,2
1989(*)	-4,2	3,6	3,5
1990(*)	-10,6	-2,6	-0,6

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/GCR.
(*) Dados Preliminares

3. FONTES DO DINAMISMO REGIONAL

3.1. Investimentos do Setor Público

A dinâmica diferenciada da economia nordestina deve-se tanto à trajetória dos setores econômicos, como anteriormente mencionado, quanto a outros fatores que serão analisados a seguir. As evidências demonstram que o setor público vem desempenhando um papel decisivo, através dos investimentos em capital fixo, no crescimento da economia do Nordeste. A Tabela 3.1 mostra que, ao longo da década de 70, os subsetores Energia Elétrica e Abastecimento D'Água, Comércio, Atividades Financeiras, Bens Imóveis e Serviços às Empresas, Indústria de Transformação, e Construção foram os que apresentaram taxas de crescimento mais elevadas. No período 1980-87, ocorreram mudanças expressivas no desempenho subsetorial da economia nordestina, sendo que os subsetores dos Serviços Comunitários, Sociais e Pessoais, de Transporte, Armazenagem e Comunicação e a Indústria Extrativa Mineral cresceram a taxas superiores às da década anterior.

A Tabela 3.1 é esclarecedora do papel que têm os investimentos públicos para o crescimento da economia nordestina. A indústria extrativa mineral tem crescido graças aos investimentos governamentais voltados para a produção de insumos básicos, e em resposta aos investimentos nos ramos químicos e metalúrgico, através da utilização dos recursos dos incentivos fiscais administrados pela SUDENE. As atividades financeiras encontraram um espaço privilegiado dentro da dinâmica da economia brasileira a partir da década de 70, beneficiando-se do efeito conjugado das altas taxas de inflação e da elevada dívida pública federal. Como a expansão do circuito financeiro é alimentada pelos setores produtivos, e como a economia nordestina cresceu mais do que a brasileira no período 1970-89, tem-se aí,

TABELA 3.1
NORDESTE TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB POR RAMOS DE
ATIVIDADES ECONÔMICAS (%)

ATIVIDADES ECONÔMICAS	TAXAS ANUAIS			
	1970/75	1970/80	1980/87	1970/87
AGROPECUÁRIA, SILVIC. E PESCA	10,5	5,4	1,7	3,9
INDÚSTRIA EXTRAT. MINERAL	1,2	1,3	6,9	3,6
INDÚSTRIA DE TRANSFORMA	8,4	10,8	-0,6	6,0
ENERGIA ELÉTR. ABAST. D'ÁGUA	13,7	13,5	7,2	10,9
CONSTRUÇÃO	8,7	8,4	3,5	6,4
COMÉRCIO (INCL. REST. E HOSP.)	15,1	13,8	2,4	8,4
TRANSP. ARMAZ. E COMUNICAÇÃO	4,0	6,0	7,4	6,6
ATIV. FINAN. BENS IMÓV. E EMPRE.	10,6	12,4	9,4	11,2
SERV. COMUN. SOCIAIS PESSOAIS	9,7	7,5	10,0	8,5
TOTAL	10,2	8,7	5,4	7,4

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/Grupo de Contas Regionais.

em síntese, a explicação para as altas taxas de crescimento das atividades financeiras na região (GOMES, 1987, pp. 91-96). Além disso o processo de reestruturação da economia brasileira teve início na década de 80, que se refletiu sobre chamado terciário moderno, também se manifestou no Nordeste. A Tabela 3.2 mostra que os investimentos para a produção e distribuição de energia elétrica e para o abastecimento de água no Nordeste são feitos, na sua totalidade, pelo setor público. Vale lembrar, a propósito, que, ao longo das décadas de 70 e 80, foram feitas grandes inversões pelo Governo Federal com vistas à exploração do potencial hidrelétrico da região, através da conclusão das usinas de Paulo Afonso, Boa Esperança e da construção das hidrelétricas de Sobradinho, Itaparica e Xingó. O comércio, como atividade subsidiária, acompanhou o desempenho dos setores mais dinâmicos da economia nordestina naquele período. Ainda a propósito da Tabela 3.2, três observações são pertinentes:

TABELA 3.2
NORDESTE PARTICIPAÇÃO DO SETOR PÚBLICO NA FORMAÇÃO
BRUTA DE CAPITAL FIXO TOTAL - ANOS SELECIONADOS (%)

ATIVIDADE ECONÔMICA	ANOS				
	1970	1975	1980	1985	1990
AGRICULT. SILVICULT. E PESCA	11,6	8,0	11,0	10,8	38,8
IND. EXTRATIVA MINERAL	97,5	98,6	98,7	99,0	100,0
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	7,8	9,3	7,0	13,3	34,3
ENERG. ELÉTR. ABAST. DE ÁGUA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
CONSTRUÇÃO	-	-	4,2	0,9	1,8
COMÉRCIO (incl. Rest. Hosp.)	6,7	5,4	1,1	4,0	3,7
TRANSP. ARMAZEN. E COMUNIC.	81,2	77,7	75,6	77,6	74,9
ATIV. FIN. BENS IMÓV. SERV. EMP.	3,3	5,0	10,7	5,1	2,6
SERV. COMUNIT. SOCIA. E PESSO	82,0	85,2	81,4	82,7	85,3
TOTAL	43,6	40,5	45,3	50,3	49,3

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/GCR.

a) a elevada participação do setor público na formação bruta de capital fixo no subsetor dos serviços comunitários, sociais e pessoais e no subsetor de transportes, armazenagem e comunicações, através dos quais são implementadas grande parte das políticas compensatórias para a região.

h) o aumento da participação dos investimentos públicos na formação bruta de capital fixo no Nordeste em 1990, nos subsetores mais diretamente relacionados com as políticas de atenuação dos efeitos da seca, como são os casos da agropecuária e dos serviços comunitários e sociais.

c) a expressiva contribuição do setor público para a formação bruta de capital fixo total do Nordeste. A propósito, os percentuais relativos à participação do setor público na formação bruta de capital fixo para o país como um todo foram os seguintes: 23,5% em 1970; 16,9% em 1975; 10,5% em 1980; 10,6% em 1983 e 17,0% em 1991 (BRASIL, IBGE, 1992, p. 1204).

A recessão que atingiu a economia capitalista mundial no início dos anos 80 acentuou a crise econômica que se encontrava em gestação no Brasil desde a década anterior, trazendo reflexos diretos sobre as contas externas do país e projetando-se sobre o nível da produção nacional de bens e serviços. Enquanto isso, a economia enfrentou as fases de desaceleração e de recessão da economia nacional - às quais se juntaram os já mencionados efeitos da seca de 1979-83 - sustentada pelas políticas de investimentos públicos acima referidas. A verificação do comportamento da indústria durante a fase recessiva permite que se avance mais na interpretação das forças impulsionadoras da economia nordestina. A Tabela 3.3 contém dados relativos às taxas de crescimento do setor industrial brasileiro e nordestino nos períodos 1981-83 e 1984-86, isto é, nas conjunturas de recessão e de expansão. A Tabela 3.3 corrobora o que foi dito anteriormente acerca da integração inter-regional da indústria de transformação do Nordeste, que apresentou desempenho semelhante ao comportamento do setor industrial brasileiro. A tabela confirma, também, a observação feita acima sobre o papel das atividades voltadas para a redução do impacto da seca, no caso a construção civil e os investimentos em utilidades públicas.

TABELA 3.3
BRASIL E NORDESTE: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB REAL,
POR CLASSES DE INDÚSTRIA - 1981/83 e 1984/86 - (%)

CLASSES DE INDÚSTRIA	BRASIL		NORDESTE	
	1981-83	1984-86	1981-83	1984-86
EXTRATIVA MINERAL	6,6	15,0	7,2	7,1
TRANSFORMAÇÃO	-5,6	8,6	-7,5	7,4
CONSTRUÇÃO	-7,7	10,5	3,4	6,9
UTILIDADE PÚBLICA	5,8	10,2	3,4	9,0
TOTAL	-5,3	9,1	-2,7	6,9

FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1986 e SUDENE/DPG/PSE/GCR.

A Tabela 3.4 apresenta as taxas de crescimento da produção dos ramos industriais que, englobadamente, respondem por cerca de 85% do valor de transformação industrial (VTI) do Nordeste. Os percentuais apresentados naquela tabela chamam a atenção para

- a) a semelhança no comportamento de diversos ramos industriais do país e da região, nos dois períodos considerados, o que vem confirmar o elevado grau de integração inter-regional da indústria nordestina;
- b) o melhor desempenho, no Nordeste, da maior parte dos ramos industriais considerados na tabela, no período 1984-86;
- c) a resistência dos bens intermediários do Nordeste à conjuntura recessiva, em decorrência do mercado relativamente diversificado, incluindo o Sudeste, outras regiões, o Nordeste e o exterior;
- d) a recessão industrial brasileira tem sido mais forte no grupo dos bens duráveis de consumo e nos bens de capital, que têm pequeno peso no VTI do Nordeste.

Em uma conjuntura recessiva, o desempenho da indústria regional deve ser analisado a partir de alguns elementos que identifiquem os ramos industriais por: a) grau de essencialidade, como é o caso dos produtos alimentares; b) coeficiente de elasticidade-substituição, a exemplo do fumo; c) integração inter-regional do mercado, como ocorre com as indústrias têxtil e química; d) vinculação inter e intra-regional "para a frente", como é o caso da indústria extrativa mineral.

TABELA 3.4
BRASIL E NORDESTE: TAXAS DE CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA
DE TRANSFORMAÇÃO - 1981/83 e 1984/86 - (%)

GRUPOS E RAMOS INDUSTRIAIS	BRASIL		NORDESTE	
	1981-83	1984-86	1981-83	1984-86
I. BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS				
Têxtil	-6,4	7,3	-6,5	12,9
Vestuário e Calçados	-3,4	5,1	-8,2	17,6
Produtos Alimentares	2,2	-0,1	7,0	-1,8
Bebidas	-5,1	11,0	-5,7	18,3
Fumo	2,3	7,5	2,9	16,7
II. BENS INTERMEDIÁRIOS				
Minerais Não-Metálicos	-9,1	8,7	9,6	16,1
Metalúrgica	-7,8	11,0	-	12,6
Química	1,3	5,8	1,2	4,5
III. BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS				
Material elétrico e comunica- ções	-7,9	14,5	1,2	22,4

FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1986

Convém ressaltar, a esta altura, que as iniciativas modernizadoras que se verificaram na agricultura e na indústria brasileira ao longo dos últimos 25 anos não estiveram de todo ausentes no Nordeste. No entanto, elas tiveram natureza e efeitos diferenciados nesta região, já que a política de incentivos fiscais administrados pela SUDENE concede autonomia aos investidores para tomarem decisões quanto ao tipo, tamanho, localização e níveis tecnológicos dos projetos incentivados. A avaliação da política de incentivos fiscais deve, em primeiro lugar, situá-la no âmbito das medidas compensatórias em um sistema econômico marcado por desigualdades regionais e que convive com uma variedade de incentivos e subsídios que beneficiam largamente as regiões mais ricas, cabe questionar, isso sim, o fato de os incentivos fiscais para a industrialização do Nordeste (e do Norte) não constituírem uma das peças de um modelo definido de industrialização regional que procure maximizar o potencial de vinculações inter e intra-setoriais e de articulações econômicas intra-regionais. Os polos industriais existentes no Nordeste - sucro-alcooleiro no litoral oriental, petroquímico e cloroquímico no litoral sul-oriental, metal-mecânico em Pernambuco, têxtil e de confecções no Ceará, mineral-metalúrgico no Oeste do Maranhão; e agroindustrial no perímetro irrigado no Médio São Francisco (BUARQUE, 1988, pp. 19-42) - constituem, antes de tudo, respostas às potencialidades econômicas das respectivas áreas e às demandas provenientes da integração da economia nordestina às regiões mais ricas do país, que foi acentuada a partir da década de 70. Os dois primeiros polos acima mencionados, por razões locais e pela sua própria natureza econômica, estão fortemente integrados à região Sudeste; os dois últimos, assim como a zona graneleira do cerrado nordestino, poderão se articular com aquela região caso seja concluída a ferrovia Norte-Sul. Desse modo, por razões econômicas e locais, os polos mais dinâmicos da região tornam-se cada vez mais integrados à economia do Sudeste, sendo reduzidas as condições de internalização na economia nordestina da renda ali gerada.

Os resultados mais visíveis da política de concessão de incentivos fiscais e financeiros ao setor privado através do FINOR têm sido, por um lado, o surgimento de enclaves formados por projetos agropecuários com elevados níveis de capitalização, e cujo impacto econômico ainda não se manifestou através do aumento do volume e da diversificação da produção agrícola da região. É sintomático, a propósito, que aquele tenha sido o setor que apresentou menor crescimento no Nordeste entre 1970 e 1990. Como se observa na Tabela 3.5, durante o período 1970-85, os indicadores relativos ao setor agropecuário nordestino não apresentaram diferenças marcantes em comparação com os índices correspondentes ao país, exceto no caso dos tratores, cujo número cresceu a taxas mais elevadas na região particularmente na segunda metade da década de 70, e que coincide com a fase de maturação dos investimentos realizados com recursos do 34/18-FINOR ao longo do biênio anterior. Igualmente aumentou a proporção do rebanho bovino do Nordeste no total brasileiro no mesmo período, vindo a diminuir no decorrer da primeira metade dos anos 80, à semelhança do que ocorreu com o número de tratores. As informações contidas na Tabela 3.5 são reveladoras, por outro lado, dos reflexos negativos da recessão de 1981-83 - e da seca de 1979-83, no caso do Nordeste - sobre a atividade agropecuária do país e da região.

Por outro lado, não obstante terem os investimentos industriais contribuído para modificar a estrutura da produção industrial nordestina, eles não tiveram o efeito de aumentar a participação do setor na composição do PIB regional, como se observa na Tabela 3.6. As mudanças na participação dos grandes setores na formação do PIB nordestino têm decorrido, na realidade, da perda da importância relativa da agricultura e do simultâneo aumento da contribuição das atividades terciárias. A Tabela 3.6 mostra que o setor secundário vem mantendo a sua participação com variações entre 27,0% e 30% durante os 20 anos considerados.

Caberia mencionar, a propósito, a diferença que existe entre as economias brasileira e nordestina nesse aspecto, visto que a participação da agricultura era de 10% e a da indústria de 39% do PIB brasileiro em 1990 (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 219), em comparação, respectivamente, com 12% e 29% do Nordeste. A tabela mostra, também, um consistente processo de terciarização da economia nordestina, o que, aliás, guarda coerência com as elevadas taxas de crescimento do setor, conforme mostrou a Tabela 2.4.

TABELA 3.5
BRASIL E NORDESTE: TAXAS DE CRESCIMENTO DE INDICADORES
AGROPECUÁRIOS - 1970-1985 - (%)

	1970/1975	1975/1980	1980/1985	1970/1980	1970/1985
ÁREA TOTAL DOS ESTABE- LECIMENTOS					
- BRASIL	1,9	2,4	0,5	2,2	1,6
- NORDESTE	1,2	2,4	0,8	1,8	1,4
ÁREA DAS LAVOURAS PER- MANENTES					
- BRASIL	1,0	4,6	-1,1	2,7	1,4
- NORDESTE	0,1	4,1	-2,6	2,0	0,4
ÁREA DAS LAVOURAS SA- ZONÁRIAS					
- BRASIL	4,0	4,1	1,8	4,0	3,5
- NORDESTE	2,2	3,7	1,5	3,9	3,1
PERSONAL OCUPADO					
- BRASIL	1,5	0,3	2,0	1,9	1,9
- NORDESTE	2,9	1,1	2,3	2,1	1,2
NÚMERO DE TRAJETOS					
- BRASIL	14,3	11,0	4,1	12,6	9,3
- NORDESTE	15,7	7,3	1,9	18,7	12,3
LIT-UNO BOVINO					
- BRASIL	3,3	3,0	1,6	4,2	3,5
- NORDESTE	5,5	1,6	0,8	4,5	3,3

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário de 1985

TABELA 3.6
NORDESTE PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO PIB SETORIAL NO
PIB REAL - ANOS SELECIONADOS - (%)

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1970	21,0	27,4	51,6	100,0
1975	23,9	27,6	48,5	100,0
1980	17,3	29,3	53,4	100,0
1985	16,2	30,1	53,7	100,0
1990	14,4	28,2	57,5	100,0

FONTES: SUDENE/DPG/PSE/Grupo de Contas Regionais.

Além disso, a industrialização do Nordeste, capitaneada pelos incentivos Fiscais do 34/18-FINDR, tem levado à concentração de investimentos nas indústrias produtoras de bens intermediários - principalmente a indústria química e, secundariamente, as de plásticos, borracha, madeira e metalúrgica. A Tabela 3.7 revela que os bens intermediários eram responsáveis por cerca de metade do VTI da região em 1985 e mostra, ainda, que houve redução na participação relativa da indústria de bens de consumo não-duráveis no VTI do Nordeste entre 1970 e 1985. A observação da tabela permite constatar que a indústria química continha com cerca de um terço do VTI da região em 1985, que os produtos alimentares tiveram a sua participação reduzida de cerca de 30% para 19% do VTI ao longo do período 1970-85, e que os produtos têxteis e os minerais tiveram uma pequena, porém persistente, redução na composição do valor da transformação industrial do Nordeste no decorrer daquele período. Outra constatação de grande relevância que se faz a partir da Tabela 3.7 é a de que a industrialização incentivada do Nordeste tem elevado esta região a

uma especialização industrial, de modo que 59% do seu VTI em 1985 provinham de três ramos industriais: química, produtos alimentares e têxtil. O primeiro, classificado como indústria dinâmica, cresceu essencialmente em função da disponibilidade de matérias-primas na região, particularmente no eixo Bahia-Alagoas-Sergipe, além das regiões metropolitanas de Recife e Fortaleza. As indústrias de alimentos e têxtil, classificadas como tradicionais, estão voltadas predominantemente para o mercado regional nordestino. Se se acrescentarem àqueles dois ramos os percentuais de participação dos ramos mineral, metalúrgico e vestuário e calçados, chega-se a 78% do VTI do Nordeste em 1985. Conclui-se, assim, que a indústria nordestina tem-se orientado para: a) transformação dos recursos naturais; b) produção de bens não-duráveis de consumo; c) produção metalúrgica e mecânica de médio e pequeno portes. O resultado dessa configuração é que a região não tem alcançado uma participação mais expressiva no comércio inter-regional como exportadora de produtos da chamada indústria dinâmica. Essa especialização do Nordeste, aliás, contraria os objetivos da política de incentivos fiscais, que era de modificar os padrões de articulação inter-regional do Nordeste, de modo a diversificar as exportações de manufaturados e a diminuir as importações de matérias-primas, de produtos intermediários e de bens duráveis de consumo e de capital. A esse respeito, é sempre pertinente a observação de que a industrialização incentivada do Nordeste representou um distanciamento da proposta do GTDN de se criar no Nordeste um núcleo industrial autônomo, baseado nas potencialidades regionais e voltado para o mercado interno (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, GTDN, 1967, pp. 57-58). Não se está, com isso, deixando de reconhecer que a proposta do GTDN surgiu no momento em que se encontrava consolidado o processo de articulação comercial do

TABELA 3.7
NORDESTE: PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIA
NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL -
ANOS SELECIONADOS

GRUPOS E RAMOS	1970	1975	1980	1985
I - BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS	57,1	46,8	43,6	41,1
FARMACÊUTICO	0,4	0,4	0,3	0,4
PERFUMARIA	0,8	1,0	0,8	0,8
TEXTIL	12,5	11,7	11,3	10,2
VESTUÁRIO E CALÇADOS	3,5	4,5	5,4	5,9
PRODUTOS ALIMENTARES	28,7	22,1	19,1	18,9
BEBIDAS	4,5	2,7	2,4	1,7
FUMO	3,1	1,0	1,1	0,8
EDITORIAL E GRÁFICA	2,3	2,0	1,8	1,3
MOBILIÁRIO	1,8	1,4	1,4	1,1
II - BENS INTERMEDIÁRIOS	33,8	18,9	14,8	14,1
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	10,9	8,9	10,6	5,5
METALURGIA	4,8	7,7	5,9	7,5
MADEIRA	1,6	1,8	2,0	1,0
PAPEL E PAPELÃO	0,8	1,1	1,5	1,7
COURO E PELES	0,6	0,5	0,5	0,8
QUÍMICA	14,2	16,7	11,5	10,1
MATERIA PLÁSTICA	0,6	1,5	2,1	1,6
BORRACHA	0,3	0,4	0,7	0,4
III - BENS DE CAPITAL E DE CONS. DURAV	5,7	9,4	9,6	8,4
MECÂNICA	1,8	1,8	1,8	3,7
MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÃO	2,4	2,8	2,7	3,4
MATERIAL DE TRANSPORTE	1,1	1,2	0,8	0,9
DIVERSOS	0,4	0,6	1,3	0,4
IV - EXTRATIVA MINERAL	3,4	3,8	2,0	2,4
V - ATIVIDADES DE APOIO	-	1,1	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censos Industriais de 1970 e 1975 e Censos Econômicos de 1985 - Municípios - Volume 2 - Região Nordeste.

Nordeste com as demais regiões e que já estava em execução o Plano de Metas do Governo Kubitschek (1956-61), que deu grande impulso às indústrias de base e de bens de consumo durável, localizadas predominantemente na região Sudeste. Caberia, isso sim, questionar as condições objetivas de viabilização de um núcleo industrial autônomo no Nordeste naquelas circunstâncias.

3.2. Comércio Exterior

O Nordeste, sendo parte de um sistema econômico relativamente fechado ao exterior, apresenta coeficiente de exportação e de importação menores do que os do país como um todo. Enquanto as exportações nacionais representavam 6,5% e as importações 4,3% do PIB brasileiro em 1990, as vendas do Nordeste ao exterior naquele ano correspondiam a 4,5% do PIB regional e as importações alcançaram apenas 2,2%. Por outro lado, as relações comerciais do Nordeste revelam uma situação que vem-se mantendo há várias décadas, em que os saldos do comércio com o exterior são positivos, enquanto a balança comercial com o resto do país tem sido permanentemente deficitária. Em 1982, o Nordeste apresentou um saldo positivo de NCz\$ 233 milhões na balança comercial com o exterior, e um déficit de NCz\$ 604 milhões nas transações com o resto do país. Tem havido, no entanto, uma diversificação do comércio interno e externo do Nordeste, decorrente das seguintes causas: a) mudança no padrão regional do desenvolvimento brasileiro, que apresenta uma lenta, porém nítida, tendência à desconcentração espacial; b) consolidação do processo de integração produtiva inter-regional; c) diversificação do setor industrial nordestino; d) políticas alfandegárias protecionistas em escala nacional, que perduraram até o final dos anos 80. A Tabela 3.8 mostra o conteúdo das transformações no comércio externo da região. Enquanto os produtos elaborados e semielaborados participavam com

TABELA 3.8
NORDESTE - COMÉRCIO EXTERIOR POR CLASSES E PRODUTOS - VALOR
EM US\$ MILHÕES - FOB - ANOS SELECIONADOS

ANOS SELECIONADOS	CLASSES DE PRODUTOS				TOTAL
	PRODUT. BÁSICOS	PRODUT. SEMIELAB.	PRODUT. ELABORADOS	OUTROS PRODUT.	
EXPORTAÇÕES					
1975					
VALOR	1.041,8	238,3	200,9	3,5	1.485,6
%	70,1	16,0	13,5	0,4	100,0
1990					
VALOR	1.234,2	495,9	550,1	16,6	2.296,8
%	53,7	21,6	24,0	0,7	100,0
1985					
VALOR	823,4	516,0	1.160,6	33,6	2.533,6
%	32,7	20,4	46,0	0,9	100,0
1990					
VALOR	748,0	913,6	1.360,3	8164,0	3.036,4
%	24,7	30,3	44,9	0,3	100,0
IMPORTAÇÕES					
1975					
VALOR	120,8	129,1	343,4	3,2	606,5
%	19,6	21,3	56,6	0,1	100,0
1980					
VALOR	602,0	209,9	367,7	1,1	1.180,7
%	43,6	15,2	31,1	0,1	100,0
1985					
VALOR	342,0	146,7	270,9	9,9	770,1
%	44,3	19,0	35,2	1,3	100,0
1990					
VALOR	362,9	278,2	632,5	18,1	1.491,6
%	24,3	18,7	42,4	1,3	100,0

FONTE: Ministério da Fazenda - CIEF.

29,5% do valor das exportações para o exterior em 1975, em 1990 o percentual havia subido para 75,0%. Aqueles mesmos produtos, que representavam 82,9% das importações nordestinas do exterior em 1975, tiveram a sua participação reduzida para 59,7% em 1990. As manifestações da diversificação da economia nordestina sobre o comércio externo evidenciam-se tanto através da redução dos produtos básicos na pauta de exportações,

quanto pelo aumento deles no valor das importações. Ou seja: ao mesmo tempo em que a produção industrial passou a ter maior importância relativa nas exportações, cresceu a dependência regional de produtos básicos provenientes do exterior. De fato, a composição da pauta de importações do Nordeste mostra que os produtos alimentícios, os combustíveis e os produtos minerais em estado bruto representam cerca da metade do valor das compras no exterior, dentre os produtos semielaborados importados, destacam-se os produtos químicos e farmacêuticos e, na rubrica dos produtos elaborados, as máquinas industriais e os produtos minerais são os que têm maior peso relativo. No tocante à pauta de exportações, o cacau em amêndoas, o açúcar demerara e a castanha de caju ocupam lugar de destaque dentre os produtos básicos de exportação, o alumínio, a pasta e a manteiga de cacau têm participação relativamente alta dentre os produtos semimanufaturados de exportação, e o óleo combustível, a gasolina e o açúcar refinado são os produtos manufaturados mais vendidos para o exterior. As informações contidas na Tabela 3.9 são reveladoras do peso relativamente alto que têm os valores dos produtos elaborados e semielaborados na pauta de exportações do Nordeste, atualmente.

3.3. Dinâmica dos Estados

Do ponto de vista geográfico, o Nordeste apresenta grandes diferenciações em termos de terras agricultáveis e de distribuição pluviométrica. Enquanto os solos de melhor qualidade se concentram na Zona da Mata e Litoral Oriental e nas Manchas Férteis (vales úmidos, bacias de irrigação etc.) distribuídos pela zona Semi-Árida, as secas atingem com diferentes intensidades as várias sub-regiões, afetando menos a Zona da Mata e Litoral Oriental e o Meio Norte e castigando mais o Sertão*, sendo o Ceará o único estado que se

* A divisão fisiográfica aqui considerada é a da SUDENE, que subdivide o Nordeste em seis zonas: Mata e Litoral Oriental; Agreste; Sertão e Litoral Setentrional; Manchas Férteis; Meio Norte; e Cerrado (SUDENE, 1972).

encontra integralmente dentro do "Polígono das Secas". Da mesma maneira, os recursos minerais de maior importância econômica encontram-se desigualmente distribuídos no território nordestino. Enquanto os estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe são os maiores produtores de petróleo e gás natural (seguidos do Ceará e de Alagoas), o Maranhão possui as maiores jazidas de minerais metálicos.

A dinâmica das economias estaduais, naturalmente, acompanha o ritmo da exploração dos recursos naturais, bem como de outras vantagens locais. Para uma melhor apreciação das diferenças na distribuição espacial dos recursos naturais do Nordeste, é interessante observar a pauta de exportações para o exterior (como foi mencionado anteriormente, os dados sobre comércio por vias internas estão desatualizados) dos nove estados que compõem a região. A Tabela 3.9 mostra os produtos que representam mais de 60% do valor das exportações dos estados nordestinos em 1992, à exceção da Bahia, que tem uma pauta de exportações bastante diversificada.

A Tabela 3.9 é reveladora das grandes diferenças que apresentam os estados do Nordeste nas suas pautas de exportação, seja no tocante aos valores, à origem setorial dos produtos, ou ao nível de especialização da produção para exportação. Uma análise breve daquela tabela mostra situações como a do Maranhão e de Sergipe, que, embora tenham pautas de exportação concentradas basicamente em um produto, exibem, por outro lado, diferenças marcantes quanto aos valores exportados. A Bahia, por sua vez, destaca-se como o grande estado exportador do Nordeste e por ter uma pauta de exportações bastante diversificada. Em Pernambuco e Alagoas ainda é expressiva a importância do açúcar e seus derivados na composição das exportações. O Ceará apresenta uma pauta razoavelmente diversificada, porém com a predominância de produtos primários. Os demais estados (Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba) encontram-se em situação menos favorável comparativamente aos maiores exportadores no tocante às receitas de exportação. A avaliação dos efeitos das exportações sobre a dinâmica econômica dos estados e,

TABELA 3.9
NORDESTE: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS, POR ESTADOS - 1992

ESTADOS	PRODUTOS	VALOR FOB (US\$ 1.000)	(%)
MARANHÃO	ALUMÍNIO NÃO LIGADO	342.427	80,2
	FERRO GUSA	27.617	6,5
	TOTAL	427.458	100,0
PIAUI	POLICARBONATO E SEUS SAIS	10.112	25,6
	CERA DE CARNALITA	9.285	23,5
	CULRUS E FILAS	5.039	12,4
	TOTAL	39.514	100,0
CEARÁ	CASTANHA DE CAJU	122.868	40,5
	LARANJA CONGELADA	17.831	12,5
	FIO DE FERRA DE POLIESTER	32.803	11,7
	TOTAL	193.652	100,0
PERNAMBUCO	CASTANHA DE CAJU	21.621	29,6
	LARANJA CONGELADA	11.901	16,3
	MELÕES FRESCOS	10.891	14,9
	TOTAL	72.951	100,0
PARAÍBA	CORDÕES DE SISAL	24.970	42,0
	ALCOOL EMBUDO	7.609	12,8
	ETICO DE ABACAXI	3.419	5,6
	TOTAL	59.422	100,0
PERNAMBUCO	AÇÚCAR REFINADO	106.537	30,3
	AÇÚCAR DEMERARA	68.573	19,4
	OUTROS AÇÚCARES DE CANA E DE BETERRABA	26.306	7,5
	CAMISETAS DE MALHA	15.355	4,4
	TOTAL	351.913	100,0
	ALAGOAS	AÇÚCAR DEMERARA BRITISH	96.668
POLICARBONATO DE VINILA		32.174	13,2
OUTROS AÇÚCARES DE CANA E DE BETERRABA		27.502	11,3
CLARETE DE VINILO		21.476	8,8
TOTAL		243.463	100,0
SERGIPE		SUCOS DE LARANJA "LIMÃO DOCE"	34.479
		1.788	3,9
	TOTAL	45.338	100,0
BAHIA	CATODOS E SEUS ELEMENTOS DE COBRE	177.563	11,9
	ÓLEOS COMBUSTÍVEIS	107.865	7,2
	MANTEIGA GORDURA E ÓLEO DE CACAU	88.521	5,9
	CACAU INTEIRO OU PARTIDO	83.274	5,6
	BARRA DE FERROAÇO	55.247	3,7
	ESTAQUEMICA MADEIRA	51.024	3,4
	POLIETILENO S/CARGA	47.301	3,2
	POLICLORETO DE VINILA	50.929	2,1
	TOTAL	1.390.920	100,0

FONTE: MIC/SCE/DTIC; SUDENE/DPG/PSU/GCR

conseqüentemente, do Nordeste, para ser completa, teria que incluir os dados de comércio por vias internas. Nesse caso, os estados onde os recursos naturais vêm ganhando importância relativa nas exportações inter-regionais, como Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas, aparecem com crescente destaque na matriz das exportações totais da região Nordeste.

A Tabela 3.10 revela outro aspecto das diferentes vantagens locais apresentadas pelos nove estados nordestinos, que se manifesta através da distribuição desigual dos recursos dos incentivos fiscais para a indústria. A Tabela 3.10 chama a atenção, de pronto, para a participação diferenciada que tem a Bahia, seja para atrair recursos do FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste), seja para concentrar os recursos complementares àqueles provenientes daquele fundo, que perfazem o total dos investimentos. Este poder de atração dos investimentos está fortemente relacionado com a base de recursos naturais daquele estado. Pernambuco e Ceará aparecem como os outros estados que seguem a Bahia na capacidade de atrair recursos do FINOR e os investimentos complementares. No que se refere à análise da dinâmica econômica dos estados nordestinos, o potencial de atração de investimentos industriais dos três estados é um elemento a ser considerado.

O estudo das trajetórias econômicas dos estados nordestinos deverá considerar, ainda, as informações recentes sobre a distribuição espacial dos recursos dos incentivos fiscais, quando, certamente, ganharão importância relativa os estados dotados de recursos naturais (Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe) com maiores potenciais de exploração econômica.

A dinâmica do VTI por estados no período 1970-85 é mostrado na Tabela 3.11, onde fica patenteado o rápido e persistente crescimento do produto industrial do estado da Bahia. Isso se explica pela predominância do ramo químico na indústria baiana. A indústria

TABELA 3.10
NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS APROVADOS PELO
FINOR PARA A INDÚSTRIA, POR ESTADOS - ATÉ 31/07/93
(EM DÓLARES)

ESTADOS	INVESTIMENTOS TOTAIS(%)	RECURSOS DO FINOR (%)
MARANHÃO	6,5	4,4
PIAUI	1,4	2,1
CEARÁ	11,0	16,5
R. G. DO NORTE	5,2	6,8
PARAIBA	5,9	9,1
PERNAMBUCO	18,1	22,7
ALAGOAS	5,1	5,2
SERGIPE	4,8	4,6
BAHIA	42,0	28,4
NORDESTE	100,0	100,0

FONTE: SUDENE/DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE INCENTIVOS.

química apresenta tamanho médio, produtividade do trabalho, densidade de capital e média salarial bem superior à média da indústria de transformação (ROSA, 1992, pp. 127-30). A tabela revela também o aumento da participação relativa do VTI do Maranhão a partir de 1980. A tabela mostra ainda, com nitidez, a perda de importância relativa da indústria pernambucana no contexto regional.

Os dados sobre a evolução da Formação Bruta de Capital Fixo do setor público nas décadas de 70 e 80 no Nordeste mostram o aumento da participação daqueles estados que tiveram os seus recursos naturais explorados mais intensamente naquele período: Maranhão, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte. O Ceará também foi beneficiado com aumentos expressivos. A Tabela 3.12 mostra isso e revela, também, a redução na participação da Bahia - que começou a ocorrer em meados dos anos 80 -, mas que, partindo de percentual tão elevado em 1975, ainda absorvia mais de 30% dos investimentos do setor público em capital fixo em 1990. A tabela mostra ainda a queda na participação de Pernambuco e do Piauí no

total da formação bruta de capital fixo do setor público no Nordeste. O exame das informações sobre a distribuição setorial dos investimentos do setor público em capital fixo revela a capacidade indutora que têm as atividades voltadas para a exploração dos recursos naturais, destacando-se aquelas relacionadas com a infra-estrutura física (energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico), com a indústria extrativa mineral e de transformação e com os serviços comunitários e sociais.

TABELA 3.11
NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO DO VTI POR ESTADOS - PREÇOS DE 1980 (%)

ESTADOS	1970	1975	1980	1985
MARANHÃO	3,1	2,5	2,9	3,4
PIAUI	1,1	1,2	1,4	1,7
CEARÁ	12,5	11,0	11,1	11,4
R. G. DO NORTE	5,3	6,1	4,9	5,0
PARAÍBA	5,9	6,4	5,0	4,3
PERNAMBUCO	36,5	32,6	24,0	22,2
ALAGOAS	6,5	5,6	4,3	4,7
SERGIPE	2,5	2,5	2,3	3,0
BAHIA	26,6	32,1	44,1	44,3
NORDESTE	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censos Industriais.

expressivos. A Tabela 3.12 mostra isso e revela, também, a redução na participação da Bahia - que começou a ocorrer em meados dos anos 80 - mas que, partindo de percentual tão elevado em 1975, ainda absorvia mais de 30% dos investimentos do setor público em capital fixo em 1990. A tabela mostra ainda a queda na participação de Pernambuco e do Piauí no total da formação bruta de capital fixo do setor público no Nordeste. O exame das informações sobre a distribuição setorial dos instrumentos do setor público em capital fixo

revela a capacidade indutora que têm as atividades voltadas para a exploração dos recursos naturais, destacando-se aquelas relacionadas com a infra-estrutura física (energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico), com a indústria extrativa mineral e de transformação e com os serviços comunitários e sociais.

TABELA 3.12
NORDESTE: FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO DO SETOR PÚBLICO,
POR ESTADOS - ANOS SELECIONADOS (%)

ESTADOS	1975	1980	1985	1990
MARANHÃO	4,5	5,7	9,7	8,1
PIAUI	4,2	4,2	5,2	3,6
CEARÁ	9,6	11,3	9,0	17,8
R. GRANDE DO NORTE	3,7	4,6	11,4	5,2
PARAÍBA	5,5	3,5	6,2	3,5
PERNAMBUCO	14,6	12,7	14,0	11,7
ALAGOAS	4,2	3,8	6,2	7,8
SERGIPE	4,0	11,3	9,3	8,1
BAHIA	49,7	42,9	29,0	34,2
NORDESTE	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SUDENE/DPG/PSU/GCR.

A Tabela 3.13 mostra a participação relativa dos nove estados nordestinos no PIB regional. Os dados contidos nessa tabela chamam a atenção, de pronto, para a perda de posição do estado de Pernambuco, a melhoria da situação relativa do Ceará, do Maranhão,

do Rio Grande do Norte e do Piauí, e a manutenção da posição dos demais estados no decorrer das décadas de 70 e 80.

TABELA 3.13
NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO DO PIB, POR ESTADOS
- ANOS SELECIONADOS (%)

ESTADOS	1970	1975	1980	1985	1990
MARANHÃO	6,3	6,1	6,8	6,5	8,4
PIAUI	3,2	3,3	3,5	3,7	4,3
CEARÁ	12,2	11,5	13,3	13,8	14,4
R. GRANDE DO NORTE	4,6	4,9	5,5	5,4	5,9
PARAÍBA	6,5	6,2	5,5	5,6	6,3
PERNAMBUCO	24,6	22,1	20,5	17,7	18,6
ALAGOAS	5,5	5,7	5,5	6,5	5,7
SERGIPE	3,9	3,8	4,2	5,1	3,6
BAHIA	33,2	36,4	35,2	35,7	32,7
NORDESTE	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SUDENE/DPG/PSU/GCR

Os percentuais apresentados na Tabela 3.13 mostram, por outro lado, que os estados que historicamente vinham mantendo posição de liderança no Nordeste, seja pelo tamanho das suas economias, seja pelo contingente populacional - Bahia, Pernambuco e Ceará - mantêm aquela posição, sendo que as economias dos três, conjuntamente, somavam 65,7% do PIB nordestino em 1990. A Tabela 3.13 sugere, ainda, que os estados que

dispõem de recursos naturais de valor comercial relativamente elevados mantiveram a sua posição ou tiveram-na aumentada. O caso de Pernambuco é o mais sugestivo de como a carência de recursos naturais pode ser decisivo para a perda de competitividade econômica, dadas as condições de inserção do Nordeste na economia brasileira, e na falta de outras vantagens comparativas. A situação do Ceará, por outro lado, é um exemplo de como circunstâncias especiais - união das classes políticas e empresariais em um projeto de desenvolvimento - podem conduzir à transformação de uma realidade adversa. Como foi visto acima, aquele estado não dispõe de vantagens locais que o coloquem em situação especial comparativamente aos demais estados nordestinos.

Os dados contidos na Tabela 3.14 revelam alguns aspectos relevantes da dinâmica dos estados nordestinos ao longo das décadas de 70 e 80. Em primeiro lugar, observe-se que o Produto Interno Bruto per capita da região foi multiplicado por 2,15 naquele período, enquanto o PIB per capita do Brasil foi multiplicado por 1,7. Em segundo lugar, a tabela mostra que em 1970 e 1975 os estados da Bahia, Sergipe e Pernambuco tinham o PIB per capita superior ao do Nordeste como um todo, enquanto, em 1990, o estado do Rio Grande do Norte também apresenta o PIB per capita acima do PIB por habitante do Nordeste. Ainda a esse respeito, chama a atenção na Tabela 3.14 as mudanças na posição relativa de alguns dos estados no tocante ao valor do PIB per capita. Enquanto a Bahia permaneceu na primeira posição e Sergipe na segunda, no decorrer das décadas de 70 e 80, Pernambuco desceu do terceiro para quarto lugar, cedendo a posição para o Rio Grande do Norte. Melhoraram de posição, ainda, os estados do Ceará, do Maranhão, e pioram a situação relativa os estados de Alagoas, Paraíba e Piauí. Como foi dito anteriormente, a

disponibilidade de recursos naturais constitui importante fator explicativo para a posição destacada dos estados da Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte quanto ao valor do PIB per capita relativamente ao índice do Nordeste como um todo

TABELA 3.14
NORDESTE: PIB PER CAPITA, POR ESTADOS - US\$ 1.00
ANOS SELECIONADOS (%)

ESTADOS	1970	1975	1980	1985	1990
MARANHÃO	334	415	609	806	1.116
PIAUI	335	486	644	838	1.073
CEARÁ	468	750	1.079	1.528	1.444
R. GRANDE DO NORTE	472	745	1.030	1.368	1.695
PARAIBA	522	836	840	1.161	1.270
PERNAMBUCO	718	1.088	1.375	1.451	1.693
ALAGOAS	541	884	1.034	1.528	1.388
SERGIPE	721	1.124	1.507	1.791	1.808
BAHIA	819	1.423	1.556	1.797	1.847
NORDESTE	740	1.083	1.380	1.562	1.592

FONTE: SUDENE/DPG/PSU/GCR

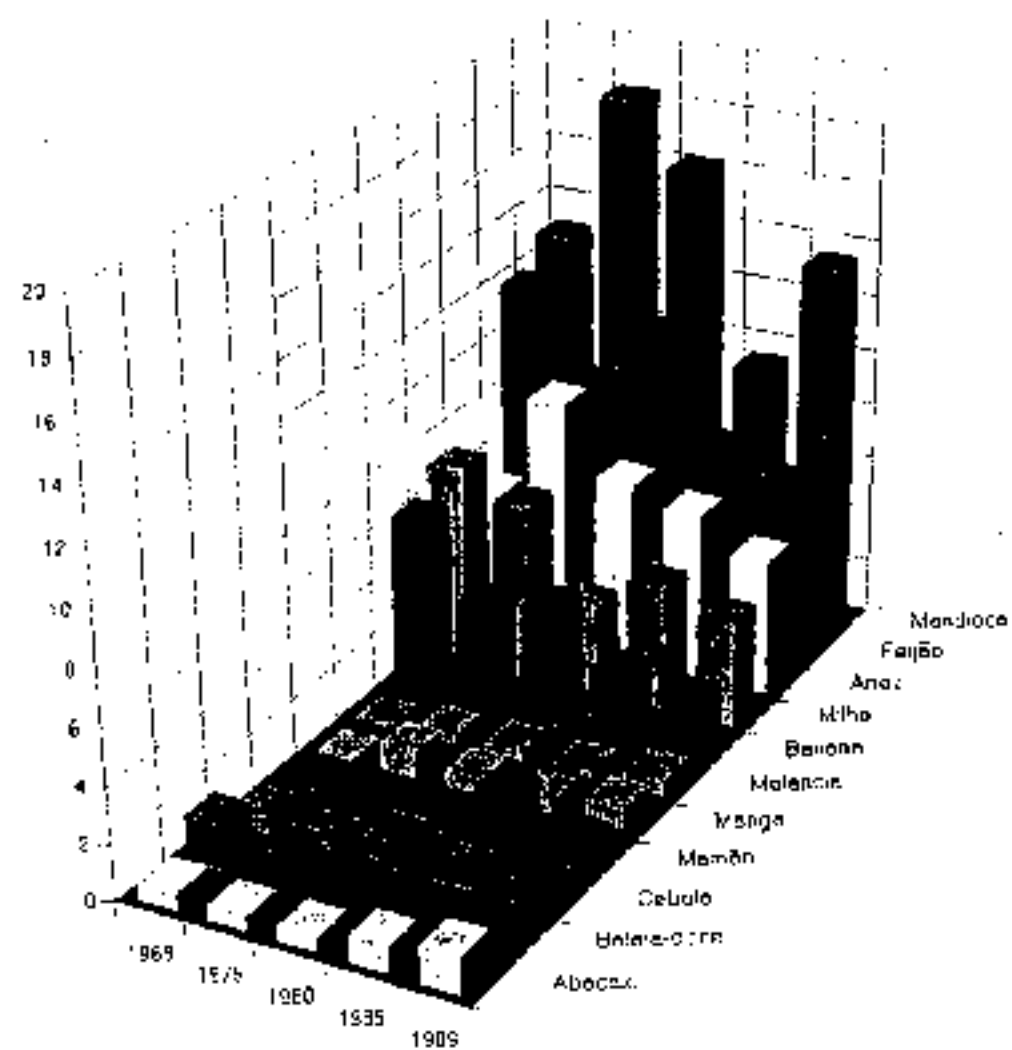
4. TRANSFORMAÇÕES SETORIAIS

4.1. Agricultura

Como foi dito anteriormente, têm sido lentas as transformações na agricultura do Nordeste. Condicionantes ecológicos, tipos de cultura agrícola, características dos mercados consumidores, políticas públicas são alguns dos fatores que explicam as pequenas mudanças que vêm ocorrendo naquele setor da economia nordestina. As condições climáticas do Nordeste foram apontadas anteriormente como um fator limitante à alta produtividade agrícola, dados os níveis tecnológicos prevalentes. Por outro lado, as transformações identificadas na agricultura - conforme se depreende da evolução dos percentuais contidos na Tabela 2.5 - dependem do tipo de lavoura e do seu valor comercial e das políticas governamentais, ou de fenômenos naturais aleatórios, por exemplo. Considerando-se a subdivisão das lavouras quanto à sua utilização (abastecimento alimentar, exportação e processamento, e cana-de-açúcar), conforme apresentada na Tabela 2.5, pode-se identificar os efeitos que os fatores acima mencionados tiveram para as eventuais transformações.

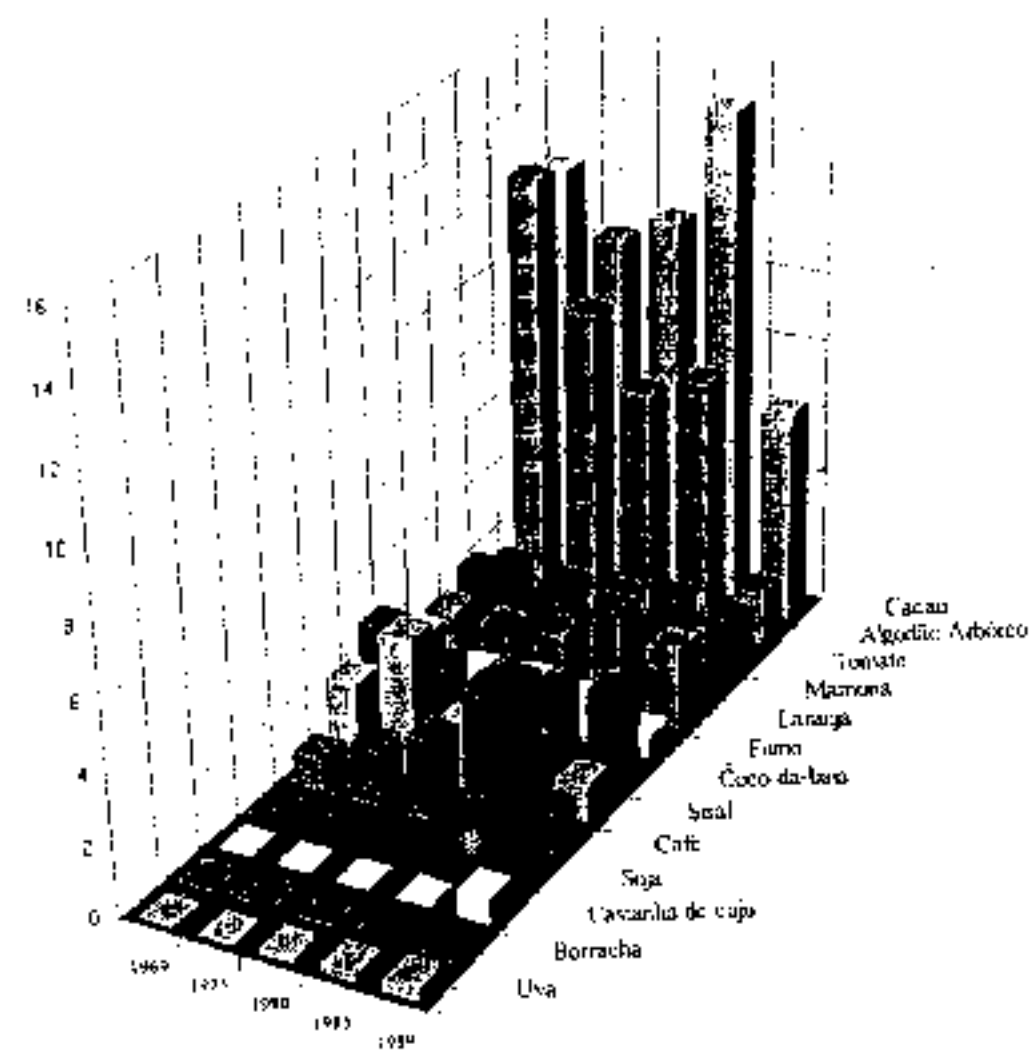
As Tabelas A₁ a A₇ do Anexo contêm dados sobre área colhida, quantidade produzida e rendimento médio, em anos selecionados, das lavouras incluídas na Tabela 2.5. As lavouras voltadas para o abastecimento alimentar podem ser incluídas em dois subgrupos. O primeiro é o das culturas tradicionais (arroz, banana, batata-doce, feijão, mandioca, manga e milho), caracterizando-se por terem valor de mercado relativamente baixo, serem produzidas com tecnologias tradicionais, e por estarem mais sujeitas às irregularidades

GRÁFICO 3



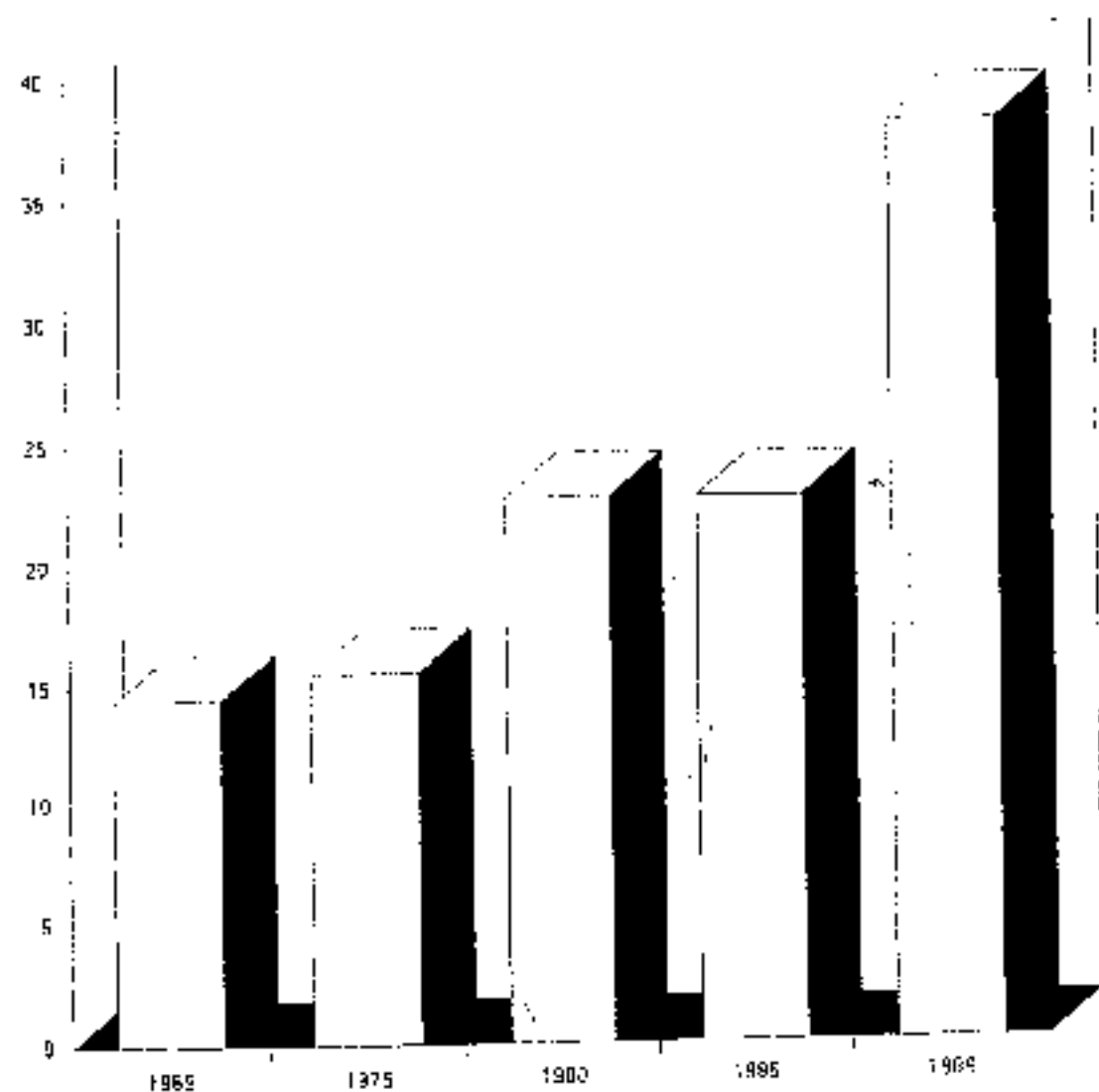
NORDESTE Participação das principais lavouras no valor da produção agrícola - Anos selecionados (%).
Lavouras voltadas para o abastecimento alimentar

GRÁFICO 4



NORDESTE Participação das principais lavouras no valor da produção agrícola - Anos selecionados (%).
Lavouras voltadas para a exportação e processamento

GRÁFICO 5



NORDESTE - Participação das principais lavouras no valor da produção agrícola - Anos selecionados (%)
Cana-de-açúcar

climáticas da zona semi-árida e às imperfeições dos métodos de comercialização. Como se vê nas tabelas do Anexo, aquelas lavouras não apresentaram aumentos nos rendimentos médios no período 1969-89. O segundo subgrupo é o das culturas de valor comercial relativamente alto (abacaxi, cebola, melancia, melão, mamão), que apresentaram expressivo incremento nos rendimentos médio ao longo do período considerado. Destas lavouras, apenas a melancia, que tem valor comercial relativamente menor, não apresentou, também, aumento na área cultivada. Aquelas culturas são produzidas, na sua maior parte, em áreas de recursos naturais satisfatórios, em termos de qualidade dos solos e disponibilidade de água. A cultura do abacaxi, devido à dificuldade de expansão da área cultivada por conta dos altos custos com a fundação de novas explorações, experimentou avanços tecnológicos (FRANÇA, 1993, p. 37).

As lavouras voltadas para a exportação e processamento também podem ser divididas em dois subgrupos. O primeiro caracteriza-se por serem culturas tradicionais (algodão, borracha, castanha de caju, coco-da-baía, fumo, marrom e sisal). Essas lavouras são cultivadas na zona semi-árida - a exceção da borracha e do coco-da-baía -, não contando com bons recursos de solo e água para a produção. Porém, como são lavouras xerófilas, resistem mais às adversidades climáticas. O algodão foi muito afetado pela praga do bicudo, que se alastrou no Nordeste a partir de 1985. As culturas desse subgrupo não apresentaram incrementos nos rendimentos médios, como se verifica nas tabelas do Anexo. O segundo subgrupo (cacau, café, manga, soja, tomate e uva) têm valor de mercado elevado ou são produtos de exportação. Essas são culturas que contam com recursos de solo e água

adequadas e no caso do cacau e do tomate, foram beneficiadas com avanços nos rendimentos médios no período considerado.

A cana-de-açúcar, que corresponde ao terceiro grupo incluído na Tabela 2.5, apresentou aumento na área colhida, na quantidade produzida e no rendimento médio durante o período 1969-89. Além de ser cultivada em solos de boa qualidade e com água em quantidade adequada, os incentivos fiscais e a expansão do mercado decorrentes do funcionamento do PROÁLCOOL levaram à introdução de melhores padrões tecnológicos na lavoura da cana-de-açúcar.

4.2. Indústria

O início do período a que se refere este trabalho corresponde à época do surgimento dos primeiros efeitos do que se denominou de fase da "integração produtiva" (GUIMARÃES NETO, 1989, pp. 122-55). Aquela fase, que consistiu na busca de oportunidades de investimentos para os capitais da região Sudeste, foi grandemente facilitada com a criação dos incentivos fiscais do Sistema 34/18-FINOR, já mencionado.

A existência dos incentivos fiscais e a necessidade de ampliação do espaço de ação do capital produtivo do Sudeste somaram-se a algumas das vantagens locacionais do Nordeste, conforme foi demonstrado na seção 3.3. Como foi visto, as transformações ocorridas na indústria nordestina no período 1970-85⁴ orientavam-se para o grupo dos bens intermediários, em especial da indústria química e, secundariamente, para a modernização

dos não-duráveis, em particular os ramos dos produtos alimentares e têxtil (Ver Tabela 3.7). Como se viu na Tabela 3.6, a participação da indústria na formação do PIB nordestino manteve-se praticamente estável. Esses dois fatos - a especialização produtiva e a rigidez da participação na composição do PIB regional - demonstram que as transformações da indústria nordestina foram limitadas, tanto no valor da produção quanto na diversificação intra-setorial, ou ainda no tocante à localização espacial.

Por outro lado, as informações disponíveis mostram que existem um elevado e crescente nível de articulação inter-regional da indústria incentivada do Nordeste, em especial com a região Sudeste. Pesquisa realizada em 1986 revelou que 45% da produção da indústria química, 57% da extrativa mineral, 55% de metalúrgica, 63% da têxtil e 66% da indústria de materiais elétricos, eletrônicos e de comunicações destinaram-se à região Sudeste (DUARTE, 1992, pp. 16-22). Os percentuais apresentados na Tabela 3.7 mostram que, em 1985, a soma daqueles cinco ramos correspondem a cerca de 54% do VTI do Nordeste.

Os dados apresentados na Tabela 4.1 oferecem uma visão mais abrangente do grau de articulação da indústria incentivada do Nordeste, revelando que não apenas os ramos da chamada indústria dinâmica, mas também os da indústria tradicional, são exportados para fora da região. Esse fato tem conotações importantes para a análise das transformações da indústria regional, porque sugere uma situação de subordinação ao capital extra-regional - que se impõe através da política de incentivos fiscais, visto que o FINOR contribui somente com uma parte dos recursos totais investidos - e à demanda extra-regional. Nesse aspecto, os "efeitos de propulsão" intra-regionais são, naturalmente, limitados. Os dados contidos na

⁴ O último Censo Industrial foi realizado em 1985, razão porque utilizam-se informações com esse nível de desatualização.

Tabela 4.1 mostram com clareza, que os ramos industriais que destinam maiores percentuais da sua produção para a própria região (bebidas, madeira, perfumaria, metais não-metálicos e mobiliário), têm pequeno poder de provocar "efeitos de propulsão" significativos.

TABELA 4.1
NORDESTE: DESTINO DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA
INCENTIVADA (%)

GRUPOS E RAMOS	DESTINO		
	NORDESTE	OUTRAS REGIÕES	EXTERIOR
I - BENS DE CONSUMO DURAVEL			
FARMACÉUTICOS	20,0	52,0	10,0
PERFUMARIA	79,0	20,0	1,0
TÊXTEIS	20,0	73,0	7,0
VESTIÁRIO E CALÇADOS	26,0	73,0	1,0
PRODUTOS ALIMENTARES	34,0	30,0	36,0
BEBIDAS	90,0	10,0	-
FUMO	1,0	1,0	98,0
QUÍMICA E QUÍMICA	62,0	38,0	-
MOBILIÁRIO	57,0	53,0	-
II - BENS INTERMEDIÁRIOS			
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	76,0	23,0	1,0
METALURGIA	24,0	63,0	13,0
MADEIRA	84,0	16,0	-
PAPÉIS E PAPERÕES	49,0	47,0	4,0
CORTEÇOS E PELES	13,0	74,0	13,0
QUÍMICA, MÁQUINAS E PLÁSTICA	41,0	56,0	3,0
BOFACIA	12,0	88,0	-
III - BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURAVEL			
MECÂNICA	33,0	63,0	-
MATERIAL ELÉTRICO E COMUNICAÇÃO	21,0	75,0	4,0
MATERIAL DE TRANSPORTE	49,0	51,0	-
DIVERSOS	46,0	43,0	11,0
IV - EXTRATIVAS MINERAIS	20,0	80,0	-

FONTE: SUDENE/SEFINIS - Pesquisa Sobre o Desempenho da Indústria Incentivada - 1988

5. A ECONOMIA NORDESTINA NO CONTEXTO NACIONAL

Em decorrência do melhor desempenho da economia nordestina comparativamente com a brasileira ao longo dos anos 70 e da primeira metade da presente década, os indicadores regionais mais relevantes apontam para uma melhoria na participação do Nordeste no contexto nacional. Pelo que se verifica na Tabela 5.1, a década de 70 foi caracterizada por uma discreta melhoria na maior parte dos indicadores de participação do Nordeste na economia brasileira. A tabela mostra ainda que os ganhos de participação relativa do PIB p.m. e do PIB per capita do Nordeste estendeu-se pelas décadas de 70 e 80. Igualmente mostram melhorias persistentes de participação o consumo per capita de energia elétrica e de cimento. Por outro lado, a comparação entre as Tabelas 3.6 e 5.1 mostra que enquanto a participação dos serviços no PIB regional é de cerca de 57%, a sua contribuição para o PIB setorial do Brasil é de aproximadamente 16%. Desse modo, a terciarização do Nordeste tem sido acompanhada de um aumento relativamente pequeno na participação dos serviços no produto setorial brasileiro. Isso pode ser explicado tanto pela contribuição dada pelo setor público para a geração do produto bruto regional, quanto pelo papel representado pelo setor não organizado - o chamado setor informal - na economia nordestina, questão esta que será abordada mais adiante. O Nordeste tem tido participação expressiva na produção nacional dos seguintes produtos, que vêm acompanhados dos percentuais de contribuição regional para os totais brasileiros: sial (100%); cacau (86%); sal marinho (80%); mamona (80%); gás natural (57%); mandioca (52%); feijão (43%); açúcar (38%); petróleo bruto (37%); algodão (22%); têxteis (13%); produtos alimentares (13%); bebidas (12%); minerais não-metálicos (11%); produtos químicos (10%).

TABELA 5.1
NORDESTE: INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA
ECONOMIA BRASILEIRA - ANOS SELECIONADOS - (%)

INDICADORES	ANOS				
	1970	1975	1980	1985	1989
PIB p. nt	12,6	12,9	13,9	15,0	15,9
PIB PER CAPITA	45,8	46,3	48,8	53,0	57,8
PIB AGRÍCOLA	27,9	27,1	20,5	21,6	25,9
PIB INDUSTRIAL	9,6	9,8	11,6	10,7	11,1
PIB SERVIÇOS	12,4	13,2	14,7	14,0	12,9
ICMS ARRECADADO	-	9,2	11,6	13,4	12,5*
CONSUMO DE CIMENTO "PORTLAND"	14,4	12,5	13,5	16,1	16,3*
CONS ENERG ELETRICA (1.000 MWh)	8,9	11,1	11,6	14,9	15,2

FONTE: BNB - Nordeste: Análise Conjuntural, Vol. 29, n. 1, jan/jun, 1991; IBGE - Anuários Estatísticos do Brasil; SUDENE/DPG/PSE/GCR
[*] Dados relativos ao ano de 1988.

5.1. Dimensão Social do Crescimento Econômico do Nordeste

A Tabela 5.2 contém alguns indicadores sociais que revelam não apenas a lenta evolução das condições sociais de vida da maioria da população nordestina, como sugere, também, que o crescimento econômico verificado ao longo dos anos 70 e da presente década não contribuiu para uma melhoria significativa daqueles indicadores. Os dados apresentados na Tabela 5.2 por si sós já são indicativos de como o crescimento e a diversificação da economia do Nordeste não resultaram em desenvolvimento social. Uma forma de

caracterizar essa situação é através da comparação da situação do Nordeste com a de outros países. Em relação à esperança de vida, a situação do Nordeste assemelhava-se à da Índia, cujo índice era de 59 anos em 1989. A taxa de mortalidade infantil era equivalente a do Peru, que era de 80 menores de um ano nascidos vivos, e a taxa de alfabetização correspondia à do Quênia, que era de 64% em 1989. O PIB per capita do Nordeste em 1989 correspondia a quatro vezes o da Índia, a uma vez e meio o do Peru e a quatro vezes o PIB por habitante do Quênia. A Turquia tinha, em 1989, um PIB per capita de US\$ 1.370, pouco menor, portanto, do que o do Nordeste. No entanto, a esperança de vida da população turca chegava a 66 anos, a taxa de mortalidade infantil era de 61 por mil e a taxa de alfabetização correspondia a 68% da população de mais de 15 anos (BANCO MUNDIAL, 1991, pp. 204-205 e 258-259).

TABELA 5.2
NORDESTE: INDICADORES SOCIAIS - ANOS SELECIONADOS

INDICADORES	1970	1980	1985	1990
ESPERANÇA DE VIDA (ANOS)	44,4	51,0	51,5	58,8(***)
MORTALIDADE INFANTIL (*)	134,1	114,7	83,3	79,6(***)
TAXA DE ALFABETIZ. (%) (**)	45,2	53,3	60,3	57,4
DOMICÍLIOS C/ÁGUA ENCANADA INTERNA (%)	12,4	31,6	44,4	39,8
DOMICÍLIOS C/INSTAL SANIT LIGADA A REDE GERAL OU FOSSA SÉPTICA (%)	7,9	13,3	16,1	16,1(****)

FONTE: IBGE - Censos Demográficos e PNAD, 1989; Hélio Jaguaribe et alii - Brasil: Reforma ou Caos, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Renato Villela, Op. Cit.; Celso Cardoso da Silva Simões - O Estado das Diferenças na Mortalidade Infantil, Segundo Algumas Características Sócio-Econômicas, Rio de Janeiro, 1992 (mimeo).
(*) Menores de 1 ano por 1.000 nascidos vivos.
(**) Pessoas de 15 anos e mais.
(***) Dados relativos ao ano de 1988.
(****) Dados relativos ao ano de 1987.

As precárias condições de trabalho da maioria da população economicamente ativa do Nordeste fornecem outra visão dos efeitos sociais do desenvolvimento regional. As informações contidas na Tabela 5.3 são eloquentes nesse sentido. Apesar de estar havendo uma redução dos percentuais de pessoas ocupadas que ganham até dois salários mínimos por mês, ainda assim pouco menos da metade dos trabalhadores situam-se naquela faixa de rendimentos. Por outro lado, não obstante estar havendo um aumento dos percentuais de trabalhadores que contribuem para a Previdência Social, mesmo assim a proporção dos contribuintes não chega sequer a um terço da PEA ocupada. Os coeficientes de Gini sobre a distribuição salarial da população economicamente ativa revelam um processo de concentração dos rendimentos dos trabalhadores ao longo das duas últimas décadas. Isso não conflita com outras informações contidas na Tabela 5.3, porque os percentuais de aumento salarial têm-se concentrado nas faixas intermediárias e altas de rendimentos. A mudança na distribuição da PEA por setores econômicos (Tabela 5.4) acompanha as transformações na composição setorial do PIB nordestino, estando ocorrendo uma redução na absorção de mão-de-obra pelo setor primário, um pequeno aumento da participação relativa do emprego industrial, e uma ampliação mais expressiva da ocupação no setor terciário. A esse respeito, vale ressaltar que o setor informal urbano vem contribuindo para amortecer a crise de falta de oportunidades de trabalho no setor organizado da economia nordestina, atraindo, mesmo que precariamente, grandes contingentes de trabalhadores. Dependendo da concepção que se tenha de setor informal, as estimativas acerca do trabalho informal nas áreas urbanas do Nordeste oscilam entre 40% e 60% da PEA (JATOBÁ, 1985, pp. 545-549; FUNDAJ/STAS-SINE/PE, 1986, pp. 11-15).

TABELA 5.3
NORDESTE: CONDIÇÕES DE TRABALHO DA PEA OCUPADA - 1970/87

INDICADORES	1970	1980	1985	1990
RENDIMENTO ATÉ UM S.M. (%)	86,4	64,4	48,1	51,2
CONTRI. DA PREV. SOCIAL (%)	16,2	26,4(*)	26,5	29,0
DIST. RENDIM. - COEF. DE GINI	0,56	0,57	0,5	0,58(*)

FONTE: IBGE - Censos Demográficos, Tabulações Avançadas e PNAD, 1988 e 1989, Anuário Estatístico do Brasil, 1992

(*) Dados relativos ao ano de 1988

TABELA 5.4
NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO DA PEA, POR GRANDES SETORES
- ANOS SELECIONADOS - (%)

ANOS	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
1970	62,2	10,6	26,8	100,0
1975	57,1	14,7	28,2	100,0
1980	49,1	15,0	35,9	100,0
1985	46,4	15,0	38,6	100,0
1989	39,5	16,1	44,4	100,0

FONTE: SUDENE/CPR/ED-SIRIS e IBGE - PNAD, 1989

Os problemas sociais do Nordeste têm sido atenuados pelas emigrações para outras regiões, o que faz com que as taxas de incremento populacional desta região sejam menores do que as do país. A saída líquida de nordestinos para outras regiões foi de 1,5 milhões de pessoas no período 1970-80, sendo de - 5.496,8 mil pessoas o saldo migratório da região em 1980 (BRASIL, SUDENE, 1983, pp. 36-37). Ao longo da década atual tem havido uma redução dos fluxos migratórios para outras regiões. Porém, como continua elevada a emigração das zonas rurais, as áreas urbanas da região passaram a absorver a maior parcela

dos migrantes. Estima-se que a imigração urbana no Nordeste tenha crescido, em termos líquidos, de 1,7 para 2,9 milhões de pessoas no decorrer das décadas de 60 e 70, respectivamente (MOLRA & SANTOS, 1986, p. 43).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do período 1970-90, o desempenho do PIB do Brasil e do Nordeste mostrou-se semelhante quanto à trajetória. No entanto, a taxa média anual de crescimento do produto bruto regional foi superior à taxa de expansão do PIB brasileiro. Esse comportamento, conquanto tenha contribuído para melhorar a participação de alguns indicadores do Nordeste relativamente aos índices do país como um todo, não tem sido suficiente para colocar esses indicadores em patamares aproximados dos valores nacionais. A par do processo de desconcentração regional do crescimento econômico ainda em curso, dois fenômenos contribuíram para a explicação da trajetória do produto regional naquele período: as altas taxas de incremento do produto agrícola em anos pós-seca, e o impacto atenuado da conjuntura recessiva sobre o produto industrial nordestino. Por outro lado, a intensificação do processo de integração do Nordeste à economia nacional cada vez mais condiciona o crescimento desta região ao desempenho global da economia brasileira. Assim, as perspectivas de crescimento do Nordeste dependem das condições em que se dê a retomada do crescimento nacional, inclusive do papel que for atribuído à região na divisão inter-regional do trabalho, e da contribuição que dela foi exigida para que o Brasil se integre competitivamente à economia mundial.

As fontes de dinamismo da economia nordestina nas duas décadas consideradas foram a formação bruta de capital fixo do setor público, o comércio exterior e o desempenho expressivo de algumas economias estaduais. Esses determinantes encontram-se bastante interligados, sendo a influência dos investimentos públicos decisiva para que o comércio exterior e as vantagens locacionais de alguns dos estados tivessem os efeitos positivos sobre o desempenho da economia nordestina. Por outro lado, as transformações verificadas na agricultura e na indústria foram tópicas quanto aos produtos e às localizações espaciais: as

lavouras de exportação e de maior valor comercial e a cana-de-açúcar foram as que incorporaram novas tecnologias. Na indústria, aumentou a tendência à especialização nos ramos de química, dos produtos alimentares e da têxtil.

Os rebatimentos sociais do crescimento econômico foram mais nitidos - se bem que ainda tímidos - na década de 70. Como aquela década foi de crescimento econômico mais rápido do que os anos 80, tem havido uma tendência para se atribuir ao desempenho econômico as melhorias nos indicadores sociais. Outra maneira de encarar a questão é relacionando o desempenho econômico às taxas de investimento por sub-setores, alguns deles diretamente relacionados à melhoria de vida da população (serviços sociais e comunitários, abastecimento de água, saneamento, por exemplo), ou indiretamente, através da criação de empregos (construção civil, investimentos industriais, comércio).

A década de 90 prenuncia-se como uma fase de grandes transformações na economia brasileira. Pensar o desenvolvimento brasileiro nos anos 90 significa, entre outras prioridades, imaginar e executar políticas que diminuam efetivamente as desigualdades inter-regionais de renda e o descompasso existente entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Com relação ao Nordeste, alguns reclamos antigos permanecem atuais: a) utilização efetiva do vasto cabedal de conhecimentos para a convivência da zona semi-árida com as secas periódicas; b) redução da agricultura de subsistência, que requer, entre outras políticas, a reorganização fundiária e a reforma agrária; c) políticas de criação de emprego, donde a necessidade de implementação de programas de apoio à pequena produção rural e urbana fazendo uso, inclusive, do grande acervo de experiências acumuladas por órgãos públicos atuantes na região; d) resgate da grande dívida social existente no Nordeste, com prioridade para programas de atendimento às necessidades

básicas da maioria da população. A par dessas políticas de caráter compensatório, a redefinição de papéis no processo de retomada do crescimento econômico nacional exigirá que se dê ênfase às atividades econômicas regionais que apresentam dinamismo e maiores potencialidades. O papel a ser atribuído ao Nordeste na nova divisão inter-regional do trabalho deverá passar pela consolidação dos pólos industriais anteriormente referidos (além do pólo agropecuário da Zona do Cerrado), buscando promover a articulação econômica entre eles e a sua integração ao restante da economia.

Dentro de uma perspectiva mais ampla, há que considerar que a diversidade geográfica e as potencialidades econômicas das regiões brasileiras estão exigindo um esforço de definição de uma nova abordagem que explore os seus recursos e promova a sua integração econômica, aproveitando a tendência, embora tênue e lenta, de desconcentração que teve início na década de 70.

7. BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Banco do Nordeste. Nordeste, análise conjuntural. Fortaleza. Vol 29, no 1, jan./jun., 1991.
- BRASIL. IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, vários anos
- IBGE. Censo Agropecuário, 1985
- IBGE. Censo Demográfico, vários anos
- IBGE. Censo Industrial, vários anos.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD. Rio de Janeiro, 1988 e 1989.
- IBGE. Produção Agrícola Municipal. Rio de Janeiro, 1975
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. Recife: SUDENE, 1967. 2a. ed.
- BRASIL. SUDENE/BNB. Relatório da pesquisa sobre desempenho da indústria incentivada: 1988. Recife, 1991 (mimeo).
- BRASIL. SUDENE/DPG/PSE/GCR. O desempenho da economia do Nordeste em 1987. Recife, 1988. Tabela 4 (mimeo).
- BRASIL. SUDENE. Agregados econômicos regionais - Nordeste do Brasil 1965-92, 1994
- SUDENE. Plano de Ação Governamental para o Nordeste. Recife: 1993.
- SUDENE. Produto e formação bruta de capital - Nordeste do Brasil, 1965-91. Recife: 1992.
- SUDENE/FUNDAJ. Boletim Conjuntural - Nordeste do Brasil. Recife, 1994
- BUARQUE, Sérgio C. O Estado no processo de integração e desagregação do Nordeste. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Orlinda, 1988
- DUARTE, Renato. "Dinâmica e transformação da economia nordestina na década de 70 e nos anos 80". Revista Econômica do Nordeste, 20(4): 319-379, out./dez., 1989
- DUARTE, Renato. Incentivos fiscais e a industrialização do Nordeste - um estudo sobre o FINOR. Recife, 1992 (mimeo)
- CAVALCANTI, Clóvis et alii. Nordeste do Brasil - um desenvolvimento conturbado. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1981
- FRANÇA, F. M. C. A agricultura do Nordeste nas duas últimas décadas. Fortaleza: BNB-ETENE, 1993 (mimeo).
- FUNDAJ/STAS-SINE/PE. Investigação sobre o setor informal na RMR - os trabalhadores autônomos de baixa renda. Recife: 1986.
- GOMES, Gustavo Maia. Da recessão de 1981-83 aos impactos do Plano Cruzado no Brasil e no Nordeste: um alerta para o presente. Recife: Boletim Socio-econômico do Nordeste, v. 1, n. 1, março de 1987
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Introdução à formação econômica do Nordeste. Recife: Ed. Massangana, 1989
- JUAGUARIBE, Hélio et alii. Brasil: reforma ou caos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989
- JATOBÁ, Jorge. "Desenvolvimento regional, crise e mercado de trabalho: o caso brasileiro com especial atenção para o Nordeste, 1981-1983" In Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza: v. 16, n. 4, out./dez., 1985.
- MARQUES, Ricardo. Recursos naturais do Nordeste. Fortaleza: BNB-ETENE, 1990
- MOURA, Hélio A. de & SANTOS, Tais. Dinâmica demográfica recente dos estados e microrregiões do Nordeste - 1960/1980. Recife: FUNDAJ, 1986
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma religião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981
- ROSA, Antônio Lisboa T. da. A formação e as diferenciações intersetoriais e inter-regionais da produtividade, dos salários e do excedente: o caso da indústria nordestina no contexto nacional. Tese de doutorado apresentada ao Depto. de Economia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1992
- SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. Estudo dos diferenciais na mortalidade infantil, segundo algumas características sócio-econômicas. Rio de Janeiro: FIBGE, 1992 (mimeo).
- SOUZA, Aldemir do Vale. Política de industrialização, emprego e integração regional - o caso do Nordeste do Brasil. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Economia do PIMES/UFPE. Recife: UFPE.

ANEXO

ANEXO
TABELA A 1

NORDESTE: Lavouras voltadas para o abastecimento - Anos selecionados (%)

ABACAXI	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)
	1969	13.245	127.967	9.662
	1975	11.385	146.981	12.868
	1980	12.639	196.306	15.532
	1985	18.329	413.516	22.561
	1989	18.983	477.642	25.162

ARROZ	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE(t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	771.498	1.037.283	1.345
	1975	889.214	1.292.059	1.453
	1980	1.275.185	1.483.538	1.163
	1985	976.379	1.138.697	1.166
	1989	1.369.307	1.786.545	1.305

BANANA (2)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE(t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	95.715	188.881	1.973
	1975	95.866	155.281	1.620
	1980	138.924	196.921	1.417
	1985	136.700	190.361	1.393
	1989	180.873	213.882	1.182

BATATA-DOCE	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO(kg/ha)
	1969	68.389	587.874	8.609
	1975	18.121	388.261	8.068
	1980	32.577	249.503	7.659
	1985	32.188	260.412	8.090
	1989	26.885	215.798	8.027

CYBOLA	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE(t)	RENDIMENTO MÉDIO(kg/ha)
	1969	6.910	39.673	5.741
	1975	4.655	27.057	5.817
	1980	11.072	127.863	11.519
	1985	5.335	46.229	8.665
	1989	11.128	143.986	12.939

FEIJÃO (EM GRÃOS)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE(t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	1.507.031	818.901	543
	1975	1.791.751	707.679	345
	1980	1.791.329	501.283	280
	1985	2.289.870	728.409	315
	1989	1.993.756	551.182	276

MAMÃO (1)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	-	-	-
	1975	618	6.867	11.112
	1980	1.167	23.239	19.913
	1985	8.500	127.241	50.264
	1989	10.903	282.461	35.079

MANDIOCA	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO(kg/ha)
	1969	775.908	13.009.081	16.766
	1975	1.107.117	12.562.605	11.348
	1980	1.291.021	13.324.339	10.305
	1985	1.012.836	11.263.751	10.801
	1989	1.088.656	11.781.291	10.822

MANGA (1)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	-	-	-
	1975	24.987	1.414.767	56.620
	1980	22.125	1.138.330	50.762
	1985	17.424	877.691	51.255
	1989	16.111	812.917	50.448

MFLANCIA (1)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	-	-	-
	1975	54.801	44.189	812
	1980	50.280	41.882	833
	1985	48.163	42.555	886
	1989	37.238	56.674	1.521

MELÃO (1)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	-	-	-
	1975	1.291	2.674	2.071
	1980	3.091	23.513	7.607
	1985	3.788	23.857	6.298
	1989	4.983	43.007	8.631

MILHO	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	2.052.381	1.596.543	774
	1975	2.497.651	1.614.457	646
	1980	2.193.108	830.160	379
	1985	2.592.075	1.537.573	593
	1989	3.081.230	1.742.996	566

Fonte: I.B.G.E. Anuários Estatísticos

- (1) Quantidade obtida em 1000 frutos e rendimento médio em frutos por hectare
 (2) Quantidade obtida em 1000 cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

TABELA A 2
 NORDESTE: Lavouras voltadas para exportação e processamento. Anos selecionados (%)

ALGODÃO ARBÓREO (em caroço)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	3.067.506	863.585	281
	1975	2.329.527	418.108	179
	1980	2.316.052	226.554	98
	1985	1.337.304	188.645	141
	1989	618.606	47.118	76

ALGODÃO HERBÁCEO (em caroço)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	-	-	-
	1975	672.194	224.358	334
	1980	558.780	147.170	264
	1985	1.012.725	458.697	453
	1989	555.292	197.865	356

BORRACHA (latex coagulado)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	-	-	-
	1975	-	-	-
	1980	-	-	-
	1985	11.228	7.420	661
	1989	11.700	6.733	575

CACAU (em amêndoas)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	406.379	203.101	501
	1975	118.978	271.799	648
	1980	138.113	392.181	690
	1985	540.013	361.801	670
	1989	551.407	339.799	600

CAFÉ (em ceno)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	108.302	69.375	659
	1975	77.113	46.235	599
	1980	114.661	94.872	827
	1985	122.760	130.708	1.064
	1989	167.141	125.421	769

CASTANHA DE CAJU	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	-	-	-
	1975	-	-	-
	1980	-	-	-
	1985	-	-	-
	1989	533.880	143.964	270

COCO-DA-BAIA (1)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	110.745	611.686	5.523
	1975	151.599	454.518	2.998
	1980	159.717	498.951	3.124
	1985	160.180	538.833	3.358
	1989	183.312	593.232	3.236

FUMO (em folha)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	78.239	60.513	773
	1975	87.467	63.855	730
	1980	87.605	72.799	831
	1985	59.084	53.136	899
	1989	50.175	39.512	787

LARANJA (1)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	20.154	1.618.500	80.307
	1975	30.016	2.385.874	79.487
	1980	49.082	4.623.615	94.202
	1985	55.790	5.087.690	91.194
	1989	71.163	6.462.677	90.815

MAMONA	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	274.557	260.398	948
	1975	275.751	191.124	705
	1980	354.437	154.959	437
	1985	422.351	325.416	770
	1989	245.734	101.874	415

SISAL OU AGAVE (fibra seca)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	320.625	328.186	1.057
	1975	326.982	311.314	961
	1980	296.081	234.981	793
	1985	332.605	290.901	875
	1989	270.245	220.956	812

SOJA (em grão)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	15	73	1.533
	1975	757	709	936
	1980	1.996	2.320	1.168
	1985	73.217	86.198	1.194
	1989	409.905	621.375	1.510

TOMATE	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	14.189	169.569	11.951
	1975	11.035	210.393	19.066
	1980	11.789	279.177	23.681
	1985	18.645	562.431	30.165
	1989	27.322	649.822	23.784

UVA	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	-	-	-
	1975	672.194	224.358	334
	1980	558.780	147.470	261
	1985	1.012.725	158.697	157
	1989	558.292	197.865	356

Fonte: IBGE, Anuários Estatísticos

op. cit. (ver tabela A.1)

(1) Quantidade obtida em 1000 frutos e rendimento médio em frutos por hectare

TABELA A 3
NORDESTE: Cana-de-açúcar. Anos selecionados (%).

CANA-DE-AÇÚCAR	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
	1969	605.921	27.411.541	45.239
	1975	766.054	34.227.672	44.680
	1980	1.025.838	47.935.479	46.726
	1985	1.330.172	67.645.059	50.856
	1989	1.378.423	69.761.955	50.599

Fonte: IBGE Anuários Estatísticos
op. cit. (ver tabela A 1)

Manuel Corrêa de Andrade *

Não é de se estranhar que a Fundação Joaquim Nabuco esteja hoje em cooperação com o INCRA e o MIRAC a realizar este seminário, de vez que se trata de uma instituição que vem se preocupando, desde a sua fundação, na década de quarenta, com os problemas agrários e agrícolas do Norte e do Nordeste do Brasil, e que tenha, em 1963, quando se debatia com entusiasmo a Reforma Agrária de que o Brasil necessitava, reunido em Seminário pesquisadores, técnicos, administradores e políticos das mais diversas posições para debaterem o assunto. Repete-se o fato com novas conotações que o atualizam e o tornam urgente. A Fundação presta, assim, ao nosso ver, uma contribuição à Nova República, à restauração da democracia no país.

É opinião generalizada entre estudiosos e administradores, ser muito complexo o processo de operacionalização da Reforma Agrária, sempre que um governo demonstra interesse em realizá-la. A simples existência de uma lei agrária não indica que os seus dispositivos sejam aplicados, em face da complexa conjuntura econômica e social, em um determinado lugar e em um determinado momento histórico. Este fato é comprovado quando se observa que o Estatuto da Terra, promulgado em 1964 pelo Governo Castelo Branco, atravessou todos os períodos presidenciais do regime autoritário, sem que tivesse uma real aplicação; foi necessário que se chegasse à Nova República para que se intensificasse o debate do problema visando a sua efetivação. Esta dificuldade de aplicação decorre de vários fatores, como, entre outros, o grande comprometimento com as estruturas existentes, que não desejam modificações nas mesmas, o poder político que é mantido pelos grandes proprietários e pelas empresas que possuem latifúndios e a própria complexidade do problema agrário, de vez que as formas de posse e uso da terra variam muito de uma área para outra.

Manuel Corrêa de Andrade

* da Fundação Joaquim Nabuco.

generalizada nas grandes propriedades; milícias que visam amedrontar e conter as reivindicações dos trabalhadores rurais. Sem o apoio do Ministério da Justiça ou das Forças Armadas o INCRA não poderá dispor de condições para desarmar essas milícias e os trabalhadores rurais dificilmente poderão se organizar e reivindicar os seus direitos, sem por em perigo suas vidas e seus bens. O próprio FARRA reconhece esta necessidade. Igual problema deve ser levantado em relação à ação dos grileiros, geralmente pessoas de grande influência e poder econômico, e que não podem ser contidos pelo INCRA. Sabe-se da grande quantidade de violência que eles vêm executando contra os antigos e pacíficos posseiros, nas áreas em ocupação, como o oeste da Bahia, no Maranhão, no Piauí, na Amazônia e no Centro Oeste. Neste caso, além do apoio e da cooperação do Ministério da Justiça e das Forças Armadas, seria necessário o apoio ostensivo e leal dos governos estaduais que devem manter a ordem pública no território do Estado, assim como do Poder Judiciário, fazendo com que a Justiça seja exercida com menos incerteza e com mais rigor contra os infratores das leis. São de conhecimento de todos e frequentemente denunciadas pela imprensa, violência e assassinatos de posseiros, de advogados de sindicatos de trabalhadores rurais e de sacerdotes que lutam com dedicação e estoicismo em favor dos trabalhadores sem terra. Sem o controle da ação daqueles elementos atrabiliários, dificilmente se poderia realizar uma verdadeira reforma agrária.

Ao se falar em violência organizada contra posseiros e pequenos proprietários, deve ser lembrado o problema do Índio que não tem conseguido fazer a demarcação de suas terras e ven sendo espoliado das mesmas pela ação dos grileiros. Isto nos leva a chamar a atenção do INCRA para a necessidade de cooperação e de ajuda da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). A Reforma Agrária não é apenas um ato físico de garantia de posse e uso da terra, mas também de assistência social e cultural, contribuindo o INCRA, no caso do Índio, para o apoio à preservação de suas tradições culturais e ao fortalecimento, no indígena, de sua consciência nacional.

Um outro sério problema a ser enfrentado é o de conscientizar as empresas e repartições estatais e para-estatais a agirem em consonância com o espírito da Reforma Agrária, e a não favorecerem nos grandes proprietários e ou às grandes empresas, sob a alegação de que são mais rentáveis e que utilizam tecnologia moderna, que não se encontra ao alcance das pequenas e médias explorações agrícolas. Para citar alguns exemplos é conveniente salien-

entar o apoio que vêm recebendo da SUDEN; os grandes projetos agro-pecuários, onde geralmente não há qualquer preocupação social e ecológica, em detrimento dos pequenos projetos; também a CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco -, ao construir as suas barragens, inundando grandes áreas, tem provocado a destruição de áreas agrícolas e levado ao desemprego os pequenos produtores das áreas inundadas, sem que desenvolva um programa de reassentamento racional para esses contingentes populacionais deslocados. Fato que também aconteceu em outras áreas, onde se construíram grandes represas como a de Itaipu, que expulsou milhares de pequenos proprietários do oeste do Paraná, os quais se encontram ainda hoje à procura de local para se alojar. Empresas estatais como a CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco -, vêm desenvolvendo programas de agricultura irrigada, dando grande prioridade a empresas em detrimento dos programas de colonização com cooperativas, apesar de haver obtido sucesso na Cooperativa Bobadouro II.

Estas autarquias e empresas ligadas ao Estado deveriam se voltar inteiramente para os programas de colonização e de exploração comunitária das terras, a fim de que os excedentes de mão-de-obra permanecessem no campo e produzissem os alimentos necessários ao consumo da população brasileira. O crescimento muito elevado da população urbana (4,5% ao ano) e o baixo crescimento da população rural (0,3% ao ano) no período de 1970/80, não indicam que a pressão sobre a terra tenha que diminuir, mas ao contrário, que ela tende a aumentar, de vez que o crescimento urbano exponencial resulta de existência de fortes fluxos migratórios do campo para a cidade, por parte de uma população expulsa do seu meio e do seu trabalho, por um modelo econômico extremamente desumano. Uma política de Reforma Agrária bem operacionalizada fará com que este fluxo seja freado e até poderá permitir um refluxo por parte dessa população expulsa para o campo, e marginalizada nas cidades.

Necessário se faz que o INCRA mantenha contactos e convênios com as universidades e com as escolas de ensino médio, profissionalizantes a fim de que, em seus cursos, além da formação tecnológica, seja ministrada uma formação em ciências sociais e em ecologia, a fim de que seus alunos, ao exercerem as suas atividades profissionais, após a formatura, compreendam que a sua função não é apenas técnica, mas também social, humana. A tecnologia sem um suporte ecológico e social trará consequências muitas vezes mais danosas ao homem e ao meio geográfico do que a preservação dos hábitos tradicionais.

Admite-se ainda que o INCRA, para operacionalizar a Reforma Agrária,

deve promover uma revisão e análise crítica dos seus cadastros, a fim de mantê-los atualizados e com credibilidade; sabe-se muitas vezes que as informações prestadas pelos proprietários são falsas, visando transformar latifúndios por exploração em empresas rurais. Problemas como o de concentração fundiária podem ser objeto de pesquisas que visem conhecer o processo histórico da formação dos grandes latifúndios e o impacto sobre a distribuição da propriedade da terra por programas governamentais, como o de racionalização da agricultura cacauceira e o PROALCOOL. Para isto necessitará da cooperação de instituições dedicadas à pesquisa social e de setores de pesquisa das universidades.

É indispensável também o apoio da sociedade civil para divulgar, defender e criticar a sua política de Reforma Agrária. Crítica, análise e divulgação indispensáveis ao bom êxito do programa. Na sociedade civil vêm apresentando preocupações com a construção de um mundo melhor, entre outras instituições, a Igreja, através da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - e da Pastoral da Terra, a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - e a ABI - Associação Brasileira de Imprensa. Mais importante ainda ao bom êxito da Reforma Agrária é o apoio e o incentivo que podem ser dados à mesma pela CONTAG - Confederação dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil -, com suas dezenas de federações e centenas de sindicatos rurais. Na verdade, são os trabalhadores agrícolas o grupo social que melhor pode contribuir com a apresentação de sugestões sobre a Reforma Agrária e que, apoiados pelo Governo, podem fazer cumprir os dispositivos legais que emanarem do programa. Sem o apoio decisivo dos trabalhadores rurais não se terá Reforma Agrária. Ainda merece referência a necessidade de compreensão e apoio da Confederação Nacional da Agricultura e dos sindicatos e ela associados, a fim de que essa reforma se realize sem traumas, como tem ocorrido com outras transformações na vida social e política do país.

Assim, admite-se que o PNRA pode ser operacionalizado através de uma série de medidas de Reforma Agrária e de Política Agrícola, como:

- a) seleção de áreas prioritárias, para execução da Reforma Agrária, com levantamento dos latifúndios a serem expropriados;
- b) levantamento das áreas pertencentes ao Estado e caracterização daquelas áreas que devem ser utilizadas, face as suas condições de acessibilidade, para um programa de implantação de agricultores sem terra ou com terra insuficiente;

deve promover uma revisão e análise crítica dos seus cadastros, a fim de mantê-los atualizados e com credibilidade; sabe-se muitas vezes que as informações prestadas pelos proprietários são falsas, visando transformar latifúndios por exploração em empresas rurais. Problemas como o de concentração fundiária podem ser objeto de pesquisas que visem conhecer o processo histórico da formação dos grandes latifúndios e o impacto sobre a distribuição da propriedade da terra por programas governamentais, como o de racionalização da agricultura cacauceira e o PROALCOOL. Para isto necessitará da cooperação de instituições dedicadas à pesquisa social e de setores de pesquisa das universidades.

É indispensável também o apoio da sociedade civil para divulgar, defender e criticar a sua política de Reforma Agrária. Crítica, análise e divulgação indispensáveis ao bom êxito do programa. Na sociedade civil vêm apresentando preocupações com a construção de um mundo melhor, entre outras instituições, a Igreja, através da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - e da Pastoral da Terra, a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil - e a ABI - Associação Brasileira de Imprensa. Mais importante ainda ao bom êxito da Reforma Agrária é o apoio e o incentivo que podem ser dados à mesma pela CONTAG - Confederação dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil -, com suas dezenas de federações e centenas de sindicatos rurais. Na verdade, são os trabalhadores agrícolas o grupo social que melhor pode contribuir com a apresentação de sugestões sobre a Reforma Agrária e que, apoiados pelo Governo, podem fazer cumprir os dispositivos legais que emanarem do programa. Sem o apoio decisivo dos trabalhadores rurais não se terá Reforma Agrária. Ainda merece referência a necessidade de compreensão e apoio da Confederação Nacional da Agricultura e dos sindicatos e ela associados, a fim de que essa reforma se realize sem traumas, como tem ocorrido com outras transformações na vida social e política do país.

Assim, admite-se que o PNRA pode ser operacionalizado através de uma série de medidas de Reforma Agrária e de Política Agrícola, como:

- a) seleção de áreas prioritárias, para execução da Reforma Agrária, com levantamento dos latifúndios a serem expropriados;
- b) levantamento das áreas pertencentes ao Estado e caracterização daquelas áreas que devem ser utilizadas, face as suas condições de acessibilidade, para um programa de implantação de agricultores sem terra ou com terra insuficiente;

- c) suspensão da implantação de grandes projetos agropecuários e do fornecimento de subsídios a empresas, sobretudo estrangeiras;
- d) atualização da política de tributação das propriedades consideradas como latifúndios;
- e) revisão e atualização do cadastro de imóveis rurais;
- f) desenvolvimento de uma política agressiva em favor do cooperativismo e de formas autênticas de exploração comunitária da terra;
- g) demarcação das terras das nações indígenas e apoio aos índios para o desenvolvimento de suas glebas;
- h) desenvolvimento de uma política de pesquisas sobre os problemas agrários das várias regiões, devendo estas pesquisas ter um caráter de totalidade, analisando os problemas nos seus vários aspectos, antropológico, geográfico, histórico, econômico, administrativo, político e social.

As sugestões unificam tanto medidas de Reforma Agrária como de Política Agrária, porque admitimos que a política agrária necessita estar contida na Reforma Agrária e deve ser orientada em função da mesma, não se podendo na prática, na execução, separar as duas.

Levantados alguns problemas e sugeridas algumas medidas de operacionalização e viabilização de uma Reforma Agrária, dentro de um país com opção capitalista e inserido no Mundo chamado Ocidental, acreditamos que se tenha levantado algumas proposições para um debate onde as várias instituições que participam deste seminário terão a oportunidade de criticar as proposições e a ótica e posição do autor, e apresentar as suas respectivas sugestões.

É próprio da democracia o creio que seja meta da Nova República que as medidas a serem tomadas pelo Governo sejam fruto do debate, do diálogo entre indivíduos e entre grupos sociais e que prevaleça sempre os interesses e os pontos de vista da maioria. Sem o debate, sem a discussão sincera, franca e leal nunca a Nova República poderá realizar o regime democrático pleno que, acreditamos, todos desejam.

- OPERACIONALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA: CONTRIBUIÇÃO DA CNBB

Enes Paulo Crespo*

Sugestões Gerais

Os tipos de assentamento são vários e dependem da prática, dos costumes e das opiniões dos próprios beneficiários da Reforma Agrária. Aqui mais do que em qualquer fase é necessária a participação dos trabalhadores. Antes de tudo manter o pessoal nas terras. Depois vêm as medidas complementares.

A co-propriedade dos meios de produção (João Paulo II - L. Ex - sobre o trabalho humano nº 15) é legítima e de acordo com a Doutrina Social da Igreja.

Socialização da propriedade. Assegurando-se a cada agricultor o pleno direito de ser proprietário do empreendimento em que se empenha juntamente com todos os demais é, talvez, a forma ideal para a qual se deve caminhar. Isso, na prática, seria um cooperativismo autêntico, democrático, participativo, a ser construído, e que vai depender de cada um de nós, sobretudo dos interessados. Ao Estado cabe retirar todo o embaraço burocrático, autoritário e paternalista que ainda sobrepõe o sistema cooperativista, e colocar-se apenas à disposição do mesmo, bem como os mecanismos que são de obrigação de todo e qualquer governo que quer o bem comum dos cidadãos. Promover o acesso dos mesmos à terra, à renda e ao poder. Seria necessário democratizar o crédito, a assistência técnica, a saúde, a educação, a capacitação técnica e a pesquisa. A operacionalização, portanto, da Reforma Agrária se fará de acordo com as necessidades e peculiaridades locais e de cada comunidade, com sua participação em todas as fases, EMBORA, PORÉM, com a orientação para desconcentrar, PARTICIPAR os bens, o poder. É o contrário da mentalidade concentradora e de lucro fácil, que deve ser substituída por uma tentativa de uma nova sociedade,

* Secretário Executivo da Regional II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

de mais solidiedade e partilha dos bens, da renda, portanto, e do PODER.

O Governo deverá fazer com que ao Ministério da Reforma Agrária se integrem todos os outros Ministérios comprometidos com a Reforma Agrária, tais como: Agricultura, Justiça, Saúde, Educação, Cultura, Fazenda, Planejamento. Integração efetiva de tal forma que suas ações não venham, em nenhuma hipótese, ajudar latifúndios com incentivos fiscais ou financiamentos, onde quer que estejam localizados.

Reforma Agrária e Terras Indígenas. Basta de tanto roubo e de tanta chacina durante 400 anos. Vamos devolver pelo menos aos remanescentes das tripos indígenas primitivas, donas desse país, os 67 milhões de hectares para que eles possam sobreviver com sua cultura e identidade próprias nessa última fração de terra que lhes resta das sucessivas invasões desde Pedro Álvares Cabral.

Muita coisa seria resolvida se o Estado cumprisse a Constituição atual, que poderá ser aperfeiçoada pela próxima constituinte, que define no seu artigo 69 da Emenda Constitucional nº 1, parágrafo 2º "sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 3.000 hectares".

As terras, portanto, concedidas em governos anteriores, contra a Constituição, deveriam ser arrecadadas simplesmente pelo Estado para fins de Reforma Agrária, sem nenhuma indenização.

Muita coisa seria resolvida com uma portaria do Banco Central, vetando qualquer transação econômico-financeira aos latifúndios, assim considerados em lei, e àqueles que não apresentassem a certidão de quitação do ITR.

Ações Imediatas

Como operacionalizá-las? Além das já enumeradas pelo ilustre Professor Venâncio Cordeiro de Andrade, achamos um dos capítulos mais importantes do 1º ENRA o capítulo 7 - AÇÕES IMEDIATAS. Estamos de acordo com todas elas, porém acrescentaríamos que para operacionalizá-las seria necessário levar em conta:

- . Viveros no Nordeste com 80% da população ganhando menos de 2 salários mínimos.
- . Há uma extinção programada do Nordeste.
- . Há um genocídio no Nordeste.

Dai advogamos:

- 1) Decretar a área toda do Nordeste em estado de calamidade pública, para que o governo possa tomar certas medidas de caráter emergencial no Nordeste.
- 2) Instalar campos de produção de alimentos com a mão-de-obra ociosa, nos vales, margens de açudes e rios perenes e perenizáveis, bem como na zona canavieira, para atendimento, a curto prazo, da fome que continua matando milhares de pessoas (o Ministério da Agricultura).
- 3) Instalar Postos fixos e volantes de saúde, abastecimento, crédito para custeio e compra da produção, a preços justos e reais, através das cooperativas, de acordo com as necessidades dos trabalhadores. O PEC/PROCANOR poderá ser a baliza inicial. Programas de exploração coletiva em cooperativas. Utilizar recursos do FUNDOR e FINSOCIAL.
- 4) Desapropriar imediatamente todas as áreas de conflito no país e ocupar as mesmas, com proteção policial, para evitar derramamento de sangue, tanto de trabalhadores quanto de patrões.
- 5) Desapropriar as áreas agricultáveis das várzeas e vazantes, margens de açudes e rios perenes e implantar aí a Reforma Agrária.
- 6) Adquirir e financiar moto bombas para um intenso programa de irrigação.
- 7) Reciclar os técnicos para uma assistência adaptada à região, respeitando a ecologia e o saber popular.
- 8) Criar um amplo programa de capacitação e acompanhamento de camponeses, no uso racional da terra, da água e do sol e criação de pequenos animais, a exemplo do que está sendo realizado pelo CECAPAS - Centro de Capacitação e Acompanhamento aos Projetos Alternativos, do Regional NE-11-CNEB.
- 9) Incentivar o fortalecimento do associativismo rural, especialmente o sindicalismo e cooperativismo de pequenos produtores rurais.
- 10) Criar a justiça agrária no campo e desmobilizar as milícias privadas. Criar Comissões em cada Estado para administrar os conflitos, integradas pelo INCRA, Polícia Federal, Secretaria de Segu-

rância, Federação, Comissão de Direitos Humanos e Justiça e Paz.

Resumindo, para operarmos e resolver o problema do Nordeste, de fome e de miséria que abate milhões de nordestinos, temos que, antes de mais nada, ajudar os trabalhadores a conquistarem a terra, a Reforma Agrária, através da pressão organizada e consciente, com o apoio de seus aliados em todos os segmentos da sociedade, visando:

- a) Democratizar a terra, através da Reforma Agrária;
- b) Democratizar a riqueza - repartir com justiça;
- c) Democratizar a tecnologia. A partir do saber popular, desenvolver a mística de que devemos amar esta terra, tratá-la e conservá-la com carinho para as gerações futuras, sempre mais bela e fecunda. Ela é nossa mãe;
- d) Democratizar o Pod. Político. Incentivar a participação em todos os níveis e esferas de todos os segmentos da sociedade.

Repetindo aqui, mais uma vez, o que Dom Francisco já falou em nome dos Bispos do Regional: as poucas terras de Igreja, ainda existentes, estão à disposição do INCRA para serem se iniciar a Reforma Agrária.

E digo: mais aos agricultores aqui presentes: se em seus municípios existe terra de Igreja, ocupem essas terras logo, pois terras agricultáveis ociosas é um crime, quando há braços fortes para trabalhá-las. A terra existe para o bem de todos e pertence àquelas que nela trabalham.

Imediata que as outras: a detecção das áreas de conflito social, antes mesmo da seleção das áreas prioritárias.

Porque nós entendemos que o levantamento das características dessas áreas de conflito serão indicadores que não podem ser menosprezados na hora de se definir as áreas prioritárias.

A constituição exige que antes da desapropriação haja um decreto de área prioritária mas isso na operacionalização não é problema porque o decreto é uma coisa muito simples e pode ser feito até para uma área só.

~~Agora uma coisa que tem sido um questionar por aí, não digo de repente~~
~~de administração, como o plano, que fala tanto em participação da sociedade,~~
~~mas não contemplou o canal normal, legal, existente já. Porque, infelizmente, no~~
~~Brasil lei não se paga, é nada. Então, um caso o Estatuto da Terra, pagou~~
~~em parte. A disposição do Artigo 37, inciso 3., que fala das comissões agrárias~~
~~esse é o canal normal, legal, viável, para que os trabalhadores acompanhem a~~
~~implantação da Reforma Agrária e a sua execução. Não sei porque até hoje não~~
~~foi estruturada. Não sei também se na forma do Artigo 42 a estrutura dessa~~
~~comissão conseguirá se viabilizar porque parece numa comissão paritária: 5~~
~~representantes dos trabalhadores rurais: eleitos ou indicados pelos órgãos e~~
~~três dos proprietários rurais, com um representante do INCRA e um represen-~~
~~tante de uma entidade pública que nós não sabemos qual, mas que poderia ser~~
~~pensada. Eu não sei se isso aí poderia ser viabilizado nesse corpo a corpo.~~
~~Acho que o maior interessado é o trabalhador que poderia reivindicar maioria~~
~~dentro dessa comissão. Isso poderia ser uma proposta imediata da FETAPI para~~
~~que houvesse um decreto ou uma lei que derogasse o Estatuto da Terra nessa~~
~~parte: que a comissão mudasse a estrutura.~~

As Ciresps eu gostaria de fazer ~~em~~ a proposta de que não se apege tanto às estruturas formais de associativismo. Eu acho que o plano abriu aqui para formas mais leves de associativismo. Acho ~~que~~ a estrutura das CIRA's muito pesada, com um delegado do INCRA dentro, cheia de formalidades legais, de tecnologia, que realmente tirou o povo trabalhador. A CIRA, pelo menos a experiência da CIRA que eu conheço não é boa. Talvez as forças associativas existentes por si afora, sem ser por parte do INCRA, sejam estruturas leves mais indicadas para os trabalhos associativos: compras em comum, vendas em comum, créditos sem aquela institucionalização das cooperativas. Porque eu acho que o último passo de uma forma associativa é a institucionalização.

Também não aceito muito que o plano coloque toda forma associativa em forma de cooperativa porque às vezes os camponeses não querem a cooperativa

FRACIONALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA: DEBATES

Álvaro Mourão de Araújo - Delegado Sindical da Zona de Fragoso e Ouro Preto

~~Queria um desabafo, porque essa frase é a frase, eu não sei falar mais.~~

Nós temos os adversários da Reforma Agrária, não sabemos disso. Mas nós os estas criaturas que Deus deu sabedoria para estar conosco, para nos ajudar. Então que Deus abençoe estas pessoas que estão aqui e que fazem parte todas as organizações trabalhistas. Então aqui queremos a Reforma Agrária ente, não suportamos mais esperar. Para que tanta conversa? É só mãos à obra! Já temos a lei, qual está faltando? O caso é que, quem não lhe falta nada, pode ter pressa, ficar tapeando p'ra ver se passa o tempo e nada feito. Vamos à realidade da Reforma Agrária. Nós somos os sofredores, então quem

~~re é quem pode dizer nada deí. Temor do Fragoso e Ouro Preto 750 famílias rondo necessidade e passando fome. Eu dign passando fome porque pelo preço está a carne, o trabalhador rural não pode comprar, ele tem que comer rato forme disse aquele doutor que mandou que nós pobres comesse rato. Ele não quer comer, mas Deus mandou. E eu estou obedecendo a ordem dele, estou dando preço da farinha e do feijão para ver se assim podemos comer carne e localizar bem no comércio, porque ele dá também o adubo p'ra terra. Então, nós precisamos de alimentos para essas cidades aqui, intelectuais, mas nos tem dado apoio.~~

isso vem ao Presidente da República: essa exigência de nós sofredores, que nós é que sofremos, nós é que necessitamos e por isso é que estamos aqui. ~~esses companheiros e essas companheiras que vieram, porque todos nós precisamos trabalhar, mas Deus que colocou aqui o salário que eu não tenho trabalho, porque tenho interesse de ver a realidade dessa Reforma Agrária p'ra não ir em palavra muito difícil como falou aqui o professor em palavra muito simples, que é uma maravilha a gente saber o que necessitamos também dito pelos outros. Mas em poucas palavras a pessoa pode dizer o que é que estamos pedindo e nos dar apoio a ser uma realidade essa Reforma Agrária, porque não iradefira os anos que se passaram.~~

Getúlio Vargas trouxe as leis trabalhistas, todo mundo sabe (eu era muito nova na Revolução de 30; nunca gente se escondia dentro da casa de papai

o meu agricultor para não morrer porque o povo queria matar porque era "patronista", mas Getúlio Vargas acabou com ele. Depois veio o criador desse Estatuto da Terra mas desapareceu porque jogaram um avião no ar e acabaram com ele.

~~Não foi conversa não, não foi o cara sacrificar a vida mas acabou com Colastale Branco. Então veio os outros, tomaram conta e cadê que fizera: não? Então não deixou o Estatuto da Terra? Não foi o homem da revolução que nós pensava que ia melhorar a situação? Desgraçou tudo, que tá tudo acabado: roubaram, acabaram com tudo, e nós é quem pagamos o pato.~~

Então nós precisamos que os senhores apertem o nó que é p'ra sair a Reforma Agrária. Porque os senhores é que têm força para nos convidar p'ra estar com os senhores, porque os senhores sozinhos não podem fazer. A Reforma Agrária pertence aos sofredores, mas tem que ter os potentes na frente porque nós sozinhos também não somos nada.

O Senhor disse: Sem minha nada podeis fazer. Então, eu que sou um evangélico, também estou aqui para defender o direito de toda aquela população sofridora, porque eu não quero o bem só p'ra mim. Eu desejo que todos os companheiros recebam seu título de posse, para ter o pão de cada dia, p'ra poder manter as novas famílias, porque não é brincadeira. A pessoa que tem tudo na sua mesa é uma maravilha! É admirável, senhores, que não lhes falte nada e estão dando apoio para nós!

É esse povo que tem sabedoria, professores e professoras que nos apoiam. Isso é uma coisa de admirar, porque a maioria do povo só pensa assim: se tá com uma corda no pescoço puxa p'ra acabar de matar. Nós precisamos de ajuda dos senhores e principalmente de Deus, p'ra que saia a Reforma Agrária o mais breve possível.

Euclides Almeida de Nascimento - Assessor da FETAM

Quando falamos governo nós, trabalhadores rurais, já estamos entendendo: governo significa uma composição de força que decida politicamente fazer ou deixar de fazer aquilo que o povo reivindica. Faz muitos anos que nós, trabalhadores rurais, vem reivindicando a Reforma Agrária, tem exigido a Reforma Agrária e até hoje a Reforma Agrária não saiu. Continua no papel e o trabalhador rural ficou sempre com um sego p'ra segurar caninhão velho na lajeira quando desce de ré.

Na área canavieira, as terras melhores estão nas mãos de quem? Dos latifundiários, que não estão desenvolvendo, ~~desempregando~~ a função social da terra e a gente reivindica do governo a Reforma Agrária. Se não me falha a memória, lá pelo ano de 1965 a 66, D. Helder Câmara (naquela época eu era Presidente da FETAPE, quando havia a discussão do problema na área canavieira) e D. Helder disse p'ra mim: vamos fazer o encontro: trabalhadores rurais da área canavieira, fornecedores de cana, os usineiros e o governo. Fazer um confronto p'ra ver se a gente chega a uma conclusão de resolver esse impasse da área canavieira, porque na medida em que nós denunciava as injustiças praticadas, os fornecedores de cana diziam a culpa não é nossa, a culpa da exploração dos trabalhadores é dos usineiros. Porque é quem explora nós; se ele explora nós, se ele rouba nós na balança lá na usina, e ainda está devendo a demorara não sei de quanto, então a culpa é dos usineiros. E aí D. Helder coordenou esse encontro aqui na capital do Recife. No primeiro dia eu, representando os trabalhadores, coloquei tudo o que se passava com os trabalhadores e lá estavam também os fornecedores de cana. ~~Estes~~ ~~que~~ ~~estes~~ hoje não estão aqui, deveriam estar escutando hoje sobre o problema da terra e da Reforma Agrária. Os fornecedores de cana escutaram tudo o que eu disse e quem representava os fornecedores era Dr. Francisco Falcão. Dr. Francisco ouviu tudo e no outro dia foi o dia dele, representando os fornecedores. Ele dizia: ~~o D. Helder se estivesse aqui confitaria~~ os trabalhadores eu ouvi ontem; realmente é uma verdade. Os trabalhadores são explorados, mas a culpa não é nossa, dos fornecedores, é dos usineiros e colocou p'ra D. Helder e todos os que estavam nesse encontro o que era que os usineiros faziam com eles. Estava ali também o representante dos usineiros, escutando também o que o fornecedor dizia. No outro dia foi o dia dos usineiros. Chegaram os usineiros e disseram: É, vivimos o que falaram os trabalhadores, o que falaram os fornecedores de cana. É tudo verdade, mas a culpa não é nossa, dos usineiros, a culpa é do governo, porque o governo não pagou a nós, está devendo, desde 1964 que deve açúcar, deve demorara e não paga a nós, usineiros. A culpa é do governo. E nós, feito sepo de carinhão, p'ra aguentar as encardadas deles todona. No outro dia chegou o Governo. O Governo citou-se através do IAA e disse: É mentira dos usineiros e fornecedores de cana, que o governo não deve nada a eles, já pagou tudo. ~~Agora~~ ~~a~~ culpa é deles, que não pagam ao banco, estão devendo ao banco e não pagam, e o banco não solta dinheiro e dizem que é o governo. No final de contas, o Governo disse que não era culpado, já tinha pago tudo; o usineiro também, e lá vai cada um se desculpando e nós ficamos sempre feito sepo de carinhão velho pifando na ladeira, para seguir, p'ra não descer de ré. ~~Então~~ De lá p'rá cá a gente vem sempre provando isso e

todos os governos que vêm e eu já disse também quando o Presidente Tancredo Neves esteve no Teatro Sarmiento Isabel que enquanto o governo continuar jogando rios de dinheiro na mão dos fornecedores de cana e do usineiro, continua cada vez mais massacrando os trabalhadores, implantando a fome e a miséria no Estado de Pernambuco, no Nordeste e no Brasil. Tá, que eles não se reúnem com nós, eles têm até nojo de se reunir com os trabalhadores: ~~Porque eles~~, sabendo que os trabalhadores estavam aqui, ~~também~~ não vieram. Então, gente, a situação é essa: a cada dia o camponês é despejado das terras, do litoral ao sertão. Na área de cana a cada dia aumenta a produção, a expansão da cana já vai chegando pelo Agreste, já estão plantando cana até no Sertão.

O "Deus da Cana" está tomando conta de tudo e os camponeses despejados. Pesqueira, ~~por exemplo~~, São Bento da Una, Cachoeirinha, aquela região é uma área do Agreste mas só vendo de perto p'rá crer! Uma companheira de agreste, de São Bento da Una, recebeu lá um pedacinho de terra, pelo pedaço de terra que foi desapropriado, e porque recebeu um pedacinho de terra, uns 5.000 camponeses passando fome e nas periferias daquelas cidades interioranas, chegam lá na casa dela: está com uma lista de 5.000 trabalhadores exigindo dela que dê um jeito de arranjar terras p'rá eles plantar e tanta terra em Pesqueira, de latifúndio por exploração, ~~que não está explorando~~ e tanta gente a passar fome! O Professor Manuel Correia ~~faz uma constatação que realmente é isso que nós temos empregado~~ várias vezes, quando ele disse que a Reforma Agrária depende da organização dos trabalhadores, que Reforma Agrária sai com pressão política também dos trabalhadores, de toda a sociedade civil. Estamos conscientes de que realmente, Reforma Agrária tem que ser conquistada. Reforma Agrária dada, essa não sai nunca! E Reforma Agrária pacífica p'ra latifundiário entregar sua terra para o governo fazer, só eu verdo, porque nenhum latifundiário vai querer ceder suas terras p'ra a Reforma Agrária nenhuma. Eu pago p'ra ver! Quando eu ver fazer isso eu digo: pois eles se comertaram mesmo, graças a Deus. Por isso convidamos a todos que aqui estão, trabalhadores rurais e não trabalhadores rurais. Acredito que aqui estão todos conscientes que precisamos unir força, campo e cidade da sociedade civil, para libertar a nossa mãe gentil, a terra Brasil que está concentrada, e presa, sem poder alimentar seus filhos, na mão de um grupinho que não quer permitir nem deixar produzir, que é p'ra matar o povo de fome.

A gente não pode ~~continuar assim~~, por isso convidamos a todos para ajudar a nós, ~~é tanta coisa p'ra se ver~~. O problema é político mesmo, a gente tem que começar a analisar dentro dessa máquina chamada governo: ainda tem muito entulho, muitas coisas ruins que estão lá dentro, precisando ser trocadas, para que essa máquina funcione.

~~A gente sabe que no governo da Nova República tem muitas peças boas, mas ainda tem muito entulho que está impedindo que essas peças boas funcionem em prol da Reforma Agrária. Por isso convidamos a todos: vamos pra luta, vamos analisar nos municípios, dentro dessa conjuntura, quais são os vereadores que realmente estão voltando para a Reforma Agrária, apoiando um plano nacional de Reforma Agrária; quais são os prefeitos dos municípios, os governos dos estados (que tem uns que passam por aí titulando terra, até de quem tem terra com escritura, e dando um outro título e dizendo que é Reforma Agrária e a gente tem que engolir isso como a Reforma Agrária). E quem são os parlamentares estaduais e federais. Não temo a gente analisar politicamente e aí vem depois, há próximo ano ^{depois} tudo correndo pra querer assumir cargo político aí e vamos analisar quem são as peças que vamos botar nessa máquina chamada governo.~~

~~Daí que nós convidamos a sociedade civil em prol da Reforma Agrária, aqueles que estão com visão de justiça social para implantar a Reforma Agrária.~~

O que nós queremos é acabar com a opressão, a injustiça e o terror que a cada dia se generaliza nesse país através da violência ~~brutal~~. Isso é na área da ~~cidade~~, é no Agreste, é no Sertão. *A Reforma Agrária*

~~Ante um falau e Professor Manoel Correia na política agrícola que foi implantada dia com uma mão e toma com a outra. Toda semana chega gente na FETAPE pedindo assistência jurídica porque as terras deles, a pouca terra que têm, está sendo tomada pelos bancos oficiais. "Plante que o governo garante". Plantaram e o governo não garantiu e agora o banco disse: eu quero e o meu, tiro de crédito tirar. Por isso é que temos que lutar para que seja feita uma Reforma Agrária com justiça. Por isso convidamos a todos, porque a Reforma Agrária não sai só com a pressão dos trabalhadores rurais, temos que despertar a opinião pública para a Reforma Agrária, assim como despertaram para o futebol e para as novelas de televisão, uma novela atrás da outra. Nesse Brasil onde mais de 50% da população é de jovem, querem empalhar o jovem só com novelas. É preciso que a juventude se levante, porque esse Brasil é o Brasil gigante, gigante pela própria natureza e pelo tamanho. Precisamos acordar e quebrar as algemas, que estamos algemados.~~

Terezinha Bittencourt - Presidente da Associação dos Servidores do INCRA-ASSINARA

Ante M. Manoel Correia eu gostaria de sugerir que nas últimas medidas propostas na sua brilhante palestra, ele acrescentasse como uma medida mais

foi sábio e permitiu a abertura de outros canais, não se restringiu ao canal legal, a essa altura politicamente insuficiente.

Djalma Augusto de Melo - Representante da Federação de Cooperativas Mistas de Trabalhadores Rurais de Pernambuco

~~... mas não pretendia realmente falar, estava satisfeito com o encaminhamento das proposições a partir do Prof. Manoel Correia e depois com a assistência de Reginaldo, de Crespo e de tantos outros. Mas no momento em que a Uru. Terezinha fez uma certa restrição à organização da cooperativa do camponês, me pareceu justo dizer alguma, em representando uma organização de pequenos agricultores e trabalhadores rurais em Pernambuco, única, aliás, neste país.~~

A partir da própria sugestão da Igreja, anteriormente, Dr. José Gomes da Silva e eu, nos falávamos justamente a respeito da sugestão da Encíclica do Papa quando abordava o aspecto da Reforma Agrária que denunciava também outras reformas: no sistema de crédito, no sistema fiscal, no sistema da tecnologia, no sistema de organização da produção e dos produtores e idia-se muito clara-mente em cooperativa.

A finalidade da organização cooperativa, na verdade não é
 O Prof. Manoel Correia deixou bem claro e enfatizou várias vezes a organização cooperativa, a partir da administração da usina, e nós o cumprimentamos por toda a atenção feita, e da própria cooperativa, porque na verdade não é uma instituição passada. Eu acho que a lei precisa ser modificada, precisa de introduzir reformas, reformas da própria legislação cooperativista, que transforme, que modifique e que faça com que a cooperativa seja uma organização mais leve, com menos exigências e com maior possibilidade de desenvolvimento por parte do público camponês, do pequeno agricultor, do trabalhador rural. Em Pernambuco as cooperativas de trabalhadores todas estão apenas sobrevivendo, a verdade é essa; porque não há uma política interessada e propícia para que os trabalhadores possam desenvolver ações no campo específico da sua organização. Então nós entendemos que o associativismo é fundamental para o desenvolvimento da ação no campo específico da sua organização e para o desenvolvimento da própria Reforma Agrária. O Movimento Sindical Brasileiro também não aceitava a cooperativa do próprio trabalhador. Em certos momentos verificamos, no início dessa nossa luta, que o movimento sindical ficava até um tanto indiferente porque realmente o sistema cooperativista brasileiro não é representativo nem do trabalhador nem do pequeno agricultor. Mas hoje, já no IV Congresso, o

porque a experiência deles com cooperativas é pífia, é de total alienação, é de total dominação e normalmente eles reagem.

Então que eles usum formas progressistas não institucionalizadas até que com a progressão daquela escolha, daquela opção, eles cheguem a institucionalização depois que já estejam capacitados para gerenciar e não para serem gerenciados por elementos estranhos como gerentes e como técnicos de vários órgãos que entram nas cooperativas e terminam sendo os donos das cooperativas. ~~Então, no INCRA que está aqui presente uma sugestão seria que o plano não atribuísse o associativismo ao cooperativismo. Deixasse o associativismo como um gênero bem amplo dentro do qual existem as várias opções.~~

Paulo Marques - Universidade Federal de Pernambuco

Como Manoel Correia falou muito bem, a situação é bastante séria, é de mudança social, mudança de uma situação, como o companheiro Bircou Pessoa tão nitidamente colocou, que remonta ao início da civilização brasileira, e que em sufocando, esfacelando e impedindo o desabrochar de um povo e de uma ação. Numa hora dessas a Reforma Agrária é um processo seríssimo de mudança social. Então, se os trabalhadores, os agricultores, como se tem sido dito aqui, assumem que a Reforma Agrária é problema deles, ela se coloca como uma questão de risco, de conquista, de pressão.

Ilvestre Arrigo da Silva - Representante do Polo Sindical do Subúrbio São Francisco

~~Eu procuraria com todas as pessoas aqui, que representam governo, e todos nós também que somos pessoas que não representamos governo mas representamos povo, que estamos aqui neste seminário, como nós vamos encarar a situação, tanto a desses companheiros que estão aí na área canavieira como a situação dos esses companheiros da área da Barragem de Itaparica, que tem só 1 ano e 6 meses para desaparecer tudo que eles têm toda a fortuna deles que está nessa~~

Agora ~~eu~~ perguntei ao representante do INCRA que está aqui ~~entre~~ os representantes do governo que também estão aqui, que dificuldade é que há do INCRA e do MIRAF para chegar ao Presidente da República e dizer que tem de sair o decreto de desapropriação, levando em conta a situação dessa população e outras que estão por aí carentes, mas levando em conta o prazo que só da área rural são 7.000 famílias que vão perder tudo o que têm na maior fonte de produção que tem aqui na nossa região que é o vale do São

nova tecnologia não pode receber os mesmos benefícios fiscais? Parece-me que esta seria uma reivindicação imediata.

Esse perímetro do DNOCs ~~não sei se todo mundo conhece o termo~~, é uma espécie de mangá (manga no sertão a gente chama uma cerca que divide uma área). Então o DNOCs tem uma cerca que ~~forma~~ a cerca dos privilegiados. Ali dentro ficam os funcionários do DNOCs, ~~é~~ os colonos irrigantes e todo mundo está de costa pra quem está fora da cerca, não interessa a sorte de ninguém; inclusive o próprio colono não está se interessando se o vizinho dele tem água ou se não tem, se tem ou não um feixe de capim verde. Hoje já tem colono, realmente, construindo mansão. Eu estou colocando pra eles que não vou favorecer mais nenhuma solução para o colono se ele não estabelecer um nível de solidariedade com o trabalhador dele e com a pessoa que está do lado de fora da cerca e confesso o seguinte: são colonos que foram levados lá para o DNOCs, alguns são pessoas muito simples mas não vai ser muito rápida a percepção da necessidade de solidariedade deles com os próprios trabalhadores. Eu acho que esta questão é um pouco complicada.

Finalmente, ao companheiro de Itaparica eu gostaria de lembrar ~~o seguinte~~, a respeito do prazo de 1 ano e 6 meses, ~~eu acho~~ que pode se colocar a seguinte questão: e por que não deixar ~~esta~~ ^{variável} ~~que se resolve~~ o problema satisfatoriamente? Por que não colocar uma ação popular e colocar ~~também o seguinte~~ o prazo deve ser dado pelo atendimento das 7.000 famílias? Enquanto não tiver sido dado o atendimento não pode fechar a Barragem. A solução técnica de engenharia é facilíssima: é só deixar aberto, não tem o menor problema do ponto de vista de engenharia.

Agora é preciso entender o seguinte: a energia elétrica vai faltar para a sociedade da cidade grande. Então é a sociedade na cidade grande que de curto prazo, pela sua demanda, está pressionando para que se encha a Barragem. E eu acho que ela não tem que ser cheia antes de o pessoal ser realmente relocado. Acho que essa é uma questão que ~~também~~ tem que ser colocada.

Reginaldo Miniz - Assessor da FETAPR

Eu acho que o plano foi sábio a propósito dessa comissão como o canal permanente. Mas essa solução pressupõe a possibilidade de um entendimento, de um acordo. Um acordo que eu acho que só é possível no nosso desejo, porque na prática, pelas forças que se colocam hoje na sociedade, é impossível se avaliar o tal processo de Reforma Agrária via consenso. Tu acho que o plano

Francisco. Eu acho que cabe a responsabilidade não só dos trabalhadores mas também das autoridades aqui presentes que representam o governo. Quando eu vejo a uma pessoa aqui representando o governo é porque existe confiança. Eu acho que cabe a responsabilidade também dessa pessoa de levar para lá essa preocupação dos trabalhadores.

José A. L. Padilha - Diretor Regional do DNOCs

Eu queria apoiar Terozinha com respeito ao aspecto do cooperativismo. A experiência do cooperativismo nos perímetros ligados ao DNOCs revela exatamente o que a ela disse. Eu acho que vai ser preciso pensar realmente num cooperativismo muito leve para que aconteça facilmente.

~~Eu não concordo com esta, eu posso dar um testemunho das reuniões que tenho feito e que os resultados das semanas onde isso fica claramente visto.~~

Queria denunciar que um aspecto sobre o que Dr. Manoel Correia colocou com respeito da dificuldade que se cria para o pequeno, além da questão do financiamento por um preço tal que depois ele não pode pagar, eu tenho visto uma coisa muito mais perversa: é que o preço da aquisição do produto é fixado por quem compra.

O trabalhador, por exemplo, do perímetro do DNOCs não participa da formação do preço. O preço é formulado pela Palmeiron, pela Poixo, enfim, pelas indústrias.

~~É muito evidente que se quem vai comprar é quem dita o preço, então se a negociação muito difícil para quem planta.~~

Outro problema que eu gostaria de destacar é o seguinte: aqui quando na indústria se instala no DIPER, além de ser financiada para se instalar, as receitas do PINOR e tudo o mais, recebe uma isenção fiscal de IPI e ICM e valores por 5 ou 10 anos. Pois bem, nessas cooperativas de camponeses, por exemplo, nos perímetros do DNOCs, quando o camponês entrega a produção dele na cooperativa ele tem retirado do valor bruto da produção 50% imediatamente e estes 50% são distribuído 17,5% de ICM, 10% de taxa para a cooperativa, exatamente porque a administração da cooperativa é pesada, mais 2,5% de FUNRURAL.

Então, eles hoje fogem da cooperativa como diabo foge da cruz e eu acho que não tem outra razão. Eu gostaria de colocar isso aqui porque acho que essa reivindicação tem que ser feita imediatamente. Por que é que uma indústria no caso Johnson ou a tal que se instalou no distrito industrial, tem isenção de impostos por 10 anos, e por que os colonos que inclusive estão aprendendo uma

movimento sindical amonta a organização de cooperativa de trabalhadores. É preciso que haja uma reformulação na legislação.

~~O movimento de Pernambuco, no seu início, os técnicos achavam que não tinha sentido, que trabalhador não tinha capacidade para administrar, mas nós temos aqui exemplos bastante enfáticos da possibilidade e da necessidade de o homem crescer.~~

Esse rapaz que está aqui ao meu lado, José Lino, tem 2 hectares, agora ele tem um pouco mais porque ficou com as terras da barragem, uma luta da cooperativa em Carpina. Mas ele é presidente da Cooperativa, ele é presidente da própria federação e a gente vê como há um crescimento, como há um progresso, como há uma evolução, propiciada pela organização do trabalhador. São 10.000 hectares de terra hoje trabalhados por Cooperativas de trabalhadores rurais, com ações no campo da produção agrícola, da organização, da comercialização, envolvendo 150.000 sacas de feijão, 110 mil sacas de milho, 400 mil sacas de farinha, tudo isto é produção que nós sabemos que existe no nosso universo de 120 cooperativas de 20.000 mil associados, mas que não pode ser comercializada, porque nós não temos uma política adequada, uma política de comercialização, enfim, uma política que propicie o desenvolvimento dessas ações, da organização de fazer com que essa produção seja dirigida para os grandes centros e para até outras organizações cooperativas como é o caso lá na Zona Sul, na Zona Canavieira, em que programas como o PROCANOR poderiam ter desenvolvido uma boa ação mas apenas usou o sistema cooperativo para repassar recursos.

Hilena Guimarães - Possadeira em São Bento do Una-PE

Vou falar aqui sobre São Bento do Una. Eu sou possadeira e Dr. Djalma que é da PROCOMI é quem libera as terras e as cartas pra nós. É uma cidade muito atrasada, não sai ninguém de uma capital para corrigir, fiscalizar por dentro da mata, por dentro das casas. Nas cidades, vamos procurar os prefeitos, os grandes e aí vem a dificuldade grande por que não entram direto? Não vão na casa daquela pobrezinha pra eles contarem os horrores que estão sofrendo?

José Soares Novas - Presidente do Sindicato de Itacuruba e Componente da Coordenação do Pólo do Sub-Médio do São Francisco

A gente deve falar em área florestal, que tem que preservar a floresta, mas lá na região de Itaparica, tem uma floresta; além de ser uma floresta é um

setor de produção. E a gente vê que o próprio governo vai acabar com essa floresta. Então, como é que o trabalhador deve preservar a floresta se o próprio governo destrói?

Um outro ponto é a questão do trabalhador que tem medo de diminuir a economia. A gente vê há 400 anos o trabalhador trabalhando p'ra uma pequena elite. No dia em que eu ver um doutor, um deputado, lá na enxada trabalhando, aí eu digo, está certo. Agora a gente vê: quem produz é o trabalhador, por que é que ele produz e não pode administrar? Quem já se viu produzir e não saber administrar? O negócio está aí. Na hora que cada trabalhador tiver o seu pedacinho de terra, seu doutor vai ter que mudar seu sisteminha de viver. Se ele doutor vai viver de escrever, ele precisa de uma caneta e o trabalhador precisa de uma enxada! Cada um vai ficar trabalhando no seu setor, e não tirando o seu meio do trabalho dos outros. É o que a gente vê aí.

E na questão de Itaparica, o que falta lá? Não falta mais nada. A gente tem um documento aqui que se chama diretrizes básicas, que é onde o trabalhador está dizendo de que jeito é que quer ser reassentado. O que falta é desapropriar as terras e isso é como os companheiros disseram aí: a questão é política, é porque os políticos não querem fazer o reassentamento. Agora, só tem uma coisa: o movimento sindical responsabiliza - quem for do governo que estiver aqui pode levar o recado para o governo que está lá; quem for da CHESF que estiver aqui pode levar p'ra dona CHESF lá -: se alguma coisa acontecer lá, o responsável é o governo e a CHESF.

O presidente da CHESF está dizendo aí que é popular, é isso, é aquilo outro. Até agora não quer conversa com a gente. Mas já disse que o cronograma da obra não pode sofrer modificação do prazo previsto para o fechamento das comportas que será maio de 87. Então, contando daqui p'ra maio de 87 dá p'ra ver quando tempo falta. E, se quem está administrando a obra está dizendo que tem que ser feito nesse prazo, ~~porque~~ que eu iria dizer que não é possível ser feito, se o administrador está dizendo que vai ser feito? Agora, não é isso que está descartando que os trabalhadores vão aceitar que fecham as comportas.

Uma coisa é o Presidente da CHESF dizer que terá que ser feito; agora a outra coisa é saber se vai tirar mesmo os trabalhadores.

Nós estamos aqui com um representante do Ministério da Justiça. Nós já enfrentamos 15 dias de polícia lá. E p'ra ir polícia lá eu acho que não é difícil, porque apesar de ser Nova República é velha administração ainda. Ninguém pode duvidar que a polícia não pode ir lá de novo, não.

Clóvis Cavalcanti - Superintendente do Instituto de Pesquisas Sociais,
FUNDAI

Há alguns anos atrás no governo Eraldo Gueiros, a área em torno do projeto de Suape foi considerada prioritária para fins de desapropriação, e foi de fato feita a desapropriação.

No local havia muitos pequenos produtores, sítiantes que abasteciam o Recife de frutas. Essas frutas que nós comíamos aqui vinham em grande parte da região de Suape. Havia também produtores de mandioca, de macaxeira, de lchare, de cana-de-açúcar. Essa população foi toda retirada da área, foi extirpada, como se extirpa um tumor. Foi retirada sem qualquer contemplação para o que ela ia desfrutar depois. E foi colocada em situações as mais diversas.

Então, no caso de Suape, o governo pode fazer uma desapropriação: fez o decreto, indicando a área para fins de desapropriação e desapropriou para nada, para fins puramente perversos, porque hoje Suape não tem nada daquilo que o governo dizia que ia fazer. Então, a população sofreu, os pescadores de Suape, a comunidade. A comunidade de Suape está lá pior do que era há 10 anos e pior também porque a área foi modificada em termos ambientais: era uma área de pesca, não é mais porque construíram um molhe (espécie de cais que avança mar a dentro), que modificou o micro-ambiente. A região era região de produção de peixes. Era um viveiro natural de peixes, camarões e lagostas. Hoje, com o molhe de Suape, essa região não produz mais peixes. É que uma região de mangues, de mangues estuarinos, são áreas onde se criam pescados. Suape, no litoral de PE, é uma área onde se procura o pescado. Esta região está sacrificada; os pescadores não pescam mais e não têm atividade paralela, não têm outras atividades para complementar sua renda e estão hoje de forma muito pior do que estavam há dez anos.

Suape, por outro lado, representa um investimento de vários milhões de dólares, 200 milhões de dólares, 300, ninguém sabe ao certo, por essa ordem, por aí. Sem nenhum benefício real, porque na área que se dizia que seria uma área de indústrias, só existe uma única fábrica com todo um complexo de infra-estrutura. Lá há uma única fábrica funcionando. Lá também encontra-se um parque de tanques de combustíveis que foi retirado do Recife. Isso jamais justificaria os investimentos fabulosos: construção de estrada de ferro, construção de barragem para abastecimento d'água, construção de estradas asfaltadas. Certo, lá há uma estrada asfaltada p'ra Suape onde não existe nada. No entanto, as comunidades da região de Cabo de Santo Agostinho, de Nazaré,

de Gailu até hoje não têm uma estrada decente e em um ano de inverno rigoroso como 1985 a população dessas áreas ficou completamente isolada, inclusive, sem as escolas poderei funcionar, porque a maioria dos professores mora no Cabo e não tem possibilidade de chegar até lá. E até hoje continua assim, em virtude de não haver linhas de ônibus funcionando regularmente, porque a estrada está intransitável. Essa é uma situação real. O governo investiu milhões de dólares lá, retirados de outros projetos que poderiam ser feitos no estado. Enquanto isso, a gente vê a região do São Francisco onde está sendo construída a Barragem de Itaporica, com a população prejudicada também e ameaçada de sofrer grandes consequências por causa da barragem - dessa barragem que está sendo feita inexoravelmente contra qualquer argumento de bom senso, apoiado numa consideração do problema social, do problema político, do problema econômico mesmo.

Então, o que aconteceu em Suape? Há dez anos atrás um grupo de pessoas ligadas à área de ciência em Pernambuco denunciou o que Suape seria hoje. Eu fiz parte desse grupo. Foi denunciado que Suape seria o que é hoje.

O governo disse que nós estávamos com interesses escusos. Que nós - estávamos defendendo a perpetuação da miséria em Pernambuco, que Suape vinha reclinir o estado. Suape seria o progresso de Pernambuco, do Nordeste, etc. Disseram que dentro de pouco tempo estariam funcionando várias indústrias e o que é que o governo dizia? Que lá em Suape existiria uma fábrica de alumínio, uma fábrica de metalúrgica, uma fábrica de adubos fosforados, uma fábrica de clíxper, um moinho de clíxper (que é um processamento de calcário para produção de cimento) e várias outras coisas: uma fábrica de veículos do grupo Peugeot francês, uma fábrica de pneumático, etc.

Finalmente, o governo enumerou uma lista de um monte de fábricas que estariam funcionando dentro de pouco tempo. Entre essas fábricas se incluía uma fábrica de barcos leves. Esta, de fato, existe e está lá funcionando, mas é a única de uma dezena de fábricas indicadas pelo governo estadual de Pernambuco oficialmente, em nota oficial e em pronunciamento do Secretário da Indústria e Comércio na Assembleia Legislativa de Pernambuco; nós denunciemos isso há dez anos atrás. O que nós denunciemos foi o que aconteceu. O que é hoje Suape? O que o governo disse é a pura mentira, mas mentira da mais deslavada espécie.

Bom, nós não temos vários pronunciamentos na imprensa, lançamos um manifesto denunciando Suape, etc. Disseram que os supostos cientistas, porque éramos tratados entre outras, estavam agindo emocionalmente, estavam defendendo interesses escusos e por aí vai.

Bom, na semana passada, há poucos dias, nós preparamos um novo manifesto dizendo que o que nós afirmávamos não era leviano, era verdadeiro e Suape é hoje o que nós dizíamos que seria, e que o governo tinha mentido. Preparamos o manifesto, convocamos a imprensa para distribuir para o conhecimento da população e para que a população tomasse posição diante de um fato real, a malversação dos dinheiros, dos recursos públicos de Pernambuco. Nós reunimos aqui nesta mesma sala, a imprensa de Pernambuco há uma semana atrás - sexta-feira exatamente. Convidei os jornais, a televisão, rádio, etc. O Diário de Pernambuco publicou uma notícia de poucas linhas no sábado, poucas linhas; só registrou aqui de maneira a mais negligente possível e numa página interna que pouca gente viu. Eu próprio não consegui localizar; depois é que vieram me dizer: "Ah, saiu!" Foi lá ver e saiu realmente. O Jornal do Comércio publicou uma notícia um pouco maior, no entanto, para que isso acontecesse foi preciso que no Jornal do Comércio se fizesse uma reunião para decidir se a notícia saía ou não, e no final decidiram que devia sair. Mas uma notícia pequena, lá dentro do jornal. Então, o que eu quero dizer é o seguinte: quando o governo quer desapropriar, ele desapropria, ele tem recursos. Manoel Correia falou que o governo tem recursos. Uma das limitações para execução da reforma agrária seria a falta de recursos, mas o governo tem recursos. Ele não enterrou dinheiro em Suape, milhões de dólares num estado pobre como Pernambuco? Por outro lado, os escândalos e tudo isso que foi relacionado aí de malversação dos recursos públicos são provas de que o governo tem recursos para realização da reforma agrária. Tanto tem que ele utiliza mal os recursos existentes.

Agora, o que a população não sabe é como o governo usa mal os seus recursos. E quando se vai saber, as coisas já estão consumidas, é o caso do rombo do INPS, é o caso dos escândalos, é o caso de todas essas denúncias que agora se materializam através, por exemplo, dos casos do LVA, do caso do TMC, do caso da EMBRATUR, através de auditorias feitas a critério, por administradores responsáveis. Então, a população fica realmente sem conhecer a dimensão daquilo que está sendo feito sobre as suas costas, nos seus orçãos. Nós carregamos tudo isso que é feito de equivocado. E aqui em Pernambuco houve o alerta, a lembrança de que a coisa podia dar errado e de fato deu errado. Agora, nós queremos chamar o governo à responsabilidade e encontramos, esbarramos na dificuldade de uma imprensa que não é, que não está comprometida com a coisa pública, com o bom uso do dinheiro público, pois se ela estivesse, ela estaria pronta para denunciar uma coisa feita, que é denunciada de maneira legítima, de maneira genuína.

Então, é preciso um esforço muito grande para realizar algo que mexe com interesses estabelecidos. Eu acho que antes, na hora em que se discute a operacionalização da reforma agrária, é o instante de saber de que forma nós teremos que ser mobilizados para efetivação da medida. No dia em que o Ministro da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário esteve em Pernambuco, há algumas semanas atrás, quando nós nos propusemos à realização deste seminário, um dos membros do Conselho (Diretor da Fundação, que por sinal é empresário e proprietário rural, disse para o ministro que se ele quisesse fazer a reforma agrária teria que haver uma mobilização tipo campanha das diretas. Somente dessa forma, através de uma grande pressão, de um grande clamor público, seria possível operacionalizar a proposta de reforma agrária. Eu acho que é exatamente isto. Isto é a forma concreta de pragmatizar, de executar, é uma coisa a se descobrir. O problema é criar o clima, criar a atmosfera, criar o cenário dentro do qual a proposta de reforma agrária pode ser transformada em realidade.

OPERACIONALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA: EPÍLOGO

Oswaldo Russo de Azevedo*

Em primeiro lugar para mim é muita honra ser governo neste momento e participar da equipe do INCRA comandada pelo Dr. José Gomes da Silva, que tem um compromisso histórico com os trabalhadores.

O Plano Nacional de Reforma Agrária, a proposta de plano, em verdade, já é uma conquista dos trabalhadores. Não foi uma dívida do governo da Nova República a discussão da Proposta de Reforma Agrária.

Apesar de acusarem o governo de contrariar a lei, até mesmo a constituição, no sentido de dizer que tem um plano, isso é uma proposta de plano e ele está exatamente neste momento em discussão. Essas situações concretas que estão sendo levantadas aqui - e estão sendo levantadas em todos os estados -, devem ser encaminhadas às Diretorias Regionais do INCRA que as encaminharão a Brasília já que todas as situações concretas de desapropriação, especialmente fora do Plano Nacional de Reforma Agrária, de qualquer forma terão que ser decretadas pelo Presidente da República e é preciso todo um encaminhamento burocrático para que essa decretação seja efetivada.

A base legal da proposta é o Estatuto da Terra. A Reforma Agrária que se deseja para o país ou que é possível fazer no país é uma Reforma Agrária com conteúdo democrático. As acusações feitas da comunização do governo através do INCRA não tem a menor procedência, na medida em que a reforma está se baseando na lei. Uma lei que foi ditada pela própria ditadura militar.

Existe uma discussão da reforma, em termos de se ela vai confiscar, se ela vai coletivizar a agricultura. Na verdade essa reforma é tipicamente capitalista, não podia deixar de ser. Ela tem um conteúdo democrático e não é nenhum atentado contra a propriedade privada no Brasil. Muito pelo contrário, o que se deseja é aumentar o número de proprietários rurais.

* do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Em relação à forma como esse processo vai se desenvolver, do ponto de vista da organização burocrática, administrativa, em primeiro lugar é preciso ter um Plano Nacional de Reforma Agrária. Esse Plano Nacional de Reforma Agrária, tem um prazo que está se esgotando agora, até o dia 20 de agosto, para que toda sociedade civil dê contribuições para o seu aperfeiçoamento. Até o dia 20 de setembro será encaminhada a proposta definitiva do plano para aprovação do Presidente da República.

Dentro do Plano Nacional de Reforma Agrária um dos principais itens em discussão é o que se refere às áreas regionais prioritárias. É preciso que neste plano, de acordo com a lei, constem as áreas regionais prioritárias. Há toda uma discussão de como isso vai ser feito. O companheiro Reginaldo comentou sobre o concreto e o abstrato. Na verdade, não dá para fazer neste momento uma abstração estatística e jogar isso como ciência. Existem situações concretas, existe uma experiência acumulada durante todos esses anos de luta e se conhece onde se tem exatamente a maior necessidade de execução da reforma. Nós mesmos temos estudos em relação a esse assunto, existem levantamentos feitos pelas entidades interessadas e não é incompatível o concreto com a tecnologia. Na verdade a gente tem que fazer uma combinação desses fatores, conciliar esses fatores todos. É possível isso.

O importante é que a reforma não pode ser implementada sem a organização dos trabalhadores. O sucesso ou o insucesso da reforma está associado, é claro, a todo um aparelho de Estado para conduzi-la, mas sem a participação dos trabalhadores, sem o envolvimento da sociedade civil como um todo, é claro - e aí não é uma questão de ser pessimista -, que ela não pode ser realizada.

Mas a gente verifica, em todo esse processo de discussão, - e esse plenário é uma prova disso -, que mudou alguma coisa neste país, mesmo se não temos uma Nova República tão leve quanto seria desejada.

Mas essas áreas regionais têm várias formas. Veja-se, por exemplo, que a reação contra a Reforma Agrária está muito mais presente, por exemplo, em São Paulo. São Paulo é o foco da reação contra a Reforma Agrária. E não é à toa: São Paulo tem uma área cadastrada no INCRA de cerca de 22 milhões de hectares. No entanto, os proprietários residentes em São Paulo detêm cerca de 84 milhões de hectares. Ou seja, existe uma concentração bastante acentuada de terras na mão de residentes em São Paulo. Não temos nada contra os paulistas mas essa reação tem uma esfera muito grande. E a reação de São Paulo, na verdade, é uma reação que vem do Centro Sul, irradia pelo Centro Sul.

Decretar área prioritária o Nordeste como um todo ou, particularmente, não vejo grande problema: parece até que isso é um desejo de toda a região.

No Centro Sul isso ficaria um pouco mais complicado. É preciso localizar mais as áreas regionais prioritárias. Por exemplo, no Paraná existem já condições bem claras: o oeste, o sudoeste. Em São Paulo se tem o vale do Ribeira, muito conhecido e o pontal do Paranapanema, também muito conhecido.

A identificação preliminar dessas regiões, esse "concreto" não tem nada de incompatível com os dados estatísticos que nós, especialistas nesse tipo de matéria, conhecemos e já estudamos a alguns anos.

Na Amazônia, onde se deu a colonização, existem grandes espaços mas as terras boas, de boa qualidade, públicas, já não existem ou, pelo menos, se existirem, a gente vai ter que devastar a Amazônia e ninguém quer isso. Na Amazônia existem situações concretas, de conflitos pela ocupação da terra como, por exemplo, o Pico do Papagaio, região bastante conhecida pelas lutas que lá se travam. Aí a situação está bem localizada. Como na Amazônia, a terra pública, nestas alturas, ainda não está disponível e a colonização não é prioritária, a Reforma Agrária teria de ser restrita a algumas áreas. Basicamente, em termos de áreas regionais, seria um exercício desse tipo.

No plano nacional estão incluídos os custos da reforma. É preciso notar que dentro do modelo previsto, os dados ainda estimados para a desapropriação indicam dois terços para a terra e um terço para benfeitorias, em termos de composição. É um esquema geral, podendo variar de situação para situação. Foi um exercício para que se estimasse o custo. Na verdade, como as terras passíveis de desapropriação, são as terras aproveitáveis e não utilizadas, é evidente que a proporção "terra" passa a ser bastante maior porque a terra não tem praticamente benfeitoria.

Existe, no Estatuto da Terra, a definição de Empresa Rural. Empresa Rural é uma propriedade que não pode ser desapropriada, de acordo com a lei. Todavia, a gente sabe que existem empresas rurais e empresas rurais. Na verdade, há muitas empresas rurais cadastradas no INCRA que não são, efetivamente, empresas rurais. São meras manipulações do cadastro e essas empresas rurais mesmo estando no cadastro classificadas como tal, elas serão objeto de verificação para que o INCRA possa distinguir as verdadeiras e as falsas empresas rurais. As falsas serão passíveis de desapropriação por interesse social.

No caso de uma usina, se trataria, evidentemente, de custos de benfeitoria, a serem pagos em dinheiro e aí não dá para pagar, realmente não dá

pra pagar indenização de uma usina. Então, é preciso, neste momento, em que se discute a questão da Reforma Agrária, todos nós que queremos a Reforma Agrária, que queremos que ela avance cada vez mais, é preciso ter a lealdade para dizer isso aos representantes dos trabalhadores.

O Plano Nacional aprovado vai se desdobrar em Planos Regionais. Esses Planos Regionais serão elaborados sob a responsabilidade do INCRA. Todavia, essas áreas regionais prioritárias serão discutidas, examinadas, junto com as entidades representativas não só dos trabalhadores mas também de outros segmentos da sociedade. Mais especificamente a questão da decretação da área prioritária da Reforma Agrária, se situa exatamente ao nível dos Planos Regionais: é ali que se tem o Decreto da desapropriação.

No Plano Nacional são definidas as grandes áreas regionais previstas como prioritárias para a Reforma Agrária e dentro dessas áreas regionais os decretos de áreas prioritárias designarão onde de fato vai se atuar. Esses decretos de área prioritária serão dosados de acordo com o ritmo dos assentamentos: no primeiro ano cem mil, no segundo ano trezentos, como está na proposta.

A classe patronal está discutindo muito irracionalmente essa questão: o Decreto de Londrina foi um exemplo. Um Decreto relativamente simples, a exemplo da prática de outras administrações e que foi estória rara uma campanha articulada para desestabilizar o processo de Reforma Agrária. Foi um teste e acho que nesse teste se passou. Mas coisas mais graves virão, todos sabemos, disso.

Em relação à participação dos trabalhadores e das entidades patronais existe a figura jurídica da Comissão Agrária, que se dá depois da definição das áreas regionais prioritárias e vai até a implantação do Projeto de Reforma Agrária e não na execução do Projeto. A execução do Projeto já tem a participação dos próprios beneficiários, são deles. Mas essa comissão agrária prevista que poderia perfeitamente ser implementada, representa uma série de dificuldades. A pergunta que fica é: a classe patronal quer a Reforma Agrária? A comissão agrária pressupõe a participação da classe patronal. Agora, como vai haver participação da classe patronal se ela não quer a Reforma Agrária. Esta é uma questão para ser respondida pela classe patronal. A Reforma Agrária que tem que ser feita é aquela que está no Estatuto da Terra, é aquela que está na lei. Não adianta dizer que é regularização fundiária, não adianta dizer que é colonização, não adianta dizer que é tributação. A Reforma Agrária está bem explícita no Título 12 do Estatuto da Terra. Acatada essa decisão, eu acho perfeitamente factível a criação da Comissão Agrária.

Nesses Planos Regionais também existe uma questão operacional que é da desapropriação de áreas cujo domínio é duvidoso, quer dizer, se o domínio é do Estado ou se o domínio é privado: ou é terra pública ou é terra privada. Nessas situações é necessária uma discriminatória porque senão estaria se desapropriando uma terra que não é do sujeito, a qual seria indenizado por uma coisa que não é dele. Além da discussão sobre o justo preço, que passaria a ser um prêmio e não uma punição, tem também essa questão de se saber se a terra efetivamente é propriedade do agricultor que se diz dono ou não. A dificuldade operacional é que as discriminatórias em alguns estados - São Paulo é um exemplo disso -, às vezes levam anos porque a legislação cria muito embaraço nesse sentido. Tanto que o governo de São Paulo partiu para desapropriar diretamente a área. Primeiro, quis depositar um valor para depois do julgado: se fosse do proprietário ele receberia em juízo, se não fosse o Estado não pagaria nada. Alguns setores da justiça já estão expetando, mas seria uma forma de agilizar o processo. Então, a discriminatória é um processo, e aí tem que haver todo um esforço dos nossos advogados, nossos procuradores e todos aqueles que se interessam por legislação agrária e direito agrário, no sentido de agilizar esse processo do ponto de vista jurídico.

A partir dos Planos Regionais a legislação prevê a criação dos Projetos de Reforma Agrária. O Plano Regional fixa metas, decreta as áreas prioritárias e dentro daquelas áreas, enfão, nós vamos ver quais são os projetos que vamos criar. Esses projetos são conjuntos de imóveis que vão ser desapropriados. É desejável, do ponto de vista da administração, que esses imóveis estejam contínuos. Trabalhos que tem sido desenvolvidos, inclusive a CONIAS participou, no sentido de os beneficiários participarem na execução dos projetos, com vistas a agilizar e diminuir custos até. Até do ponto de vista econômico é vantajoso participar, não é só do ponto de vista social e político: eles mesmos vão planejar a forma de exploração, a forma de propriedade e uso da terra. É claro que a legislação cria algumas restrições em relação a isso mas é preciso ver que a legislação privilegia a propriedade familiar mas também privilegia a propriedade cooperativa. E as outras formas associativas também são perfeitamente possíveis dentro da nossa legislação. Não existe nenhum trauma em dizer que a propriedade vai ficar em comum. É perfeitamente possível a terra estar em condomínio, inclusive dentro do sistema capitalista. Aliás, já temos várias propriedades em condomínio cadastradas no INCRA. Além disso, existe a situação colocada pelo Sistema de Regularização Fundiária do INCRA, principalmente aqui no Nordeste, onde os agricultores tinham terra em comum, os posseiros tinham terra em comum (pela metodologia do INCRA não podiam ter,

tinha que cada um ter seu lote). Aí se descobriu porque, quando se fazia a discriminação, a área da discriminatória depois de fechada dava resultados iguais ou parecidos. Os erros eram desprezíveis. Já em termos de número de imóveis a discriminatória revelava muito mais. E, eles diziam o seguinte: "Está vendo? Este cadastro não serve para nada". Eles diziam isso no passado para não divulgar as estatísticas cadastrais até hoje vedadas à sociedade. Elas sairão brevemente, estão sendo produzidas. Todos verão a calamidade do uso da terra nesse país, escondida durante esses anos. Então, o número de posseiros crescia, exatamente porque se dividia a área toda em lotes, quer dizer, as propriedades multi-familiares tinham que ser divididas, porque comun é coisa de comunista.

Criados esses projetos, a estrutura operacional de funcionamento pressupõe toda uma articulação institucional, a começar pela articulação do INCRA com o MIRAD, onde o MIRAD é o braço político da reforma e o INCRA seria o seu braço operacional, técnico-operacional. Existe uma articulação com outras instituições do Governo Federal: com o Ministério da Agricultura esta articulação está razoável. A EMBRATER, por exemplo, é uma entidade de assistência técnica fundamental nesse processo, e o próprio Presidente da EMBRATER participou da elaboração da proposta. A articulação com o Ministério da Justiça também já está bastante razoável. Eu, pessoalmente já presenciei casos de reunião conjunta com o Ministério da Justiça, no sentido de se conter a violência, apesar de que a violência no campo, a gente só sabe que só vai ser contida através de um processo de Reforma Agrária. As ações policiais podem conter a violência maior mas a grande violência contra o povo brasileiro, ou contra o trabalhador brasileiro, só vai ser contida através de um processo amplo de Reforma Agrária. A articulação com os governos dos Estados, está se dando também através dos órgãos de terra. Foram criados órgãos de terras em todos os Estados, praticamente, e é fundamental a participação do Governo Estadual. A Reforma Agrária passa também pela grande articulação institucional e aqui no Nordeste isso está se dando através de um programa especial que é o Projeto Nordeste. É preciso que haja uma articulação mais estreita entre o Projeto Nordeste e os Planos Regionais de Reforma Agrária. É preciso que essa máquina federal-estadual fique mais sintonizada para fazer, por exemplo, com que as áreas do Projeto Nordeste sejam as áreas do Plano Regional de Reforma Agrária, as ações do Projeto Nordeste sejam combinadas com as ações dos Planos Regionais de Reforma Agrária.

A partir desta proposta de plano, a desapropriação passou a ser o principal instrumento. Então, tem que haver uma revisão no sentido de ficar

claro, exatamente, os procedimentos que deverão ser adotados nas áreas de cada estado do Nordeste. Não dá para fazer isso por cima, tem que se saber como é que isso vai funcionar e o concreto tem que ser definido com o governo dos estados e com a SUDENE em relação ao Projeto Nordeste.

Sentimos também uma necessidade de articulação com os Governos Municipais. É fundamental essa participação. É fundamental esclarecer os prefeitos desse processo de Reforma Agrária. Eu participei de uma reunião de prefeitos em Mato Grosso, e é um estado eminentemente latifundiário. Participei de uma reunião de prefeitos e discuti a Reforma Agrária com esses prefeitos e não senti da parte deles reações radicais em relação à Reforma Agrária. Existem suspeitas mas não existem reações radicais. É preciso que haja um esforço dos trabalhadores, das entidades da sociedade civil, no sentido de fazer penetrar essa reforma junto aos governos municipais também. É fundamental o apoio desses governos municipais aos projetos. Eles também serão beneficiários desses projetos.

Em relação à participação dos beneficiários me parece que eu já respondi. A participação da sociedade está se dando, este seminário é um exemplo disso.

Todos nós estamos convencidos de que sem Reforma Agrária não há democracia e sem democracia não há Nova República.

Nesses Planos Regionais também existe uma questão operacional de desapropriação de áreas cujo domínio é duvidoso, quer dizer, se o do Estado ou se o domínio é privado: ou é terra pública ou é terra privada. Nessas situações é necessária uma discriminatória porque senão está se apropriando uma terra que não é do sujeito, o qual seria indenizado com uma coisa que não é dele. Além da discussão sobre o justo preço, que pode ser um prêmio e não uma punição, tem também essa questão de se saber se efetivamente é propriedade do agricultor que se diz dono ou não. A questão operacional é que as discriminatórias em alguns estados - São Paulo é um exemplo disso -, às vezes levam anos porque a legislação cria muita dificuldade nesse sentido. Tanto que o governo de São Paulo partiu para desapropriar diretamente a área. Primeiro, quis depositar um valor para depois de julgado fosse do proprietário ele receberia em juízo, se não fosse o Estado pagaria nada. Alguns setores da justiça já estão emperrando, mas seria uma maneira de agilizar o processo. Então, a discriminatória é um processo, e aí tem todo um esforço dos nossos advogados, nossos procuradores e todos aqueles que se interessam por legislação agrária e direito agrário, no sentido de agilizar este processo do ponto de vista jurídico.

A partir dos Planos Regionais a legislação prevê a criação do Conselho de Reforma Agrária. O Plano Regional fixa metas, decreta as áreas prioritárias e dentro daquelas áreas, então, nós vamos ver quais são os projetos a serem criados. Esses projetos são conjuntos de imóveis que vão ser desapropriados de forma desejável, do ponto de vista da administração, que essas desapropriações sejam contínuas. Trabalhos que tem sido desenvolvidos, inclusive a CONTAG e o trabalho de os beneficiários participarem na execução dos projetos, visando a agilizar e diminuir custos até. Até do ponto de vista econômico, os agricultores vão participar, não é só do ponto de vista social e político: eles vão planejar a forma de exploração, a forma de propriedade e uso da terra. É claro que a legislação cria algumas restrições em relação a isso mas é possível ver que a legislação privilegia a propriedade familiar mas também privilegia a propriedade cooperativa. E as outras formas associativas também são possíveis dentro da nossa legislação. Não existe nenhum trauma e não há preocupação que a propriedade vai ficar em comunhão. É perfeitamente possível a terra estar em condomínio, inclusive dentro do sistema capitalista. Aliás, já existem várias propriedades em condomínio cadastradas no INCRA. Além disso, existe uma situação colocada pelo Sistema de Regularização Fundiária do INCRA, por exemplo aqui no Nordeste, onde os agricultores tinham terra em comum, os posseiros tinham terra em comum (pela metodologia do INCRA não podiam ter

FII - ENCERRAMIENTO

DISCURSO DE FERNANDO DE MELLO FREYRE:

Criado há trinta e seis anos pelo então Deputado Federal Gilberto Freyre, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais nasceu com o objetivo de pesquisar, sistemática e interdisciplinadamente, a realidade social do Norte e Nordeste agrários do Brasil. Nasceu, assim, comprometido com a verdade científica, com o nosso povo, com a nossa cultura, o que significa dizer que nasceu comprometido com os valores essenciais do homem. E avançou, ao longo dos anos, sempre com o apoio e o estímulo das idéias vigorosamente lúcidas do seu criador.

Aqui aprendemos, e continuamos a aprender, através de um diálogo permanente com Gilberto Freyre, que tudo é urgente no que diz respeito ao desenvolvimento. E aprendemos também, talvez contraditoriamente, que esta urgência não comporta improvisações que possam levar a erros e recuos imprevisíveis. Por isso mesmo, não fazemos pesquisas por diletantismo, nem permitimos, em nenhum momento, que os nossos esforços sejam desviados para fantasias utópicas e indesejáveis. Quer como Instituto, quer como Fundação, a nós interessa, como nos interessou sempre, buscar a exata visão da realidade social brasileira para colocá-la a serviço do nosso País e do nosso povo.

Nesses trinta e seis anos, pelo conjunto de suas realizações, muitas das quais pioneiras, pesquisando, revelando e indicando soluções e rumos capazes de contribuir para a construção do homem brasileiro, sobretudo do homem localizado nas regiões agrárias, o trabalhador rural, creio que podemos dizer que a Instituição transformou-se numa parte viva e orgânica do Nordeste brasileiro. Suas pesquisas e atividades têm obtido repercussão expressiva nos meios universitários brasileiros e nos meios científicos e universitários de todos os continentes. E se isso nos gratifica, como é justo que ocorra, devemos dizer e deixar bem claro que essa gratificação tem maior razão de ser porque nos incentiva a continuar, sem enfraquecimentos nem desvios de nenhuma ordem, a por nossa inteligência e nossos esforços a serviço do desenvolvimento da nossa região.

A realização deste Seminário sobre o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária - PRNA, ao abordar assunto de tão relevante interesse para a vida nacional, deve ser entendida como uma continuidade natural das ações que a instituição, fiel aos seus ideais do início, vem desenvolvendo no cumprimento dos seus objetivos estatutários. Em 1963, o assunto, ainda hoje nitidamente polémico, foi motivo de um Simpósio semelhante realizado pela instituição. Mercado por debates francos e abertos, por vezes incendiários, sobre temas

substanciais diretamente vinculados à reforma agrária no Norte e Nordeste brasileiros, particularmente da zona canavieira de Pernambuco, desse Simpósio participaram cientistas, antropólogos, juristas, economistas, estudantes, plantadores, criadores de gado, agrônomos, educadores, sacerdotes católicos e líderes protestantes conhecedores de problemas rurais, militares, líderes políticos, organizadores e representantes de sindicatos rurais e das chamadas ligas camponesas — uns e outros das mais diversas ideologias e crenças. Do Simpósio participaram, por exemplo, o ex-Deputado Francisco Julião, o Padre Antônio Melo, o líder estudantil Marco Maciel, o ex-Governador Miguel Arraes, o então Comandante do IV Exército, Humberto de Alencar Castelo Branco.

Do Simpósio de 1963, que contou, em seus trabalhos de organização e coordenação com a presença de Renato Carneiro Campos, admirável escritor e sociólogo, além de permanente companheiro que, ontem como hoje, foi e continua a ser uma parte viva de nossa memória e da memória desta Casa — resultaram sugestões, reunidas e publicadas em livro, significativas para elucidar e superar muitas das dificuldades ligadas ao problema da reforma agrária. Vale ressaltar que essas sugestões foram consideradas no Estatuto da Terra, Lei sancionada em 30 de novembro de 1964, pelo Presidente Castelo Branco. E estamos certos, por tudo que tivemos a oportunidade de aqui ver e ouvir, que o Seminário que hoje se encerra, à semelhança daquele, considerando a presença e atuação dos que dele participaram em atendimento a uma convocação menos nossa do que a uma necessidade do País, apresentou resultados igualmente significativos. Através desses resultados, que serão levados oportunamente ao conhecimento dos setores competentes, temos certeza de estar prestando à Nova República e ao Governo do Presidente José Sarney uma importante contribuição. Temos certeza, sobretudo, de que com realizações como esta, a Fundação cumpre plenamente o seu objetivo de contribuir para o desenvolvimento do País e a melhoria de vida do homem brasileiro.

128
CONFERÊNCIA DE
NELSON RIBEIRO - MINISTRO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

SR. PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, DR. FERNANDO FREYRE; SR. DEPUTADO OSVALDO LIMA FILHO; SR. PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA; SR. REPRESENTANTE DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO; SR. COORDENADOR DO SEMINÁRIO; DEMAIS AUTORIDADES AQUI PRESENTES OU REPRESENTADAS; MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES. A RIGOR, QUANDO NÓS OPERECERMOS AO DEBATE UMA PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DO 1º PLANO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA, ESTÁVAMOS COLOCANDO A NAÇÃO TODA EM SEMINÁRIO, NO SENTIDO TÉCNICO DO TERMO, DE COLETA DE IDÉIAS, DA FAZER COM QUE ELA TOMASSE CONSCIÊNCIA DO PROBLEMA AGRÁRIO BRASILEIRO, DESPERTASSE PARA AS SUAS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS E PARA A IMPRESCINDIBILIDADE DE UMA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO SENTIDO DE CORRIGIR AS DISTORÇÕES QUE AÍ ESTÃO.

HÃ, PORTANTO, UM SEMINÁRIO NACIONAL QUE VEM POR TODOS OS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO, QUE VEM DE VÁRIAS FORMAS QUE NÓS TEMOS DEBATIDO PELO PAÍS INTEIRO, EM PALESTRAS, EM SEMINÁRIOS, EM ENCONTROS DE QUALQUER NATUREZA. É A NAÇÃO QUE, DE REPENTE, DESPERTOU PARA A GRAVIDADE DE UM PROBLEMA QUE NÃO TEM A SENSIBILIDADE URBANA IMEDIATA, MAS QUE, COM A ABERTURA DA NOVA REPÚBLICA, FOI POSSÍVEL APRESENTAR DIANTE DA NAÇÃO, DIANTE DA SOCIEDADE.

POR ISSO, ESTE SEMINÁRIO, QUE A RIGOR SE APRESENTA COMO UM MARCO DAQUELE DEBATE NACIONAL E QUE VEM DE UMA CASA QUE TEM TODA UMA TRADIÇÃO, COMO O DR. FERNANDO FREYRE ACABOU AQUI

169
DE RELATAR, GANHA UM SIGNIFICADO TODO ESPECIAL PARA NÓS, PARA O GOVERNO DE UM MODO GERAL, PORQUE, SEM DÚVIDA ALGUMA, IRÁ PERMITIR QUE AS CONCLUSÕES AQUI APRESENTADAS NOS SITUEM DE FORMA MAIS OBJETIVA, DE FORMA CONCRETA, NO ENCONTRO DE QUAIS OS PONTOS FUNDAMENTAIS DO PROGRAMA AGRÁRIO BRASILEIRO E QUAIS SÃO AS ALTERNATIVAS DE MÓDELOS A SEREM IMPLEMENTADOS NA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA.

ESSA PROPOSTA E, A RIGOR, UMA ATITUDE DE BUSCA, ESSA PROPOSTA QUE FOI MUITAS VEZES RECEBIDA DE FORMA, QUE EU DIRIA, ATÉ TUMULTUÁRIA, REPRESENTA O SENTIDO, QUE TEM O GOVERNO, DE RESPONSABILIDADE COM A COISA PÚBLICA, DE CUMPRIR HONESTAMENTE OS DESÍGNIOS DEMOCRÁTICOS QUE SE PROPÕS REALIZAR, DE OUVIR A SOCIEDADE SOBRE SUAS GRANDES E MAIS IMPORTANTES E PROFUNDAS DECISÕES. É UMA SOCIEDADE DESABITUADA AO DEBATE. DEPOIS DE UMA NOITE TÃO LONGA DE SILÊNCIO, O DEBATE SE TORNOU PROFUNDAMENTE SENSÍVEL, MAS ISSO TAMBÉM FAZ PARTE DA MANEIRA COMO A SOCIEDADE REAGE DIANTE DE SEUS AGUDOS PROBLEMAS. ISSO TAMBÉM É INERENTE AO PROCESSO DEMOCRÁTICO. POR ISSO EU QUERO, EM PRIMEIRO LUGAR, DIZER AOS SENHORES DO ENORME APREÇO QUE TENHO E TEREI, DA SENSIBILIDADE QUE TENHO E TEREI PELAS CONCLUSÕES, PELAS SUGESTÕES QUE AQUI FOREM ALVITRADAS E COLHIDAS.

NESTA CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO, EU SEI QUE NÃO ADIANTA MAIS DISCUTIRMOSAQUI O PERFIL DO PROBLEMA AGRÁRIO BRASILEIRO. EU SEI PERFEITAMENTE QUE AQUI JÁ FORAM DELINEADOS ALGUNS ÂNGULOS QUE JÁ HOJE SÃO MUITO ÓBVIOS PARA NÓS. QUE NÓS TEMOS UMA ESTRUTURA AGRÁRIA QUE SE CARACTERIZA PELA PRESENÇA OSTENSIVA DO BINÔMIO LATIFÚNDIO-MINIFÚNDIO, COM A BIPOLARIZAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DE TERRA, UM PEQUENO NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS COM A GRANDE MASSA DE PROPRIEDADE E A GRANDE MASSA DE PROPRIETÁRIOS COM UMA PEQUENA PARCELA DE TERRA, O QUE É UMA CARACTERÍSTICA COMUM A TODAS AS SOCIEDADES QUE NÃO CONSEQUIRAM CORRIGIR, ATÉ A, AS SUAS

DISTORÇÕES FUNDIÁRIAS. SEI TAMBÉM QUE OS SENHORES DEVEM TER CAP-
 TADO AQUI O DRAMÁTICO PROBLEMA DA CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE EM
 RITMO CRESCENTE. É MAIS DRAMÁTICO DO QUE O PROBLEMA EM SI DA CON-
 CENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE É O RITMO DE CRESCIMENTO. OS NOSSOS ESTA-
 BELECIMENTOS DE MAIS DE 10 MIL HECTARES, EM 1920, ERAM CERCA DE
 1.600 E, EM 1970, HAVIAM CAÍDO PARA 1.450, APROXIMADAMENTE; ELEVA-
 RAM-SE, EM 1980, A QUASE 2.300. PORTANTO, A DÉCADA DE 70 É A DÉCA-
 DA DRAMÁTICA DA CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE NO BRASIL. ESSES ESTA-
 BELECIMENTOS DE MAIS DE 10 MIL HECTARES TINHAM, EM 1920, 45 MI-
 LHÕES DE HECTARES; EM 1970 TINHAM 36 MILHÕES DE HECTARES; EM 1980, ESSE
 HAVIA CRESCIDO PARA 60 MILHÕES DE HECTARES. QUER DIZER, EM UMA
 DÉCADA QUASE QUE DUPLICARAM. HÁ UM RITMO DE CRESCIMENTO DA CONCENTRAÇÃO
 DA PROPRIEDADE QUE, REALMENTE, FEZ COM QUE A ALIANÇA DEMO-
 CRÁTICA DETECTASSE ESSE PROBLEMA NA COMPANHIA, MOSTRANDO, POR ISSO,
 QUE A REFORMA AGRÁRIA ERA IMPOSTERGÁVEL, PORQUE ERA NECESSÁRIO DE-
 TER ESSE FLUXO, ESSE RITMO DE CONCENTRAÇÃO.

TAMBÉM NÓS ESTAMOS JÁ BASTANTE AVISADOS, SO-
 MOS ADVERTIDOS QUASE DIARIAMENTE, NÃO APENAS DE QUE TEMOS CONFLI-
 TOS AGRÁRIOS MAS DE QUE O RITMO DO CRESCIMENTO DELES, NOS ÚLTIMOS
 ANOS, SOBRETUDO NA DÉCADA DE 80, É DRAMÁTICO. TORNA-SE CADA VEZ
 MAIS AGUDO ESSE PROBLEMA.

É TAMBÉM EVIDENTE, NESSE PERFIL, O DRAMA DA
 PROLETARIZAÇÃO DO HOMEM RURAL. É BEM SABIDO QUE OS ACAMPAMENTOS
 QUE ESTÃO SURTINDO NO SUL DO PAÍS, PARANÁ, SANTA CATARINA, RIO
 GRANDE DO SUL, EM GRANDE PARTE TÊM ENTRE SI EX-MINIFUNDIÁRIOS, QUE
 SE VIRAM CONSTRANGIDOS A ALIENAR AS SUAS TERRAS, O SEU PEQUENO PE-
 DAÇO DE TERRA, QUE SE TORNARAM EXCEDENTES POPULACIONAIS, TANGIDOS
 PELA CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA RENDA, POR TODO UM PROCESSO
 DE CONCENTRAÇÃO QUE OS EXPULSA DO SISTEMA FUNDIÁRIO.

É DRAMÁTICO TAMBÉM PENSAR, SOBRETUDO QUANDO A
 GENTE FALA EM UM ESTADO DO NORDESTE, NO DRAMA DO ÊXODO RURAL, MAS
 É BOM LEMBRAR QUE EM 1940, APENAS 8% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA VI-
 VIAM FORA DOS SEUS ESTADOS DE NASCIMENTO (3 MILHÕES E MEIO). HOJE,
 APROXIMADAMENTE 33% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA VIVE FORA DOS SEUS ES-
 TADOS DE NASCIMENTO (CERCA DE 40 MILHÕES DE BRASILEIROS). ISSO
 NÃO É UMA DINÂMICA DITADA PELO PROGRESSO, E SIM PELO DRAMA DA
 BUSCA DE OUTRAS PARAGENS, DE OUTRAS REGIÕES, POR UMA VIDA MELHOR.
 É UMA DINÂMICA DRAMÁTICA, UM TURISMO DRAMÁTICO, O TURISMO DIRIGI-
 DO E ORIENTADO PELO SUB-DESENVOLVIMENTO E NÃO PELO DESENVOLVIMEN-
 TO. NÃO É PARA GASTAR POUPANÇAS QUE SE IMIGRA NO BRASIL E SIM NA
 BUSCA DE MELHORES DIAS, DE EMPREGO, DE ALGUM TIPO DE OCUPAÇÃO.

ESSE É O PERFIL QUE NOS DEIXA DIANTE DE UMA
 SITUAÇÃO QUE NOS GERA PREMISAS FUNDAMENTAIS A SEREM CONSIDERADAS
 NA REFORMA AGRÁRIA. A PRIMEIRA É, EVIDENTEMENTE, DE QUE A REFORMA
 AGRÁRIA É IMPOSTERGÁVEL.

EU QUISERA DIZER, PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA,
 QUE O QUE NOS DETERMINA, NOS ORIENTA PARA FAZER A REFORMA AGRÁRIA,
 É, SIMPLEMENTE, A NOSSA RESPONSABILIDADE DIANTE DA SOCIEDADE, DI-
 ANTE DAS DISTORÇÕES FUNDIÁRIAS, MAS INFELIZMENTE NÃO BASTA DIZER
 ISTO. É NECESSÁRIO ESCLARECER QUE SE NÃO FIZERMOS AGORA A REFORMA
 AGRÁRIA, PODEREMOS TER, NOS PRÓXIMOS ANOS, NA PRÓXIMA DÉCADA, A
 DRAMÁTICA SITUAÇÃO DE UM PAÍS CONFLAGRADO PELA MARGINALIZAÇÃO DE
 UMA GRANDE PARCELA DE SEUS FILHOS. DE OUTRO LADO, É BOM QUE A GEN-
 TE AFIRME, COMO PREMISSE FUNDAMENTAL, QUE A REFORMA AGRÁRIA, AO
 CONTRÁRIO DO QUE SE TEM AFIRMADO MUITAS VEZES, NÃO É UM CONCEITO
 COMUM A TODOS OS POVOS, NÃO É UM CONCEITO APRIORÍSTICO, NÃO É UM
 CONCEITO CIENTÍFICO, COMUM A UM CAMPO DO CONHECIMENTO QUALQUER, E
 SIM UM DADO INSTITUCIONAL.

O QUE NÓS ESTAMOS FAZENDO, AO REALIZAR SEMINÁ

RIOS, É EXATAMENTE A BUSCA DO MODELO DE REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRO, A PARTIR DA DEFINIÇÃO QUE A LEI DEU DE REFORMA AGRÁRIA. POR ISSO AS PESSOAS NÃO PODEM SER CONTRA A REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO SEM CONHECER A PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA DO GOVERNO. EU SEI QUE TANTAS E TANTAS REAÇÕES OCORRERAM, SEM SEQUER TER SIDO LIDA A CAPA DA PROPOSTA DE PLANO. EU SEI QUE ACONTECEU ISSO, MAS TENHO QUE CONTINUAR A INSISTIR QUE NÓS TEMOS QUE IR AO CONTEÚDO DO PLANO PARA O JULGARMOS, PARA APRECIARMOS SE O MESMO SERIA CONVENIENTE OU INCONVENIENTE, OPORTUNO OU INOPORTUNO, ADEQUADO OU INADEQUADO. ESSA É A PERGUNTA QUE O GOVERNO FAZ E A RESPOSTA DA SOCIEDADE NÃO PODE SER OPERECIDA SEM SE LER O PLANO.

DE OUTRO LADO, CONVÉM FRISAR QUE REFORMA AGRÁRIA É O IDEAL HISTÓRICO CONCRETO, ISTO É, UMA SITUAÇÃO, UM TIPO DE RESPOSTA, A NÍVEL DE MODELO, A UMA SITUAÇÃO EXISTENTE NO PLANO BRASILEIRO. POR ISSO SE DISCUTE SE A NOSSA PROPOSTA ESTÁ ERRADA OU NÃO, SE ELA É CONVENIENTE OU INCONVENIENTE, QUAL É O TIPO DE SOLUÇÃO DE ALTERNATIVA QUE NÓS TEMOS A OPERECER. POR ISSO, SEMINÁRIOS COMO ESTE SÃO DA MAIOR RELEVÂNCIA. PORQUE ELAS É QUE NOS POSSIBILITAM O ENCONTRO DESSAS ALTERNATIVAS.

QUE DE OUTRO LADO, É NECESSÁRIO QUE NÓS TENHAMOS EM MIRA A REFORMA AGRÁRIA ENQUANTO FATOR, ENQUANTO ESTRATÉGIA DE DECISÃO, NECESSARIAMENTE OBEDECE A UM PRINCÍPIO FUNDAMENTAL MUITO ÓBVIO, MAS NUNCA, INFELIZMENTE NUNCA, NECESSARIAMENTE PRATICADO. REFERE-ME AO FATO DE QUE A REFORMA AGRÁRIA NÃO É UM MODELO NECESSARIAMENTE ENVOLVIDO PELA TERRA COMO PRIMEIRO FATOR DE DECISÃO. O FATOR BÁSICO DE DECISÃO DA REFORMA AGRÁRIA É O HOMEM. E ISSO TEM UM SIGNIFICADO PRÁTICO DA MAIOR RELEVÂNCIA. QUANDO SE DIZ QUE O BRASIL TEM MUITA TERRA, É PRECISO SABER SE ESSA TERRA QUE O BRASIL TEM EM ABUNDÂNCIA ESTÁ DISPONÍVEL PARA O HOMEM, PORQUE ELE É O SUJEITO DA REFORMA AGRÁRIA.

TO DE VISTA ECONÔMICO. ... DEVEZ QUE ... PORQUE O HOMEM ESTÁ UM POUCO POR BAIXO

INAGAV... DE PRODUTOR, UM DIAS DESSES, SE EU NÃO ACHO QUE ESSA QUANTIDADE DE DINHEIRO A SER GASTA COM A REFORMA AGRÁRIA, NÃO DEVIA SER ENTREGUE AOS PRODUTORES QUE JÁ TÊM KNOW-HOW, QUE TÊM TECNOLOGIA. ... SER ISSO MUITO ... RENTÁVEL PARA O BRASIL. EU DISSE: ACHO. ... PERGUNTEI-LHE, PEDINDO QUE SE COLOCASSE NA MINHA POSIÇÃO, QUAL SUA RESPOSTA AOS QUE NÃO SÃO PRODUTORES E QUE PRECISAM NECESSARIAMENTE, POLITICA E MORALMENTE, DE UMA RESPOSTA DO GOVERNO. É CLARO, ELE COMPREENDEU A MINHA POSIÇÃO.

E FOI UM PRODUTOR QUE A GENTE CONQUISTOU, MAS É O VÍCIO DO RACIOCÍNIO ATRAVÉS, EXCLUSIVAMENTE, DA ECONOMIA, QUE LEVA, ATÉ MESMO PESSOAS DE BOA VONTADE, A JOGAREM DE LADO PRINCÍPIOS DE RACIOCÍNIO DE MAIOR SIGNIFICADO, QUE É O RACIOCÍNIO POLÍTICO, O RACIOCÍNIO ÉTICO, OU O RACIOCÍNIO GEO-POLÍTICO. HÁ UM ÊXODO DOS EXCEDENTES POPULACIONAIS BRASILEIROS, QUE PROCURAM OUTROS PAÍSES, MIGRANDO PARA O PARAGUAI, PARA A ARGENTINA, PARA A VENEZUELA, PARA A BOLÍVIA, PORQUE NÃO TÊM MAIS ESPAÇO PARA VIVER NA SUA PÁTRIA. REFORMA AGRÁRIA É UM MODELO ECONÔMICO DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NO SETOR FUNDIÁRIO, PARA RESOLVER UM PROBLEMA POLÍTICO E ÉTICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA. ESSE ÂNGULO GLOBAL PODE SER ESQUECIDO. SEI QUE TEMOS QUE FAZER DO ASSENTAMENTO AGRÁRIO UMA UNIDADE RENTÁVEL, UMA UNIDADE ECONÔMICA, PORQUE ELA TEM POR OBJETIVO PROMOVER A AUTONOMIA DO PRODUTOR ASSENTADO PARA QUE ELE FAÇA DA PROPRIEDADE UM INSTRUMENTO BÁSICO DO EXERCÍCIO DA SUA LIBERDADE. SEI BEM DISSO, MAS É NECESSÁRIO QUE TODOS AQUELES QUE SE PREOCUPAM COM O PROBLEMA AGRÁRIO BRASILEIRO QUE SE TRANSPORTEM PARA O LADO DO PODER PÚBLICO, PARA VEREM O MUNDO, PARA VEREM O UNIVERSO BRASILEIRO, COMO O ADMINISTRADOR PÚBLICO BRASILEIRO VÊ, PARA SABER QUE ELE TEM DE OPERECER ... RESPOSTA EFICIENTE, EFICAZ O OPOR

NINGUÉM ESTARÁ EM PAZ COM SUA CONSCIÊNCIA, OFE-
RECENDO SOLUÇÕES COMO EU LI NUMA CARTA RESPONDIDA PELO INCRA, QUAN-
DO EU ASSUMI O MINISTÉRIO, PARA UM TRABALHADOR RURAL DO RIO GRAN-
DE DO SUL, QUE HAVIA TERRA DISPONÍVEL PARA ELE EM RORAIMA E QUE
ELE PODIA IR PARA RORAIMA.

E PRECISO QUE NÓS TENHAMOS ESSE SENTIDO ÉTICO
DA MAIOR RELEVÂNCIA, DE QUE O SUJEITO DA REFORMA AGRÁRIA É O HO-
MEM E CABE A ELE, EM PRIMEIRO LUGAR, RESPONDER, SEM DESAGREGAR A
SUA CULTURA FAMILIAR, ONDE QUER VIVER.

SEI QUE ISSO PARECE ASSIM ÓBVIO. COMO VOÇES VE-
EM, HÁ COLOCAÇÕES DE ORDEM PRÁTICA DA MAIOR RELEVÂNCIA. NÓS NÃO
ESTAREMOS EM PAZ COM A NOSSA CONSCIÊNCIA SE NÃO OFERECERMOS RES-
POSTAS, EM PRIMEIRO LUGAR, PARA OS NOSSOS IRMÃOS, NO MEIO DE NÓS,
OU SE OFERECERMOS COMO RESPOSTA A DESAGREGAÇÃO DA CULTURA FAMILI-
AR, DO AMBIENTE FAMILIAR EM QUE ELES VIVEM.

DE OUTRO LADO, É NECESSÁRIO QUE A GENTE TENHA
EM MIRA QUE O HOMEM, COMO SUJEITO DA REFORMA AGRÁRIA, DEVERÁ RES-
PONDER DE FORMA ORGANIZADA AO ASSENTAMENTO AGRÁRIO QUE O GOVERNO
VENHA A PROMOVER: ORGANIZADO, VALE DIZER, EM REGIME DE PRO-
FUNDA INTEGRAÇÃO, ORGANIZADO PELA FORMA QUE ELE ACHAR CONVENIENTE
E QUE FOR PERMITIDA PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. O HOMEM, ENTÃO,
VAI PODER RESPONDER ADEQUADAMENTE COMO DEVE FUNCIONAR O ASSENTA-
MENTO AGRÁRIO. ISOLADO, ELE É FRACO. ORGANIZADO, ENTRETANTO, ELE
SERÁ FORTE E SÓ O SERÁ SE ELE FOR O SUJEITO DA REFORMA AGRÁRIA E
NÃO O OBJETO, A SER MANIPULADO PELAS DECISÕES DO ESTADO. ADEMAIS,
É NECESSÁRIO QUE TENHAMOS EM MIRA, AINDA COMO PREMISSE DA REFORMA
AGRÁRIA, QUE OS EXCEDENTES POPULACIONAIS EXISTENTES NO BRASIL SE
CONSTITUÍREM NUM PROBLEMA ÉTICO E NUM PROBLEMA POLÍTICO E ATÉ GEO-
POLÍTICO, EM PRIMEIRO LUGAR. INSISTO NISSO, PORQUE MUITAS VEZES
SE QUER ABORDAR O PROBLEMA AGRÁRIO E RESPONDE-LO SIMPLEMENTE DE PON-

TUNÁ PARA OS EXCEDENTES POPULACIONAIS. SÓ A EXPRESSÃO EXCEDENTES
JÁ NOS INVERGONHA MORAL E SOCIALMENTE. NÓS TEMOS TERRA, TEMOS RECUR-
SOS FUNDIÁRIOS. AINDA É POSSÍVEL, ACREDITAMOS, FAZER UMA REFORMA A-
GRÁRIA NO BRASIL POR MEIOS PACÍFICOS. HÁ UMA ESPERANÇA FUNDADA, DA
PARTE DO GOVERNO, DE LEVAR ESSA SOCIEDADE A DIALOGAR CONSIGO MESMA,
NA BUSCA DE SOLUÇÕES, DE TAL FORMA QUE POSSAMOS UTILIZAR OS RECURSOS
FUNDIÁRIOS QUE TEMOS. AS NOSSAS ESTATÍSTICAS NOS REVELAM QUE A ÁREA
APROVEITÁVEL DOS NOSSOS LATIFÚNDIOS, PORÉM NÃO APROVEITADA, CHEGA
A CERCA DE 167 MILHÕES DE HECTARES E QUE A ÁREA APROVEITÁVEL CHEGA
A CERCA DE 145 MILHÕES DE HECTARES. HÁ, PORTANTO, UMA GRANDE OCIOSI-
DADE E QUANDO DIZEMOS QUE PRETENDAMOS PRESERVAR O SETOR PRODUTIVO
MAS TEMOS QUE PROMOVER O ASSENTAMENTO DOS NOSSOS TRABALHADORES SEM
TERRA, ESTAMOS PROCURANDO UMA SOLUÇÃO NÃO TRAUMÁTICA. EU SEI QUE
O CONCEITO DE REFORMA AGRÁRIA, ABORTISTICAMENTE COLOCADO, NOS LEVA
A PENSAR QUE TODA A REFORMA AGRÁRIA TEM QUE ATACAR O SETOR PRODUTI-
VO. O GOVERNO, APESAR DE A LEI LHE PERMITIR UTILIZAR, COMO RECURSO
FUNDIÁRIO, O LATIFÚNDIO DE UM MODO GERAL, NÃO ESTÁ OPTANDO POR ESTA
ALTERNATIVA. OPTOU-SE, NO PLANO, PELA ALTERNATIVA DE NÃO AGREDIR,
DE NÃO ATACAR O SISTEMA PRODUTIVO. NÃO PORQUE SE MORRA DE AMORES DE
TO LATIFÚNDIO PRODUTIVO OU IMPRODUTIVO, NÃO SE TRATA DISSO. TRATA-
SE DE QUE UMA REFORMA AGRÁRIA POR MEIOS PACÍFICOS, NA CONJUNÇÃO ECO-
NÔMICO-FINANCEIRA QUE VIVE O PAÍS, NÃO NOS PERMITE PROVOCAR, ATRÁ-
VÉS DA REFORMA AGRÁRIA, IMPACTOS CONJUNTURAIS CAPAZES DE DESAGREGAR
O NOSSO SISTEMA PRODUTIVO. E PORQUE ACHAMOS QUE, PELO DIÁLOGO, PELO
ENTENDIMENTO, PELA NEGOCIAÇÃO, É POSSÍVEL ENCONTRARMOS ALTERNATIVAS
E SOLUÇÕES SEM TRAUMAS.

É UM PROBLEMA DE SABER OU NÃO SABER USAR A DEMO-
CRACIA QUE TEMOS. JÁ TIVEMOS BASTANTE AUTORITARISMO E NIE NÃO É NE-
CESSÁRIO BASTANTE PARA IR AO ENCONTRO DOS MENOS FAVORECIDOS. NÃO É UMA
POBREZA DE INTELIGÊNCIA DE NÃO SABER USAR A DEMOCRACIA. A QUANDO
NA ENCONTRARMOS AS SOLUÇÕES, AS ALTERNATIVAS MA...

CONVENIENTES PARA RESOLVER O PROBLEMA DOS EXCEDENTES POPULACIONAIS. NÃO PODEMOS MAIS CONTINUAR NESSE STATUS QUO E É POSSÍVEL PELA NEGOCIAÇÃO, CHEGAR A SOLUÇÕES ADEQUADAS. É BOM FRISAR TAMBÉM QUE ESSE MODELO, ESSA ESTRATÉGIA DE AÇÃO FAZ PARTE DE TODO UM CONTEXTO DE PREOCUPAÇÃO POLÍTICA COM O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA. NÃO É POSSÍVEL FAZER OPÇÃO PELOS POBRES SEM FAZER REFORMA AGRÁRIA. OS POBRES NÃO SÃO APENAS 10 OU 15 BATENDO À NOSSA PORTA; SÃO MILHÕES E MILHÕES DE BRASILEIROS MARGINALIZADOS NO CAMPO OU NA CIDADE E O NOSSO PAPEL É CUIDAR DAQUELES QUE ESTÃO MARGINALIZADOS NO CAMPO. A OPÇÃO PELOS POBRES, NO MODELO DE AÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO GOVERNO BRASILEIRO, PASSA, NECESSARIAMENTE, PELA REFORMA AGRÁRIA. POR ISSO USANDO A DEMOCRACIA QUE TEMOS, NÓS NÃO PODEMOS DESMORALIZAR A DEMOCRACIA, COMO SE ELA NÃO TIVESSE ELEMENTOS E INSTRUMENTOS, FORÇA E CONSCIENTIZAÇÃO SUFICIENTE PARA RESOLVER OS NOSSOS IMPASSES. SERIA LAMENTÁVEL, VERGONHOSO MESMO PARA NÓS, ^{TULGARMOS SER} O INSTRUMENTO PARA AS GRANDES SOLUÇÕES. PORQUE NUNCA O POL. ASSIM DIZ A HISTÓRIA. EU GOSTARIA DE FRISAR TAMBÉM PARA OS SENHORES, NESTE ENCERRAMENTO, QUE ESTE PLANO, QUE OS SENHORES ESTÃO DISCUTINDO, NÃO É UM TABU. O QUE É INTOCÁVEL É A CAUSA DA REFORMA AGRÁRIA, ESTA SIM É INTOCÁVEL, ESTA SIM É IMPOSTERGÁVEL; O PLANO É O MEIO, O PLANO É O INSTRUMENTO.

POR ISSO, O PLANO QUE ESTÁ EM DISCUSSÃO, É MESMO AQUELE QUE NÓS UM DIA APROVAMOS E TODOS OS PLANOS QUE FIZERMOS EM CARÁTER REGIONAL, ESTÃO EM PERMANENTE DISCUSSÃO. ISSO É INERENTE AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO. O PLANEJADOR BRASILEIRO FOI MUITO SÁBIO: IMAGINOU QUE DEVERÍAMOS TER UM PLANO NACIONAL QUE DEFINIRIA A ESTRATÉGIA DE AÇÃO DO ESTADO NO SECTOR FUNDIÁRIO BRASILEIRO; DEPOIS VERÍAMOS PLANOS REGIONAIS QUE TRIAM DETECTAR AS PECULIARIDADES DE CADA ESTADO, DE CADA REGIÃO; E, FINALMENTE OS PROJETOS, COM PRAZOS E CONTÍNUO DE PLANEJAMENTO, QUE NOS LEVE SEMPRE AO PROBLEMA FUNDIÁRIO. PORTANTO, EM MATÉRIA DE REFORMA AGRÁRIA, É NECESSÁRIO

EM PAUTA, EM DISCUSSÃO, OBRIGANDO E FAZENDO ESTA SOCIEDADE A DISCUTIR CONSIGO MESMA, SEM POSTERGAR MAIS UMA VEZ ESSE DRAMA TERRÍVEL QUE É O DO TRABALHADOR RURAL BRASILEIRO. ISTO, SIM, NÃO PODE MAIS SER POSTERGADO. É ISSO QUE ESTÁ COMO PAUTA PARA NÓS E ESSES PLANOS SÃO INSTRUMENTOS DE DECISÃO QUE HAVREMOS DE APERFEIÇOAR ANO A ANO. É BOM QUE A GENTE FRISE QUE A REFORMA AGRÁRIA TEM UM MODELO BÁSICO, QUE É O ASSENTAMENTO AGRÁRIO. NENHUM TIPO, NENHUM MODELO DE REFORMA AGRÁRIA É ACEITÁVEL SE ELE NÃO TIVER POR TERMINALIDADE O ASSENTAMENTO DO TRABALHADOR. EU TAMBÉM ACHO QUE UTILIZAR A POLÍTICA FISCAL, A TRIBUTAÇÃO, É MUITO IMPORTANTE PARA CORRIGIR AS DISTORÇÕES FUNDIÁRIAS BRASILEIRAS, EMBORA ISSO SEJA TÉCNICAMENTE MUITO DISCUTÍVEL. MAS EU NÃO CONHEÇO ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS FEITOS ATRAVÉS DE POLÍTICA FISCAL. É PRECISO TERMOS A FIRMEZA DE DIZER ISSO E NÃO ESTARMOS AQUI PROVOCANDO INVERSÃO DE VALORES. ISSO, SIM, NÃO É NEGOCIÁVEL. TROCAR O ASSENTAMENTO POR POLÍTICA FISCAL OU TROCAR O ASSENTAMENTO AGRÁRIO, CÉLULA MATEZ DA REFORMA AGRÁRIA, POR MODELOS DE COLONIZAÇÃO DA MINHA QUERIDA AMAZÔNIA, ABSOLUTAMENTE. OS SENHORES SABEM QUE, AQUI NESTA REGIÃO, SE PRECONIZA MUITO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO FORMA DE RESOLVER O PROBLEMA AGRÁRIO BRASILEIRO. ACHO QUE ^{NENHUM} DE NÓS TEM NADA CONTRA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. SÓ QUE ELA VALE POR SI, DENTRO DOS SEUS LIMITES. ELA NÃO VAI FAZER ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS NOVOS, NÃO VAI ABSORVER EXCEDENTES POPULACIONAIS, NÃO VAI CORRIGIR AS DISTORÇÕES FUNDIÁRIAS QUE AÍ ESTÃO. É NECESSÁRIO CORRIGIR AS DISTORÇÕES FUNDIÁRIAS. SÃO ÂNGULOS DO MODELO QUE DEVEM SER DISCUTIDOS COM ABERTURA. É PRECISO QUE ESSAS SOLUÇÕES SEJAM COLOCADAS, CADA UMA DELAS, NA SUA HIERARQUIA, QUE NÃO FAÇA INVERSÃO DE VALORES, QUE É O QUE TEM TANTAS E TANTAS VEZES ACONTECIDO NO BRASIL. O DEBATE DA TERRA, SEGUNDO TANTOS, FOI APLICANDO SEUS ÂNGULOS NA HIERARQUIA DE VALORES: TRIBUTAÇÃO, POLÍTICA FISCAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

TAMBÉM CREIO NECESSÁRIO, AO ENSEJO DO ENCERRAMENTO DESTES SEMINÁRIO, RESSALTAR A REFORMA AGRÁRIA COMO UMA ESTRATÉGIA DE PAZ SOCIAL.

O PROJETO POLÍTICO DA NOVA REPÚBLICA, CONCEBIDO PELO PRESIDENTE TANCREDO NEVES, FOI ORIENTADO PARA FAZER A CONCILIAÇÃO NACIONAL. HAVIA E HÁ UMA CONSCIÊNCIA DE QUE A SOCIEDADE BRASILEIRA JÁ HAVIA DIVERGIDO MUITO ENTRE SI. ERA NECESSÁRIO PROMOVER A CONCILIAÇÃO DA SOCIEDADE. E A REFORMA AGRÁRIA É A PRÁTICA DESSA CONCILIAÇÃO NACIONAL NO CAMPO. NÃO SE PRETENDE AGREDIR NINGUÉM: PRETENDE-SE VALORIZAR ALGUÉM ^O / HOMEM DO CAMPO, MARGINALIZADO PELO SISTEMA PRODUTIVO ATUAL. É, PORTANTO, UMA ESTRATÉGIA DE PAZ SOCIAL. ESTRATÉGIA NA QUAL NÓS ESPERAMOS SUPERAR PELO DIÁLOGO, PELA NEGOCIAÇÃO, ESTE IMPASSE EM QUE NÓS ESTAMOS. E ESPERAMOS TAMBÉM QUE A ESTRATÉGIA DO MEDO, ISTO É, DE DIZER QUE SE NÃO FIZERMOS AGORA VAI HAVER UMA CONFRACÇÃO, NÃO SEJA UM FATOR BÁSICO DA NOSSA DECISÃO E SIM A CONSCIÊNCIA DA NOSSA RESPONSABILIDADE DE QUE TODOS OS BRASILEIROS TÊM DIREITO A UM PEDAÇO DO SEU PAÍS. FOI CHOCADO, PROFUNDAMENTE CHOCADO, QUE EU VI O DRAMA DE MINDO NOVO. BRASILEIROS TANGIDOS DAQUI PARA O PARAGUAI, TANGIDOS DO PARAGUAI PARA O BRASIL E QUE AQUI CHEGARAM; ACAMPARAM E PERGUNTARAM PARA O BRASIL: QUAL É O PEDAÇO DA NOSSA PÁTRIA ONDE NÓS PODEMOS VIVER? ELES ESTÃO LÁ PERGUNTANDO ISSO. SÃO CERCA DE 800 FAMÍLIAS COMO UM CLAMOR, COMO UM ENORME CLAMOR, PERGUNTANDO QUAL É O SEU PEDAÇO DE BRASIL. E CABE A NÓS RESPONDER ISSO. ESSE TRABALHO QUE EU VENHO FAZENDO, DE DISCUTIR EM TODO LUGAR, COM TODO MUNDO, SEM SELECIONAR NENHUMA PLATÊIA, ENTRANDO EXCLUSIVAMENTE COM A ARMA DE QUEM DISPÕE DE UMA VERDADE EM QUE O REFORMEIRO PERMITEU CHEGAR A TODOS OS QUADRANTES DO BRASIL, PARA DEZER O GOVERNO COM UMA MENSAGEM DE CONCILIAÇÃO, E CHAMAR A TODOS, E CHAMAR A RESPONSABILIDADE TODOS OS BRASILEIROS,

ISSO NÃO É PROBLEMA EXCLUSIVO DO GOVERNO, MAS É UM PROBLEMA DE CADA CIDADÃO.

A RIGOR, A REFORMA AGRÁRIA É TODA UMA ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DA LIBERDADE, DA QUAL O PATRONO DESTA CASA FOI UM CAMPEÃO. NÃO A LIBERDADE DE SE FAZER O QUE SE QUER, MAS A LIBERDADE DE SE FAZER O QUE SE DEVE, PORQUE ESTA É A LIBERDADE INTRÍNSECA AO SER HUMANO A LIBERDADE QUE NÓS DEVEMOS SABER USAR, NÃO PARA TRIPUDIAR SOBRE O NOSSO SEMELHANTE, MAS PARA CONVOCÁ-LO AO NOSSO ACONCHEGO SOCIAL, PARA QUE ELE USE CONOGO DA PLENITUDE DA LIBERDADE.

ESSES BRASILEIROS, 30, 40 MILHÕES, QUE AÍ ESTÃO, NÃO SÃO HOMENS LIVRES. QUEM PODE SER LIVRE SEM TER UM LUGAR SEQUER ONDE COLOCAR A CABEÇA? NÃO PODE SER UM HOMEM LIVRE. E É SOBRE ESSE ASPECTO, QUE TOCA CADA UM DE NÓS PESSOALMENTE, QUE NÓS TEMOS QUE NORTEAR A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA, POIS ELA É UMA ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DA PESSOA HUMANA E NÃO DE AGRESSÃO A QUEM QUER QUE SEJA. O BRASIL PRECISA DE UMA POLÍTICA AGRÍCOLA. É NECESSÁRIO TERMOS UMA POLÍTICA AGRÍCOLA, SOBRETUDO DE VALORIZAÇÃO DO PEQUENO PRODUTOR, MAS NÓS TEMOS OBRIGAÇÃO PRECÍPUA É COM OS NOSSOS POBRES MAIS POBRES, QUE SÃO AQUELES QUE NADA TÊM E QUE NADA SÃO E QUE ESTÃO ERRANTES PELO BRASIL AFORA, ERRANTES ATÉ POR PAÍSES ESTRANGEIROS À PROCURA DE UMA RESPOSTA.

MEUS AMIGOS, É COM ESSA MENSAGEM, DE UM SENTIDO ÉTICO POLÍTICO DA REFORMA AGRÁRIA, QUE EU VENHO AQUI PARA ENCERRAR ESTE SEMINÁRIO, CERTO DE QUE NÃO ESTAREI SEMBRANDO EM TERRENO FÉRTIL, MAS, AO CONTRÁRIO, DE QUE NÓS ESTAREMOS AQUI PLANTANDO SEMENTEIRAS QUE FORAM CAPAZES DE NASCER VERDEJANTES POR TODO O BRASIL.

190

VERDEJANTES DE AMOR E SENSIBILIDADE E QUE SERÃO RESULTADO DA A
ÇÃO PESSOAL DE CADA UM DE NÓS, QUE TEREMOS, ASSIM, DADO A NOSSA
COLABORAÇÃO, A NOSSA PARTICIPAÇÃO, PARA CONSTRUIR UM BRASIL, NÃO
UM BRASIL MAIS FORTE, NECESSARIAMENTE, MAS UM BRASIL MAIS JUSTO,
MAIS HUMANO, MAIS RESPEITADOR DO DRAMA DOS SEUS SEMELHANTES. UM
BRASIL QUE SEJA CAPAZ DE USAR A DEMOCRACIA PARA CORRIGIR AS SUAS
DESIGUALDADES, UM BRASIL QUE SEJA CAPAZ DE REALMENTE DAR IGUALDA-
DE DE OPORTUNIDADE PARA TODOS. MUITO OBRIGADO, SENHORES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORGES, Annioly. Coletânea de Citações Sobre Reforma Agrária ou o Problema da Terra. Reforma Agrária, Campinas, 4 (5-8): 11-26, maio/ago.1974.
- CONGRESSO Brasileiro de Reforma Agrária. Posição da Classe Rural perante o 1º PNRA. Brasília, Confederação Nacional de Agricultura, 1985.
- CONGRESSO Nacional dos Trabalhadores Rurais, 4. Brasília, 1985. Conclusões. Brasília, CONTAG, maio 1985.
- INFORMATIVO Técnico-INCRA. Brasília, n. 4, 1978; n.6, 1979.
- INSTITUTO JOAQUIM NABUCC DE PESQUISAS SOCIAIS. Cama e Reforma Agrária. Recife, IJNPS, 1970. 369 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Estatuto da Terra. Brasília, INCRA, s.d. (Extraído de "Coletânea" - MEAF, 1983).
- 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República- 1º PNRA (1985/1989). Brasília, INCRA, outubro 1985.
- Proposta para Elaboração de 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - PNRA. Brasília, INCRA, maio 1985.
- PESSOA, Dizeu. O Estatuto da Terra - Uma Avaliação. Boletim de Agricultura, Recife, 3 (1): 221-238, jan./jun. 1977.
- SILVA, J. Gomes da. O Debate em Torno da Proposta do 1º PNER da República: Exatitudes Necessárias. Brasília, s.ed. 1985. *M. M. M. M.*